



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E  
CRÍTICA DA CULTURA**

**WILLIAN DA CUNHA PACHECO**

**MOVIMENTO *TODOS PELA EDUCAÇÃO*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO  
SITE DA ONG SOBRE A IMAGEM DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**SÃO JOÃO DEL-REI  
FEVEREIRO DE 2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E  
CRÍTICA DA CULTURA**

**WILLIAN DA CUNHA PACHECO**

**MOVIMENTO *TODOS PELA EDUCAÇÃO*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO  
SITE DA ONG SOBRE A IMAGEM DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del Rei como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

**Área de Concentração:** Teoria Literária e Crítica da Cultura

**Linha de Pesquisa:** Discurso e Representação Social

**Orientador:** Prof.º Dr.º Edmundo Narracci Gasparini

**SÃO JOÃO DEL-REI  
FEVEREIRO DE 2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d532m da Cunha Pacheco, Willian .  
MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO : UMA ANÁLISE  
DISCURSIVA DO SITE DA ONG SOBRE A IMAGEM DA EDUCAÇÃO  
BRASILEIRA / Willian da Cunha Pacheco ; orientador  
Prof.º Dr. º Edmundo Narracci Gasparini. -- São  
João del-Rei, 2024.  
105 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade  
Federal de São João del-Rei, 2024.

1. Todos pela Educação. 2. Educação básica pública.  
3. Análise do discurso de corrente pecheutiana. 4.  
Discurso neoliberal. 5. suposta crise da educação. I.  
Narracci Gasparini, Prof.º Dr. º Edmundo , orient.  
II. Título.



**Willian da Cunha Pacheco**

**MOVIMENTO *TODOS PELA EDUCAÇÃO*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO SITE DA ONG SOBRE A IMAGEM DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**Banca Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDMUNDO NARRACCI GASPARINI  
Data: 22/02/2024 16:40:14-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini- UFSJ - Campus São João del-Rei  
(Presidente)**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELKE BEATRIZ FELIX PENA  
Data: 22/02/2024 09:24:54-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Elke Beatriz Felix Pena- IFMG - Campus Ouro Preto (Titular  
externo)**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NADIA DOLORES FERNANDES BIAVATI  
Data: 22/02/2024 18:24:42-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nádia Dolores Fernandes Biavati- UFSJ - Campus São João  
del-Rei (Titular Interno)**

---

**Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção  
Vice-coordenador do PPG em Letras**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI FOLHA DE ASSINATURAS  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

---

*Emitido em 23/02/2024*

**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 10/2024 - PROMEL (13.20)**

(Nº do Protocolo: 23122.006043/2024-01)

*(Assinado digitalmente em 24/02/2024 18:29 )*

**ANTONIO LUIZ ASSUNCAO**

*VICE-COORDENADOR*

*PROMEL (13.20)*

*Matrícula: ###67#4*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número:  
10, ano: 2024, tipo: HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão:  
23/02/2024 e o código de verificação: 77ab05b1ff

## RESUMO

O trabalho busca identificar a imagem projetada da educação no site *Todos pela Educação* (TPE), assim como a imagem da Organização feita por si própria. Dessa forma, reflete-se sobre os discursos (re)produzidos pela Organização Não Governamental (ONG), que se projeta como uma instituição da “sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente”, não recebendo, como sugere, recursos públicos para manter suas ações. A pesquisa recorre à materialidade linguística do site para descrever e interpretar, para verificar como o TPE fala em nome de todos, como porta-voz de uma opinião supostamente compartilhada. Procura-se, portanto, abordar o sujeito inculcado pela ideologia que o interpela, determinando o seu dizer e o seu fazer. Esse “assujeitamento do sujeito”, o qual expõem Pêcheux e Fuchs, conduz o sujeito usuário do site para um discurso de educação para todos sem se dar conta de quem faz parte e apoia o movimento TPE e o formato desta educação para todos, pois mantenedores como Fundações Bradesco, Itaú Social e Lemann, além de dos apoiadores como Fundação Roberto Marinho e Instituto Votorantim são apagados pela palavra Todos. Há o ocultamento de quem verdadeiramente apoia o movimento.

**Palavras-chaves:** Todos pela Educação. Imagem projetada. Materialidade Linguística. Discurso neoliberal. ONG.

## ABSTRACT

*The text aims at identifying the image of education in the website of the NGO Todos pela Educação, as well as the image of the organization as projected in its discourse. We reflect on the discourses that are (re)produced by Todos pela Educação, which projects itself as a "plural, nonpartisan, independent and non-profit institution of the civil society", not receiving, as suggested, public resources to maintain their projects. The research analyzes the linguistic material of the website in order to describe and interpret so as to check how Todos pela Educação makes use of a rhetoric discourse to speak in name of all, as a speaker of an opinion supposedly shared by all. We try, therefore, to approach the subject determined by ideology, which determines what the subject says and does. This determination leads the subject that accesses the website to a discourse on education for everybody without realizing the segment who supports Todos pela Educação or what exactly this education for all is, as supporters such as Fundação Bradesco, Itaú Social and Lemann, in addition to supporters such as Fundação Roberto Marinho and Instituto Votorantim are erased by the word Todos. There is concealment of those who truly support the movement.*

**Keywords:** Todos pela Educação. Projected image. Linguistic materiality. Neoliberal discourse, NGO

## AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os agradecimentos, preciso dizer do medo sempre existente dessa parte do trabalho, mesmo que ela não seja obrigatória e a escrita não precise ser tão acadêmica e formal. Há um medo de deixar alguém para trás, ser superficial. No entanto, não o fazer também incomoda porque há aqueles que precisam ser lembrados e nomeados. Sendo assim, farei o meu melhor.

Fazer mestrado não era um requisito profissional. Não leciono e há muito não estava envolvido no mundo acadêmico, mas era um desejo que me perseguia desde a minha primeira graduação de jornalismo, quando o meu projeto era bom e não tive coragem de submetê-lo para disputar uma vaga, pois teria que me mudar para uma outra cidade e essa possibilidade não era viável à época.

É compreensível também pontuar que o processo de seleção para uma vaga no Programa de Mestrado em Letras (PROMEL) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) ocorreu dois meses após a morte do meu pai, Hildon da Cunha Pacheco. Pouco amável nas palavras, mas extremamente amável nas atitudes e ações, seu gesto de amor era oferecer a disponibilidade aos filhos. Ir ao banco, à casa lotérica, proporcionar que seus filhos estudassem.

Entrei no mestrado como fuga para minha tristeza silenciosa, embora precisasse de terapia. Não fiz e deixei para após o mestrado. O que é bom, pois terei bastante assunto e chegarei ao psicólogo com bastante estrago. Não necessariamente devido ao mestrado apenas, mas a todo um percurso de vida sem terapia.

Assim, após este breve preâmbulo, inicio os meus agradecimentos às pessoas que passaram comigo por esse momento de tanto aprendizado em minha vida. Começo pelos amores que tornam a minha vida um turbilhão de emoções. As minhas joias, minha mãe Maria Irma da Silva Pacheco, minhas irmãs Marina da Silva Pacheco e Camila Mariângela Pacheco, meus amados afilhados João Daniel da Cunha Pacheco e Pedro Santos Pacheco. São eles que sofrem primeiro as consequências de quem está na rotina de estudo. A ausência, o estresse, a falta de paciência. E apesar disso, continuam amando. Apesar dos problemas, continuam sendo família. Mãe, como é lindo o seu amor pelos filhos e netos, o seu zelo, o seu cuidado. Marina é uma mãe esportiva que transferiu o seu dom para seu filho. É um grande companheiro. A Camila, a mãe acadêmica, uma influenciadora, quase digital, que nos mostra



os desafios de mãe que precisa se desdobrar para dar conta de uma saudável vida profissional enquanto cuida do filho.

Também é com muita alegria e satisfação que agradeço aos meus colegas de trabalho da Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis, que há 16 anos me ensinam sobre políticas públicas de saúde e entendem a importância de informar à população sobre os assuntos referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS). Faço um agradecimento especial à Rianne Mayra, à Marine Santos e à Danielle Assis, que sempre procuravam saber como estava a minha dissertação, se já havia qualificado, que ouviam meus desabafos e pérolas do mestrado. Ao ex Superintendente da Regional de Saúde de Divinópolis, Julio Barata, por me liberar para cursar o mestrado. É ele o primeiro quem precisa liberar o servidor para realizar o curso. Agradeço também pela disposição em me ensinar ferramentas de edições mais avançadas para formatar a dissertação no *word*. Me ajudaram bastante.

Embora indiretamente, duas colegas são fontes de inspiração e serviram de motivação para eu entrar no mestrado e gostar de pesquisa, que são a Doutora Cecília Godoi e a Doutora Nayara Dornela. Tenho muito a aprender com as duas sobre este campo vasto que a pesquisa nos proporciona.

Aos meus colegas assessores de comunicação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, meu muito, muito obrigado. Certamente não haveria uma equipe de comunicação melhor para me apoiar. Somos um na Regional, mas somos muitos espalhados por este estado gigante. Me sinto grato e honrado por trabalhar com vocês. Não sei como seria trabalhar estes anos todos sem a amizade e a disposição gratuita de ajudar. Agradeço de modo especial à Alessandra Maximiano pela lealdade e companheirismo destes 15 anos. Sempre temos o que conversar e, porque não, reclamar. Com carinho, agradeço à minha estimada companheira, Lilian Cunha, com quem muito aprendo sobre como deixar nosso trabalho como assessor mais leve. Sempre trocamos ideias, mesmo sendo de uma Regional distante. E à minha querida e amada japa, Priscila Fujiwara, papo reto e sincero, mas sempre com pitada de humor. Foram bons os ensinamentos compartilhados. Só me acrescentaram e me fizeram crescer. Obrigado por ser tão amiga. Juntas, Lilian e Priscila foram as guardiãs das cópias de segurança da minha dissertação. A cada nova atualização, recebiam uma nova cópia.

Em 2021, ainda estávamos vivendo os efeitos da pandemia de COVID-19. Entre as tristes mortes geradas pela negligência de um governo, uma das várias consequências foi o isolamento. Nossa turma começou as aulas em setembro de 2021 no módulo remoto. Conheci

meus colegas, primeiramente, pelo sistema virtual. Somente no primeiro semestre de 2022 nos conhecemos presencialmente. Confesso que, no início, pedi a Deus por mais um semestre online. Não queria me deslocar. Preguiça mesmo. Deus não ouviu minhas preces. Hoje acredito que tive a honra e o privilégio de conhecer cada um. Conversar e vê-los foi um presente que apreciei a cada instante, cada semana de aula. Ao final, me lamentei por não ter mais um semestre para podermos prostrar no horário de café.

Agradeço por compartilharem a amizade, mesmo que curta, neste período. Agradeço de modo especial à Daiane Bispo, à Dayane Mariano e ao Leonardo Dâmaso, que praticamente se dispuseram a me guiar por São João del-Rei. Daiane Bispo me ofereceu sua casa para dormir e dormi, me levou ao cinema e ao teatro sem mesmo saber que adoro filmes e teatro e jantou comigo no Restaurante Universitário, mesmo sem estar com fome. Simplesmente para fazer companhia. Este gesto não me esqueço. Agradeço à Dayane Mariano, pela disposição e por entender que boa conversa com taurinos que somos só acontece se tiver comida. Me levou ao Pátio Matosinhos e ao Trilhos de Minas e já prometeu que seu marido cozinhará para nós quando eu voltar a São João del-Rei. Eu vou cobrar. Leonardo Dâmaso também me apresentou o Pátio Matosinhos e me levou ao Trilhos de Minas, mas as imagens que tenho da sua companhia não esquecerei nem daqui a 50 anos. Fazer caminhada com copo de cerveja cheia numa mão e latinha na outra mão na Leite de Castro, e eu segurando uma outra fechada enquanto conversávamos caminhando. Nunca saberei que atividade física foi essa que nós dois praticamos. Você abriu a porta da sua casa e se prontificou a fazer um churrasco numa segunda-feira. Você quebra regras com elegância e foi bom quebrá-las com você. Você me deu lembranças pitorescas. Nunca mais farei uma caminhada normal após ter caminhado contigo. Sempre vou lembrar e achar que está faltando algo. Não sei quando terei novamente outro churrasco numa segunda-feira. Obrigado pelas lembranças.

E há pessoas que nos aproximam de Deus, do divino. Em 2023, fez 10 anos que atuo como intérprete/tradutor de Língua de Sinais pela Pastoral Diocesana do Surdo de Divinópolis. Sempre me senti muito acolhido tanto pelos surdos quanto pelos intérpretes. Há amizade, há companheirismo neste percurso de evangelização. Obrigado por me ensinarem tanto sobre a Língua de Sinais, a cultura, as estratégias de interpretação, a igreja, o evangelho. Com carinho agradeço às coordenadoras surdas Isa e Ângela pela doçura, carisma, afeto e compreensão. Há amor cristão em cada gesto e em cada palavra. À minha amiga de longa data e coordenadora de intérpretes, Denise Gamboa, pela amizade, parceria e por romper a barreira da pastoral. Somos amigos para além do nosso trabalho pastoral. E a minha parceira e dupla de

interpretação, Edilsa Martins. Quem interpreta o quê na missa, já fica decidido para o ano. Amo a nossa organização e preparação para sinalizar. Com você a risada é solta e garantida e o pecado também. Aviso: nós vamos para o inferno. Fazemos jus à música da bailarina quando diz “todo mundo faz pecado, logo assim que a missa termina”. Precisamos falar menos mal, digo bem, dos padres.

Outras aparecem em nossas vidas para manter a nossa sanidade em níveis aceitáveis para a humanidade. São elas que me fazem rir e soltar gargalhadas fáceis. E eu amo pessoas que me fazem rir e refletir, mesmo que elas estejam distantes. Flávia Oliveira, Flávia Coimbra, José Rodrigues, André Paixão, Keila Siqueira, Jonathas Mendes obrigado pelo companheirismo e por não me deixarem usar o réu primário.

Não posso deixar de dar meu abraço aos professores que incentivaram na graduação o meu interesse pela pesquisa e escrita acadêmicas. Gilson Raslan me orientou no Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo. A cada novo livro ou capítulo lido, havia um debate e discussão sobre a obra. As leituras eram interessantes neste percurso, mas os debates sobre a obra me fizeram crescer bastante com a escrita e sua orientação. Na Faculdade de Letras, agradeço, carinhosamente, hoje uma grande amiga, à professora Patrícia Santiago. Muita atenta na escrita e orientação, nos deixando à vontade para acertos e erros. Fez os seus orientandos caminharem com elegância para a finalização do Curso de Letras. Foi com o projeto do curso, sob sua orientação, que entrei no Programa de Mestrado em Letras da UFSJ.

Por fim, só há palavras de agradecimento ao meu orientador no PROMEL, Edmundo Gasparini. Pela paciência, pela presença, pelo olhar atento em todas as versões enviadas para a sua análise. Foi errando que aprendi. Foi tentando que eu avancei. Todos os encontros que solicitei, você me atendeu. Parece básico, mas não é. Foi bom saber que eu poderia contar contigo durante estes dois anos e meio. Ter um orientador presente é muito bom e me deu segurança. Obrigado por mudarmos o projeto para algo tão desafiador. Pelas obras que indicou. Por cada versão com suas pontuações. No início, o desespero toma conta, mas passado o susto, era fácil entender o que precisava ser alterado no texto. Agradeço pela amizade formada e espero que ela rompa a fronteira do Mestrado. E que possamos manter contato para *happy hours* e produzir bastante artigos.

## Lista de Figuras

FIGURA 1:BASEADA NA ILUSTRAÇÃO DA “ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (AAD-69)”	22
FIGURA 2:BASEADA NA ILUSTRAÇÃO DA “ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (AAD-69)”	23
FIGURA 3: INSTÂNCIAS DA LINGUAGEM	27
FIGURA 4: RETIRADA DA SUB ABA “EDUCAÇÃO QUE DEFENDEMOS” DO SITE TODOS PELA EDUCAÇÃO	29

## **Lista de Tabelas**

TABELA 1: MODELO ADAPTADO DO QUADRO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS EM “ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (AAD-69)” (PÊCHEUX, 2014, p.83)	24
TABELA 2: EXEMPLOS DE PD E CP.	31
TABELA 3: QUADRO ELABORADO PARA ESTA DISSERTAÇÃO COMO FORMA DE EXEMPLIFICAR DE SECRETÁRIOS POR GESTORES	38
TABELA 4: POTENCIAL DO GRUPO NOMINAL	40

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3. ANÁLISES DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS	48
3.1 Metodologia	48
3.2 “Todos” como educação para todos	50
3.3 Nome do movimento (a construção das opiniões partilhadas)	52
3.4 Efeitos de evidências sobre educação	56
3.5 O vídeo educação já como promessa	76
3.6 A imagem que o TPE projeta de si	79
3.7 Efeitos de sentido da “educação que dá certo”	85
4. UMA DISCUSSÃO SOBRE O DISCURSO DO TODOS	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	102
7. BIBLIOGRAFIA	105

## 1. INTRODUÇÃO

A Organização Não Governamental (ONG) *Todos pela Educação* (TPE) se define como uma instituição da “sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente” (Todos pela Educação, 2022), não recebendo recursos públicos para manter projetos.

Fundada em 06 de setembro de 2006, no Museu Ipiranga, São Paulo, o TPE conta com recursos de empresas e de doações, em forma de dinheiro ou serviço, para garantir, segundo consta no site, “a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado” (Todos pela Educação, 2022).

Para “mudar para valer a qualidade da educação básica no Brasil” (Todos pela Educação, 2022), como se propõe, a organização age por meio de uma série de ações para reivindicar políticas públicas educacionais a fim de garantir o aprendizado e a igualdade de oportunidades tanto para crianças quanto para jovens.

Avaliar o discurso sobre a questão da educação poderia ser feito a partir de inúmeras leituras, e de outros gêneros discursivos, mas avaliar a partir da materialidade do site *Todos pela Educação* ([todospelaeducacao.org.br](http://todospelaeducacao.org.br)) permite ao pesquisador delinear a imagem construída da educação, a partir da materialidade linguística apresentada no portal.

Defender uma educação pública para todos e de qualidade é um discurso recorrente em campanhas eleitorais ou em pautas do Congresso Nacional brasileiro. Defendê-la a traz para cenário público e de debate, pois cabe ao Estado provê-la. Assim, é um discurso esperado de quem representa a população nos organismos políticos, tanto do poder executivo quanto legislativo.

É uma pauta que humaniza quem a defende e traz o agente político para mais próximo, principalmente daqueles que necessitam de um sistema público para matricular os filhos. E não é um número pequeno. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)<sup>1</sup>, incluindo todas as etapas da educação básica, da creche ao ensino

---

<sup>1</sup> Revista exame:

<https://exame.com/brasil/matriculas-na-rede-privada-despencam-em-2021-veja-dados-do-censo-escolar/>

médio, o Brasil tem 46,7 milhões de alunos. Desses, 80% estão matriculados na rede pública, e 17% estavam inscritos na rede privada em 2021.

Assim, trata-se de dizer como no discurso de políticos se projeta uma imagem da educação. No caso da presente dissertação, como a imagem da educação é projetada no discurso do TPE? E como o TPE projeta a imagem dele mesmo? E ainda, o que seria, no discurso da organização, educação de qualidade?

Para melhor compreensão de imagens projetadas, a dissertação utiliza a teoria de formações imaginárias (FI) apresentadas por Pêcheux (2014). As FI surgem juntamente com as condições de produção (CP), lugares a partir dos quais o discurso exerce seus efeitos de sentido. As formações imaginárias são, portanto, representações que A e B fazem tanto de si, como se veem, quanto do objeto tratado no discurso. Estas projeções dizem respeito aos lugares sociais e ideológicos onde os sujeitos do discurso se encontram.

Em outras palavras, a pesquisa busca demonstrar como o TPE se apresenta como organização não governamental, liderando um movimento de melhoria da educação no Brasil. Por outro lado, o TPE também projeta uma visão de educação para as pessoas visitantes do site.

A preocupação com a melhoria parte de uma suposta crise (Macedo, 2014) no sistema educacional fundamentada por grupos políticos. Uma educação de qualidade seria aquela possível de ser avaliada, como se avaliar alunos e professores garantisse a qualidade da educação. Segundo Macedo (2014), as políticas curriculares de equidade, de mais representatividade de grupos minoritários, direito ao acesso escolar e profissionalização são postas como soluções para atingir a qualidade da educação (Macedo, 2014). Assim, a suposta crise do ensino serve de base para sustentar um discurso hegemônico de demandas por qualidade na área.

Num nível mais macro, tenho argumentado que as políticas tomam a qualidade da educação como significante nodal capaz de sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político. Na medida em que o exterior constitutivo desta cadeia de equivalência é uma fantasia idealizada de crise do sistema educacional, tornada “real” por um conjunto de dados estatísticos, trata-se de um discurso capaz de tornar equivalentes praticamente todas as demandas no campo da educação. A princípio, ninguém é posto no lugar do outro por este discurso, como se pode observar nas campanhas políticas em que todos, sem exceção e independente do lugar que ocupam no espectro político, defendem uma educação de qualidade (Macedo, 2014, p.7).



Macedo (2014) chama atenção para como os sentidos da educação vão sendo construídos na interseção entre discursos públicos e privados. Trabalhando com o conceito de rede de Ball (2020), Macedo indica que os sentidos são (re)produzidos em uma nova “arquitetura de regulação baseada em relações cruzadas entre diferentes lugares dentro e acima do Estado” (Macedo, 2014, p.20). O *Todos pela Educação* é mantido por grupos econômicos com grande poder de influência como instituições financeiras, Fundação Lemann e empresas como Gerdau e Camargo Correia, sendo presidido pelo presidente da Gerdau. Nesse sentido poderíamos lançar a seguinte questão: seria o *Todos pela Educação* afetado pelo imaginário neoliberal? E seria a imagem da educação afetada pelo neoliberalismo? A organização também está vinculada por meio da Rede Liberdade<sup>2</sup> à Fundação Atlas, que tem como missão prover o mundo com *Think Tanks*<sup>3</sup> de livre mercado (Macedo, 2014).

Mas todos quem? E que tipo de educação de qualidade é esta apresentada pelo *Todos pela Educação*? Para Macedo (2014), o foco destas instituições econômicas, parceiros privados, como a Organização *Todos pela Educação*, foco desta pesquisa, está em fazer a convergência entre os setores “público e privado” (Macedo, 2014, p.15). Há um currículo neoliberal a ser deliberadamente incentivado por essas instituições para que o setor público possa enfrentar “supostas inadequações” (Ball, 2020, p.65) com adoção de modelos privados para aprender a modificar-se. Para Ball (2020), “o modelo privado é o modelo a ser emulado, e o setor público deve ser empreendido à sua imagem” (Ball, 2020, p.65).

Ball (2020) pontua ainda que uma dessas organizações ligadas à rede Liberdade no Brasil é o *Todos pela Educação*. A organização busca por meio de ideias e discursos fazer com que o governo nacional mude “a percepção do setor público sobre os problemas sociais no Brasil” (Ball, 2020, p. 63), incluindo a própria educação.

A organização, segundo o autor (2020), tem buscado utilizar canais da academia e da grande mídia para ajudá-la “a promover a educação como prioridade nacional” (Ball, 2020, p. 63). As propostas de um currículo neoliberal defendidas pelo TPE têm sido

---

<sup>2</sup>O objetivo do Instituto Liberdade é proporcionar a pesquisa, a criação e disseminação de bens educacionais e culturais, mostrando os benefícios, vantagens aos indivíduos de se viver uma sociedade organizada por princípios de direitos individuais, de governo limitado e que respeite os direitos à propriedade privada e a livre iniciativa (BALL, 2020, p. 60)

<sup>3</sup>*Think tanks* podem ser entendidos como instituições que se dedicam a produzir conhecimento sobre temas sobre políticas, economia ou científicas. A principal função de um *think tanks* é influenciar a tomada de decisão das esferas pública e privada, bem como de formuladores de políticas no que se refere aos temas que estão em pauta

adotadas pelo governo brasileiro. Assim, com ajuda de especialistas em educação, tanto americanos quanto brasileiros, o TPE pode introduzir no sistema educacional brasileiro “ferramentas de monitoramento de desempenho” (Ball, 2020, p. 63).

A organização tem trabalhado na direção de propor e sugerir metas para monitorar o ensino brasileiro com apoio de especialistas na área educacional, brasileiros e americanos, para verificar o rendimento escolar (Macedo, 2014).

O TPE apresenta, como modelo para monitorar esta suposta qualidade da educação, a Prova ABC, criada pela ONG, inspiração do governo federal para a criação da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). O destaque dado à Prova ABC como inspiração do MEC sugere como objetivo do TPE não apoiar a qualidade, mas que haja um instrumento para medir esta qualidade de forma padronizada para poder comparar o nível educacional, medi-lo e quantificá-lo, ou melhor, aquela que possa ser avaliada.

Estes números, segundo Ball (2020), são utilizados em sistemas de avaliação, tabelas para medir o desempenho das escolas, indicadores de rendimento e outros cujo o objetivo é fazer com que os estados monitorem, orientem e reformem os sistemas educacionais “por meio de uso de metas, benchmarks (valores de referência), e intervenções acionadas por desempenho” (Ball, 2020, p.70).

Vale destacar o que Macedo (2014) reflete sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) a proposta apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) para a BNCC seria capaz de garantir a mensuração verdadeira de todos os ciclos da educação de tal forma que permitisse saber se houve ou não evolução do ensino. Macedo (2014), ressalta que há um deslizamento entre “objetivos/metasp de aprendizagem e padrões de avaliação” (Macedo, 2014, p.20). Segundo ela (2014), “os objetivos se transformam em padrões ou os padrões em objetivos” (Macedo, 2014, p.20).

O que se desdobra é por onde estes discursos de uma educação de qualidade se apresentam, pois, o que esta dissertação busca demonstrar é que estas ideias trafegam “por zonas de interseção entre discursos públicos e privados nas quais vão sendo construídos os sentidos para educação” (Macedo, 2014, p.20).

Mas por que estas instituições têm uma preocupação em construir um imaginário educação de qualidade?

Frigotto (2017) estabelece uma crítica aos conceitos emanados na década de 1960 quando, ao estudar os resultados de gastos em educação, Schultz constatou que estudar e ter habilidades e conhecimentos constituíam um capital humano equiparado igualmente a bens de produção (Frigotto, 2017). Em outras palavras, há uma mercantilização da educação, da prática educativa, mudando as relações sociais para uma forma de mercado de docentes e discentes mais dóceis e produtivos (Ball, 2020).

Relevante é registrar que a construção ideológica da noção de capital humano, ao mesmo tempo em que induz a uma visão invertida da desigualdade, estabelece uma mudança profunda e regressiva na concepção republicana de educação básica, pública, gratuita, universal e laica. A educação escolar deixa de ser concebida como um direito social e subjetivo universal e, se é definida como investimento em capital (capital humano), passa a reger-se pelos critérios e leis mercantis (Frigotto, 2017, p.12).

Para delinear a Análise do Discurso de corrente *pecheutiana* utilizaremos as reflexões apontadas nas obras de Pêcheux (2014), Orlandi (2007) e (2020), Carvalho (2018) e Silva, Silveira (2020), Gasparini (2021). As Formações Imaginárias serão discutidas à luz de Pêcheux (2014) e também dos estudos de Lima (2022). As reflexões sobre educação serão abordadas a partir de Laval (2015), Dufour (2005), Macedo (2014) e Ball (2012). Para tratar de Discurso Neoliberal (DNL) usar-se-á os apontamentos de Guilbert (2020).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Análise do Discurso (AD) de corrente *pecheutiana* surge no final dos anos 60, momento de uma grande discussão referente ao Materialismo Histórico de Althusser, à Linguística Estrutural de Saussure e à Psicanálise, com a releitura lacaniana de Freud. Essa abordagem se instaura e se estabelece na articulação de entremeio entre estas três áreas do conhecimento científico: Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise (Orlandi, 2007).

Pêcheux e Fuchs (1975) apresentam um quadro epistemológico para uma melhor compreensão dos campos de estudo sobre o qual a Análise do Discurso Francesa se fundamenta. Os autores destacam as três regiões do conhecimento científico articulados na AD como sendo o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. A primeira compreende a teoria das ideologias, das formações sociais e consequentemente de suas transformações. Já a segunda se relaciona com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Por fim, a terceira compreende a determinação histórica dos processos semânticos. Essas três serão atravessadas e articuladas por uma outra teoria, a da subjetividade, de natureza psicanalítica (Pêcheux; Fuchs, 1975).

Orlandi (2007) expõe não se tratar, neste caso, de interdisciplinaridade, pois não se estabelece entre elas uma dominação sobre a outra. Estas teorias se constituem de forma paritária. Dessa forma, a AD se dá no entremeio porque ela comunga tanto de espaços da Linguística, das Ciências Sociais quanto de conceitos para além do domínio linguístico, a psicanálise (Silva; Silveira, 2020),

Outro ponto a ser observado é quanto estamos sujeitos à língua e à linguagem, e como os equívocos e sua opacidade geram movimentos discursivos e oferecem sentido ao que foi dito. Segundo Orlandi (2007), o discurso deve ser encarado como movimentos dos sentidos, de lugares provisórios e também de dispersão. Este movimento de sentido para a autora é composto também por unidade e diversidade e ancora e apresenta vestígios (Orlandi, 2007).

Ainda em Orlandi (2007), a língua é vista pela AD como mediadora fundamental entre o homem e a realidade natural e social. O discurso é, assim, o lugar da materialidade linguística. Cabe à AD, dessa forma, a compreensão de como ocorre o trabalho simbólico e ideológico na língua, pois é nela que os sentidos são produzidos (Silva; Silveira, 2020).

A AD busca analisar como é produzido o trabalho simbólico e ideológico na língua, ou seja, como, por meio dela, objetos ganham sentido. A língua tem sentido porque há o sujeito atravessado pela ideologia, não havendo o discurso acontecer sem ela.

Para a presente pesquisa, será delineado como ponto de partida os conceitos de Formações Imaginárias (FI), Processos Discursivos (PD), Condições de Produção (CP) e Formações Discursivas (FD) elaborados por Pêcheux.

Para Pêcheux (1973) o discurso pode ser entendido como uma “sequência linguística de dimensão variável, geralmente, superior à frase” (Pêcheux,1973, [2015], p.214), referindo-se às condições determinantes de sua produção “em relação a outros discursos” (Pêcheux,1973, [2015], p.214). As condições ao qual o autor se refere estão ligadas ao lugar da pessoa que fala, bem como para a quem o “discurso visa” (Pêcheux,1973, [2015], p.214). Dessa forma, o discurso visa o lugar a quem se direciona tanto formal quanto informalmente.

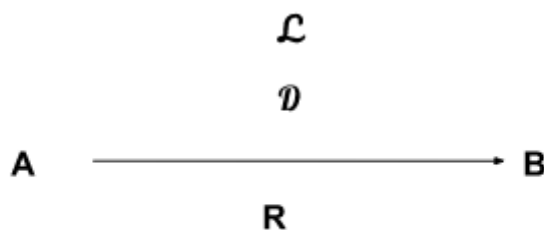
Na obra “Análise automática do discurso (AAD-69)” (2014), as definições de Processos Discursivos (PD) e de Condições de Produção (CP) são apresentadas e Pêcheux busca um método científico para formular a Análise do Discurso como uma ciência analítica para servir de instrumento científico para as ciências sociais, elaborando o conceito de discurso e oferecendo à AD um procedimento de análise.

Henry (2014), ao analisar o instrumento científico ao qual Pêcheux se propôs, esclarece que o autor buscou fornecer às ciências sociais uma ferramenta científica necessária , pois considerava que o “estado das ciências sociais era um tanto pré-científico” (HENRY, 2014, p. 13), em uma base teórica para fundamentá-la e explicar, além de acreditar que “o estabelecimento de uma ciência necessita de instrumentos” (Henry, 2014, p.13) capazes de oferecer bases científicas para embasar as análises dentro de campo da teoria.

Sendo o discurso entendido como efeitos de sentidos ocorridos entre interlocutores, o autor francês busca no esquema informacional de Jakobson apontar os protagonistas do discurso bem como o seu referente e, assim, estabelecer instrumento técnico analítico para a AD para a partir do esquema poder falar o que é discurso.

Neste esquema, emprestado de Jakobson, o destinador (A) envia uma mensagem ao destinatário (B) sobre um referente (R) possível de ser verbalizado ou de sê-lo, ou seja, ele é aquilo de que se fala. Esta verbalização ocorre por um código, a língua, comum a A e a B. Abaixo, ilustramos o esquema proposto:

**Figura 1:** baseada na ilustração da “Análise automática do discurso (AAD-69)”



**Fonte:** (Pêcheux.2014, p.81)

Assim,

A: seria o “destinador”

B: seria o “destinatário”

R: “o referente”

(**L**): o código linguístico comum a A e B

**D**: a sequência verbal emitida por A em direção a B

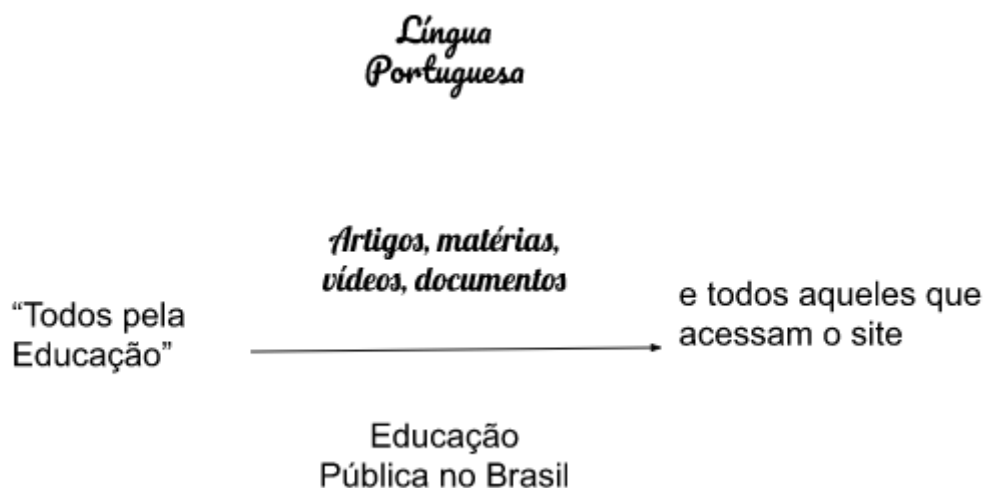
De tal forma, para estabelecer o modelo de comunicação linguística, Jakobson (2007) vai apontar que o “ato de fala” (Jakobson,2007, p. 18), seja ele qual for, é envolvido por uma mensagem e “quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema (topic) da mensagem e código utilizado” (Jakobson,2007, p. 18). Bom ressaltar que para o autor não há forças antagônicas entre o emissor (destinador) e receptor (destinatário). Ambos, para ele, são protagonistas do ato de comunicação, pois permite trazer elementos linguísticos caracterizadores daquele que fala, bem como seu comportamento, sua atitude, em relação ao que fala e verbaliza, bem como a quem o escuta (Jakobson, 2007).

Em outras palavras, a comunicação para existir, segundo Jakobson, necessita de um remetente (A), o destinador, para enviar uma mensagem ao destinatário (A) por meio de um referente (R) (ou contexto), sendo o referente é aquilo de que se fala, utilizando para esta comunicação um código linguístico comum transmitido por um canal, ou contato.

No caso da presente pesquisa, analisamos que o destinador (A) é o TPE. Por sua vez, o destinatário (B) seria um destinatário virtual, referindo-se não somente a todos que acessam o site, mas a potenciais visitantes dele. Já o referente (R) seria a Educação no Brasil. Por sua vez, o Código linguístico (**L**) é o português e a sequência verbal (**D**), há o

entendimento na presente pesquisa, como sendo os artigos, as matérias, vídeos, documentos disponibilizados no site como material a ser analisado.

**Figura 2:** baseada na ilustração da “Análise automática do discurso (AAD-69)”



Fonte:(Pêcheux.2014, p.81)

Dessa forma, o *Todos pela Educação* (A) apresenta aos usuários do site (B), artigos, matérias, vídeos, documentos (**D**) para que esses possam se engajar no movimento por uma educação pública (R). Por esse material o site oferece ao público o que será analisado.

Estes lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos encontram-se representados e presentes no discurso, todavia se mostram transformados. Nos processos discursivos, ocorre uma sequência de formações imaginárias definidoras do lugar que A e B atribuem a si e ao *outro*, segundo argumenta Pêcheux (2014). Em outros termos, a imagem feita por eles do lugar onde estão e do lugar ocupado pelo outro. Claro que, como o autor reforça, esta situação não é "biunívoca" (Pêcheux, 2014, p.82), de tal maneira que diferentes situações podem representar uma mesma posição. E o contrário também ocorre: uma mesma situação se apresenta em várias posições (Pêcheux, 2014).

Porém, para Pêcheux (2014), o discurso não implica em uma transmissão de informação entre A e B, mas sim em efeitos de sentidos entre os locutores A e B, sendo que estes

dois pontos designam lugares já estabelecidos na formação social. Podemos exemplificar ainda com a relação do fiel (B) frequentador da igreja em busca de ser catequizado pelo padre (A), ou ainda a relação do empregado de uma empresa (B) à espera de ordens do patrão (A). Assim, o “Fiel”, o “padre”, o “empregado”, os “chefes” não são lidos como destinador e destinatário, mas como lugares numa formação social, em outras palavras, é “na luta de classes” (Althusser, 1998, p. 71) que a formação social se desenvolve (Althusser, 1998).

Utilizaremos o quadro proposto por Pêcheux (2014) para verificar como se constituem as formações imaginárias (FI) e acrescentando uma coluna para colocar como esta pesquisa trabalhará a imagem da educação apresentada pelo site *Todos pela Educação*.

**Tabela 1:** modelo adaptado do quadro das Formações Imaginárias em “Análise automática do discurso (AAD-69)” (Pêcheux, 2014, p.82)

Expressão que designa as Formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente levando em consideração o objeto de pesquisa
A	I <sub>A</sub> (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?	Quem somos ( <i>Todos pela Educação</i> ) para falar assim?
	I <sub>A</sub> (B)	imagem do lugar de B para o Sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?	Quem é o público (este destinatário virtual) que acessa o site para que eu lhe fale assim?
B	I <sub>B</sub> (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	quem sou eu para que ele me fale assim?	Quem somos (estes destinatários virtuais que visitam o site) para que o <i>Todos pela Educação</i> fale de educação?
	I <sub>B</sub> (A)	imagem do Lugar de A para o sujeito colocado em B	quem é ele para me falar assim?	Quem é o <i>Todos pela Educação</i> para nós (estes potenciais visitantes) falar assim da educação no Brasil?

**Fonte:** (Pêcheux, 2014, p.82)



Assim, o autor nos coloca que, independentemente da não linearidade e regularidade do discurso, o processo discursivo implica na existência das formações imaginárias. Utilizando o esquema informacional de Jakobson, Pêcheux (2014) insere o referente (R) para tratar daquilo de que se fala, apresentada no discurso, daquilo que se fala. Acrescentaremos mais uma coluna ao esquema proposto pelo autor para trabalhar como o *Todos pela Educação* situa em seu discurso a educação no Brasil:

**Tabela 2:** modelo adaptado do quadro das Formações Imaginárias em “Análise automática do discurso (AAD-69)” (Pêcheux, 2014, p.83)

Expressão que designa as Formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta "subentende a formação imaginária correspondente	Questão implícita cuja "resposta "subentende a formação imaginária correspondente levando em consideração o objeto de pesquisa
A	$I_A(R)$	“Ponto de Vista” de A sobre R	De que lhe falo assim?	De que educação lhe falamos?
B	$I_B(R)$	“Ponto de Vista” de B sobre R	De que ele me fala assim?	De que educação o TPE nos fala?

Fonte: (Pêcheux, 2014, p.83)

Estudar as FI apresentadas no Portal permite verificar a de materialidade linguística e perceber como as condições de produção de um determinado discurso são atribuídas à lugares mantidos e apoiados “por A e B em relação a R” (Pêcheux,1973, [2015], p.216). O autor reforça não se tratar de entender estes lugares como “propriedades individuais de locutor individual” (Pêcheux,1973, [2015], p.216), e sim que propriedades do lugar do sujeito no discurso não se referem ao passado, às aprendizagens e emoções do locutor. Esta posição ocupada pelo sujeito que produz o discurso pertence à estrutura social com condições possíveis de serem descritas “cientificamente como devendo comportar os lugares de A e B e o referente R” (Pêcheux,1973, [2015], p.216).

Para uma melhor abordagem das formações imaginárias apresentadas pelo TPE, no *corpus* serão analisadas as sequências discursivas que tratam do referente  $I_A(R)$ , em

outros termos, o ponto de vista do TPE sobre a educação brasileira e da imagem feita pelo TPE dele mesmo (IA(A)).

Nesse sentido, Pêcheux (2015), em “Discurso: estrutura ou acontecimento (?)” de 1983, aponta a Análise do Discurso como uma disciplina de interpretação e que essa ocorre quando o analista está em contato com a materialidade do discurso: o texto. E para além disso, o pesquisador precisa olhar não para a profundidade do texto, mas para a superfície, pois é nela que se encontra o discurso, como já apontava em 1969:

O confronto recíproco das formas variadas da superfície permite ao multiplicar a presença do discurso por ele mesmo, manifestar a estrutura invariante do processo de produção para um estado dado, estrutura esta cujas variações são um sintoma (Pêcheux, 2014, p.98).

Nas palavras de Orlandi (1999), os dizeres não são mensagens para se decodificar. Os efeitos de sentido, para ela, encontram-se em condições já determinadas, deixando vestígios a serem aprendidos pelo pesquisador do discurso. Em outras palavras, são pistas indicativas para compreender os sentidos. Tais sentidos estão relacionados com o que é dito em determinado lugar ou outros quaisquer, com a possibilidade de analisar também o não dito e que poderia ser dito, mas, por algum motivo, não foi (Orlandi, 2020). Assim, os discursos sempre remeterão a outros, sendo constituídos de outros (Pêcheux, 2014).

Dessa forma, Pêcheux (2014) retoma a teoria de Saussure para tratar de instâncias da linguagem. Nela haverá a língua, de caráter social - somos todos brasileiros e falamos português, mas por outro lado, a fala se constitui de manifestações “individuais e momentâneas” (Saussure, 2021, p. 63), própria do sujeito que fala, remetendo ao que Pêcheux (2014) considera como singularidade da fala.

De outra maneira, para Saussure a linguagem é multiforme, apoiada sobre diferentes domínios, sendo “ao mesmo tempo fisiológica e psíquica” (Saussure, 2021, p. 52), ela faz parte tanto do campo individual quanto do social. Já a língua é “uma coisa adquirida e convencional” (Saussure, 2021, p.53) adotada pelas pessoas de uma dada comunidade ou corpo social para permitir que elas se comuniquem e interajam (Saussure, 2021).

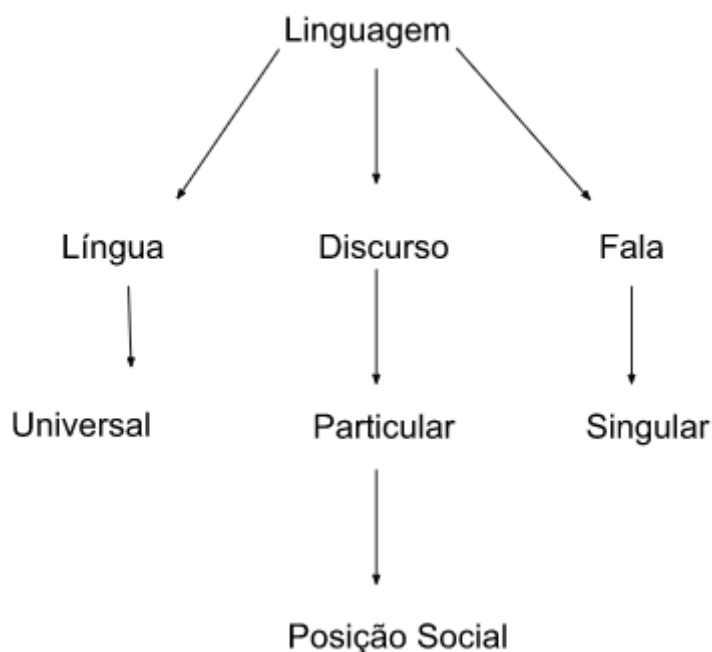
No entanto, Pêcheux (2014) acrescenta, entre essas duas instâncias, o discurso, de cunho particular vinculado a uma posição social. Para o autor, o discurso está sempre em relação a um outro discurso e remete, portanto, a um já dito. Este está afetado pelas

condições de produção de um lugar, à posição ocupada pelo sujeito, pois o que importa para a AD é o lugar de onde se fala.

Sobre as instâncias de linguagem Gasparini (2021) acrescenta que Pêcheux destaca um nível intermediário, o nível da particularidade, responsável por definir os contratos dos feixes do local e das novas instâncias, e que se encontra entre o nível da singularidade Individual (fala) e da universalidade (Língua) (Gasparini, 2020).

Dessa forma, segundo Gasparini (2020), o nível intermediário corresponde, portanto, ao discurso enquanto “nível de particularidade” (Gasparini, 2020, p.24) e que só seria possível de ser abordada “a partir de uma mudança de terreno, mudança esta que faria incidir no campo da linguística conceitos a ela exteriores”. (Gasparini, 2021, p.24). Assim, é o lugar que determina o discurso. Na figura 3, ilustramos as instâncias da linguagem:

**Figura 3:** instâncias da linguagem



**Fonte:** (Gasparini, 2020, p.24)

Assim, Pêcheux (2014), para tratar dessa posição social assumida pelo sujeito, nos apresenta os conceitos de Processos Discursivos (PD) e Condições de Produção (CP). O PD consiste nos efeitos metafóricos de substituição de significantes.

O dizer, porém, não é de forma alguma propriedade particular. As palavras não pertencem apenas a nós. Elas significam tanto pela história quanto pela língua, explica Orlandi (2020). O que, por ventura, é dito em outro lugar também ganha significado em nossas palavras, no nosso dizer. O sujeito, ao enunciar, considera e acha que tem domínio do que diz e fala (Orlandi, 2020).

Em outras palavras, o “Todos”, presente no nome do movimento, objeto desta análise, designa uma totalidade, mas também o nome do movimento. Ele é dito para designar um conjunto de pessoas/coisas sem o propósito de especificar. Em outras palavras, a construção pronominal “todos”, na verdade é negada, quando trata de coisas que dizem respeito somente às ideologias e ao imaginário de um grupo que acredita no modo como a educação deve ser construída. Como expresso na Constituição no artigo 205: “A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família...” (CF,1988)<sup>4</sup>.

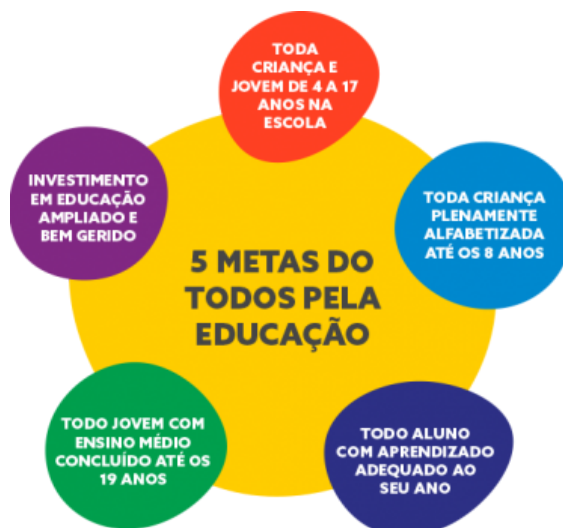
Esse léxico presente na CF brasileira também é utilizado pela ONG: “afinal, um País só é verdadeiramente independente com Educação de qualidade para todos” (Todos pela educação, 2023), presente na aba “Quem Somos”. Dessa forma, o TPE remete a um discurso já dito e presente na CF. O *Todos pela Educação* não tem domínio do que diz e expressa, pois afirmar a Educação como direito de todos já se encontrava na carta magna. No entanto, no espaço e no lugar de ONG, o termo “Todos” ganha um novo significado, designando não apenas uma educação para todos, mas o próprio nome do movimento. E, dessa forma, o ideário de um grupo, o nome, disfarça o ideário seguido por um grupo.

Na figura abaixo, retirada da aba das metas para educação, o TPE utiliza a palavra “todo” ou “Toda” em quatro das cinco metas pela educação.

**Figura 4:** retirada da sub aba “Educação que defendemos” do site *Todos pela Educação*

---

<sup>4</sup> Artigo 205 da Constituição Federal: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao\\_educacao.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf)



**Fonte:** <https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/>

Na imagem a palavra ‘todos’, produzida na materialidade linguística da qual o TPE faz parte, gera um efeito de sentido de igualdade, pois as metas expõem que toda criança de 4 a 17 anos devem estar na escola, e a ONG pretende garantir acesso para essa faixa etária ao ambiente escolar. A organização também propõe alfabetização para toda criança até os 8 anos. Assim, não basta apenas frequentar a escola, mas também estar em plena alfabetização em uma determinada faixa etária. O TPE também coloca como meta aprendizado adequado ao aluno de acordo com o ano escolar, além de que todo jovem conclua o ensino médio aos 19 anos.

O *Todos pela Educação* faz uso da repetição para que o nome do movimento seja também lembrado ao apresentar o alvo. “Todo aluno” (Todos pela Educação, 2023), “todo jovem” (Todos pela Educação, 2023), “toda criança” (Todos pela Educação, 2023) são utilizados para dar um sentido de igualdade, havendo uma preocupação em manter estes estudantes dentro do que o TPE considera um ensino regular, pois estabelece um período para que estas crianças e jovens sejam alfabetizados e tenham o ensino-aprendizagem concluído.

Esse uso da língua como um pré-requisito fundamental de processos discursivos, para Pêcheux (2014), com seus conjuntos de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas, possuem uma “autonomia relativa” (Pêcheux, 2014, p.81) e estão alicerçados em leis internas, formando a base estruturante comum para que surjam e se desenvolvam os processos discursivos (Pêcheux, 2014).

Sob o prisma de uma base linguística comum, pois usada tanto pelo materialista quanto pelo idealista, é do mesmo sistema que se trata tanto para o revolucionário quanto para o reacionário. Ela, a base linguística, é utilizada tanto por quem possui conhecimento como também por aqueles que não o têm. Porém, não é possível afirmar que os usuários da língua “tenham o mesmo discurso” (Pêcheux, 2014, p. 81). A língua é, portanto, a materialidade em que todo processo discursivo se dá e acontece na relação “ideológica de classes” (Pêcheux, 2014, p. 82).

No entanto, os efeitos de sentidos não podem ser controlados. Em outras palavras, não é útil para a Análise do Discurso o que ele (O Locutor) quis dizer quando verbalizou. Focar a análise do discurso no que o falante quis dizer é irrelevante para apreender os efeitos de sentido ali postos. Dessa forma, o sentido se produz na relação entre significantes (Orlandi, 2020).

Já em relação às Condições de Produção (CP), como define Pêcheux (2014), elas consistem nas formações imaginárias ou nas imagens feitas pelos locutores de si e do referente. Assim, é fundamental compreender a relação do sujeito com as condições de produção, pois elas afetam o dito pelo sujeito e também os efeitos de sentidos produzidos no discurso já estabelecidos em uma formação discursiva em que os sujeitos já ocupam lugares determinados (Lima, 2022):

Nesse sentido, é basilar à AD considerar a relação da linguagem com suas CP, buscando a relação entre os locutores nos diferentes discursos produzidos. A explicação de Orlandi acerca dos sentidos estrito e amplo das condições de produção se faz interessante por permitir indicar que, na AD, a noção de contexto – amplamente utilizada em outras áreas como a Linguística Textual – não é negligenciada, mas sim ampliada dado que o contexto imediato/estrito não é, por si só, suficiente para uma análise materialista-histórica, sendo, portanto, considerado o contexto sócio-histórico ideológico (Lima, 2022, p. 27).

Para tratar dos Processos Discursivos (PD) e das Condições de Produção (CP) exemplifica-se a palavra “Aluno”. No primeiro PD, "Aluno" estabelece uma relação de substituição com “Estudante”. No segundo PD, a palavra em questão é substituída por “Clientela”, termo concordante com a versão original da Base Nacional Curricular Comum em que educando foi substituído por “Clientela”<sup>5</sup>. O que há, portanto, é uma relação de substituição entre, por um lado, Aluno-estudante, e, por outro, lado, Aluno-Cliente. A seguir é demonstrada a substituição de significantes:

---

<sup>5</sup> Segundo Macedo, em redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, o texto original não mencionava a educação infantil e referia-se a clientela ao invés de educandos.

**Tabela 2:** Exemplos de PD e CP.

<b>Possibilidades de Substituição da palavra “Aluno”</b>	
<b>Processo Discursivo 1 (PD1)</b>	<b>Processo Discursivo 2 (PD2)</b>
Educando	Educando
Estudante	Clientela
<b>Condição de Produção 1 (CP1)</b>	<b>Condições de Produção (CP2)</b>

**Fonte:** autoria própria

Dessa forma, a AD não olha para a transmissão de mensagens entre A e B (Locutores), mas para os efeitos de sentido produzidos entre eles. Na exemplificação acima é o que Pêcheux em 1969 chamava de efeito metafórico produzido na relação de substituição entre significantes, um “fenômeno semântico” (Pêcheux, 2014, p.96) “produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y” (Pêcheux, 2014, p. 96).

Não se analisa um discurso apenas olhando para o seu texto, como sequência linguística fechada e acabada em si mesma, mas deve-se olhá-lo, analisá-lo em conjunto com discursos possíveis a partir das condições de produção. Percebe-se na tabela 3 que tanto CP1 quanto CP2 designam posições particulares do sujeito, ambos aparecem como lugares determinados na estrutura social (Pêcheux, 2014).

Ainda, Pêcheux (2014) destaca que as CP são constituídas a partir da relação de forças antagônicas no campo social. O discurso é pronunciado, assim, a partir dessas condições. Em outras palavras, as CP são lugares sociológicos que descrevem os traços característicos de onde se fala. O que o orador diz, escreve, anuncia “não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa” (Pêcheux, 2014, p. 76). O que a tabela demonstra são os efeitos de sentido produzidos na relação entre significantes.

Dessa forma, segundo Pêcheux (2014), o processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias. As CP estão representadas no discurso, mas ao mesmo tempo modificadas, transformadas. Em outras palavras, o funcionamento do PD é regido por uma série de formações imaginárias que estabelecem o lugar de quem diz “estudante” e

de quem diz “clientela”, atribuindo a imagem de si e também do outro. De outra maneira, a imagem se atribui ao seu próprio lugar e ao lugar do outro (Pêcheux, 2014).

Contudo, se assim ocorre, existem nestes mecanismos de formação social, apontados pelo autor, regras para se projetar, responsáveis por definir as relações entre as situações já definidas e as posições representadas dessas situações. Estas regras de projeção para as representações imaginárias partem, assim, de processos discursivos anteriores. Possivelmente, de outras condições de produção que deixaram de funcionar por algum motivo, mas deram criação a outros enunciados, a outras “tomadas de posição”. O referente discursivo é atravessado pelo “já ouvido” e pelo “já dito” (Pêcheux, 2014).

A noção de Formação Discursiva (FD) é importante também para se pensar os Processos Discursivos e as Condições de Produção. A Análise do Discurso de vertente *pecheutiana* não se interessa unicamente por elementos linguísticos, mas também pelo que está fora, o extralinguístico. As formações ideológicas ora inscritas se apresentam como parte essencial destes discursos e permitem aos sujeitos estabelecer-se nesta interseção das formações discursivas, situando, portanto, as posições possíveis deste sujeito no discurso.

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores (Orlandi, 2007, p. 14).

A FD permite a compreensão de como ocorre o processo de produção de sentido, como ela se (co)relaciona com a ideologia e permite ao analista do discurso perceber o que há de regular no dizer. Definida a formação ideológica, o dito é determinado pela conjuntura social e histórica. As palavras, segundo Orlandi (1999), não significam nelas mesmas, mas configuram seus efeitos das FD em que se estabelecem. Os sentidos sofrem os efeitos do ideologicamente determinado, pois “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso” (Orlandi, 2020, p.41).

No caso do TPE, no entanto, o movimento apaga a posição de onde fala apesar de agir como um movimento de classe, agrupando pessoas e entidades para defesa de uma causa. O discurso está articulado com o empresariado.



Essa definição de que o discurso somente é constituído na relação com outro está também em Carvalho (2018), que vê as formações discursivas partindo de discursos advindas de outro lugar, tendo “sempre um espaço atravessado pelo pré-construído” (Carvalho, 2018, p. 28). Assim, os discursos são incorporados pela FD numa relação que pode estabelecer um “confronto ou aliança de acordo com todo dizer já dito” (Carvalho, 2018, p. 28).

A formação discursiva é chamada por Pêcheux (2014) de tudo aquilo que está numa formação ideológica já estabelecida, ou seja, em uma conjuntura de luta de classes já determinada, e que impõe “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2014, p. 147).

No entanto, este confronto ou aliança se dará sob a Formação Discursiva dominante como aponta Pêcheux (2014). O pré-construído, ou sempre-já-aí, e as articulações, elementos do interdiscurso, aparecem como ilusões idealistas “determinando o sujeito” (Pêcheux, 2014, p. 151), impondo-lhe um assujeitamento com uma aparência de autonomia, “através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (Pêcheux, 2014, p. 151).

É numa formação discursiva (FD), portanto, que se desdobram os processos discursivos (PD) e é no âmbito de uma FD que um PD produz efeito de sentido. Para Pêcheux (2014), PD é sistema de substituições, paráfrases e sinonímias e outras que se articulam juntamente com os elementos linguísticos, de forma significativa, “em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 2014, p. 148). Ou melhor, as trocas metafóricas e metonímicas dos PD funcionam sobre elementos linguísticos em uma dada FD e assim, a forma como ocorrem essas substituições, organiza o saber de uma FD.

E a FD do TPE se mostra pelo já construído, pois há usos de certas expressões ou palavras, por mais repetidas no dia a dia, presentes em documentos, só são utilizadas para reforçar as propostas do movimento. Elas ganham outro significado, justamente aquele que o TPE deseja disseminar por meio do site e de seus documentos. Expressões como “educação de qualidade”, “competências essenciais”, “educação para todos” são repetidos, mas ganham novo significado dentro da FD do TPE.

Os conceitos de esquecimento 2 e 1 de Pêcheux (2014) são essenciais também para a sua compreensão das FD. O esquecimento 2 está relacionado ao fato de que aquilo que é dito, no âmbito do que uma FD permite dizer, poderia ter sido dito de outra forma. De outra maneira, o esquecimento 2 é considerado aquele em que o sujeito-falante “seleciona” no

interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas que nelas se encontram em relação de paráfrase” (Pêcheux, 2014, p.161).

O enunciado parafrástico, neste caso, é passível de ser reformulado dentro da “*formação discursiva considerada*” (Pêcheux, 2014, p.161 – Destaque do autor). Nas palavras de Orlandi (2020), o esquecimento 2 permite ao sujeito falar de uma maneira e não de outra, formando-se, assim, “famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro” (Orlandi,2020, p.33). Ao dizer de uma determinada maneira, o sujeito se 'esquece' que poderia ter sido dito de outro jeito. Dessa forma, quando o TPE coloca a necessidade da “modernização da gestão educacional” (Todos pela Educação,2023), de maneira inconsciente, o movimento se 'esquece' de que reproduz a evidência de uma gestão educacional não moderna, por exemplo.

Por outro lado, o esquecimento 1, é o esquecimento fundamental, pois não está no âmbito daquilo que o sujeito poderia dizer. Ele incide sobre a constituição da FD, na relação com seu entorno (um entorno, externo-interno). Em outras palavras, o esquecimento 1 parte da noção de “sistemas inconscientes” (Pêcheux, 2014, p.162), pois o “sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 2014, p.162), tendo como objetivo “mascarar o objeto” (Pêcheux, 2014, p.165) do discurso. Esse exterior, segundo Pêcheux (2014), é ocultado de forma radical para o sujeito-falante “sob a dominância dessa formação discursiva” (Pêcheux, 2014, p.165).

Orlandi (2020) pontua que o esquecimento 1 pode ser chamado também de “esquecimento ideológico” (Orlandi,2020, p.33) porque é resultado “do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (Orlandi,2020, p.33). O sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, mas, na verdade, apenas retoma sentidos já existentes. Uma ilusão extremamente importante e necessária “para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos” (Orlandi,2020, p.33) para as palavras adquirirem sentido ao retomarem palavras já existentes, como se elas fossem o sentido originário.

Dessa forma, quando o TPE diz a “modernização da gestão educacional” (Todos pela Educação,2023), ele esquece, de forma involuntária e inconsciente, de que este dito já foi dito para que, assim, ganhe um sentido originário, como se do TPE se originasse. Utilizando “modernização da gestão educacional” (Todos pela Educação,2023), o esquecimento 1 oculta e mascara o sentido de que a gestão educacional não é moderna.

Em consonância com as FD pode-se refletir o processo de nomeação como instrumento fundamental na produção de sentido, uma vez que o sentido de palavras e expressões, como aponta Pêcheux (2014), não existem em si mesmo, mas é determinado por posições ideológicas dentro de processo social e histórico, possibilitando que tais palavras e expressões sejam produzidas e reproduzidas. Elas mudam de significado e de sentido a depender das “posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 2014, p.146,147).

Nomear não pressupõe apenas um ato de rotular coisas e objetos, mas também a força de os apontar no mundo. A nomeação dar-se-á a partir do ponto de vista do locutor do objeto nomeado, numa relação de conflito entre linguagem e realidade (Assis, 2020).

O ato de categorizar, indica, assim, que a nomeação não será neutra, pois ela foi concebida a partir dos posicionamentos dos que a enunciaram. Assis (2020) pontua que a nomeação, como ato de categorização, “nunca é neutra, visto que ela é revestida dos posicionamentos daqueles que a enunciam” (Assis, 2020, p. 19). É por meio das nomeações que os sujeitos “produzem os efeitos de sentidos de acordo com suas visões de mundo” (Assis, 2020, p. 19).

Dessa forma, circulando massivamente como senso comum na sociedade, este objeto nomeado se torna uma evidência da realidade dada tão certa e inquestionável que ele se torna naturalizado (Assis, 2020). No que se refere ao TPE, por exemplo, não se questiona que educação deva ser de qualidade, que ela deva ser melhorada, pois estas afirmações sobre a educação já se encontram como evidências na construção do discurso.

Nomear um acontecimento consiste em já emitir uma opinião, implicitamente, sobre um determinado acontecimento particular como defende Guilbert (2020). Ao enunciar, o sujeito enuncia sua própria visão do mundo. Para formular sua teoria de nomeação, o autor parte para uma abordagem anterior às frases, para “aquilo que se mostra como mais ‘natural’” (Guilbert, 2020, p.51), portanto, analisa “palavras- ou grupos de palavras” (Guilbert, 2020, p.51).

Cassen (*apud* Guilbert, 2020) alerta ser necessário lutar para reconquistar os sentidos das palavras, pois é necessário “vomitar o não dito” das palavras do liberalismo” (*apud* Guilbert, 1999, p. 52). A reconquista destas palavras ocorre pelo combate que se desenvolve sobre o terreno da ideologia, utilizando para esse fim, principalmente, a arma terminológica (Cassen *apud* Guilbert, 2020).

Ainda segundo o mesmo autor há nova vulgata planetária utilizada pelos organismos internacionais, pela grande mídia e entidades filantrópicas para disseminar ideias neoliberais com uma aura de imparcialidade e neutralidade. É pela retórica que se conquista, que se seduz, que a ideia se torna compatível, mesmo que não seja verdade. “O que é retórico, então, não é necessariamente, verdade, mas está bem e belamente dito”. (Guilbert, 2020, p. 113)

Em contraponto, Batista e Silva (2019) expõem que na gramática funcional, as sentenças afirmativas expõem justamente aquilo que poderia ser entendido como universal e inquestionável. Um texto que se pretenda a persuadir o leitor possui justamente características validadas pela ótica funcionalista: “tempo presente das verdades gerais, ordem preferencialmente direta, linguagem clara, sem excessos de estilo” (Batista, Silva, 2019, p.142), ou seja, utilização da linguagem para estabelecer um discurso de fácil entendimento para que as ideias propostas ganhem adesão do leitor.

Assim, a persuasão se ancorava no efeito da verdade universal, típico dos discursos científicos. Halliday (1994) explica que a estratégia argumentativa se evidencia por argumento essencial, uma linguagem com aparência imparcial, se afirmando, dessa forma, como um discurso superior por estar amparado por uma abordagem científica, sendo considerada como a melhor para explicar o funcionamento e o uso das línguas (Batista, Silva, 2019, p.142).

Há, assim, uma arma terminológica de palavras do neoliberalismo essenciais para o Discurso Neoliberal (DNL) se apresentar como “evidente, indiscutível” (Guilbert, 2020, p. 52) e mesmo irrefutável. Como pontuam Bourdieu e Wacquant, a nova vulgata atribui ao mercado qualidades inexistentes no setor público:

Ao “mercado” são atribuídas virtudes, que de modo simétrico, são defeitos para o Estado: o mercado é associado à liberdade” ele seria “aberto, flexível, dinâmico, movente”, ele encarnaria o futuro, a novidade, o crescimento, a diversidade, a autenticidade”, enquanto o Estado é associado às “restrições”, se diz “fechado, rígido, imóvel, fixo”, ele encararia o “passado, o imobilismo, a uniformidade, a artificialidade (Bourdieu; Wacquant *apud* Guilbert, 2020, p.52).

Bourdieu e Wacquant (2004) exemplificam como parte dessas terminologias que ecoam naturalmente difundidas pela mídia e por organizações internacionais nomes como “‘globalização’, ‘flexibilidade’, ‘governabilidade’ e ‘empregabilidade’” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24), além de palavras como ‘*underclass*’, ‘exclusão’, ‘comunitarismo’,

‘multiculturalismo’ (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24) e outros exemplos citados pelos autores em que padrões, funcionários falam uma “estranha novilíngua” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24), ecoando de forma natural este “vocabulário, aparentemente sem origem” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24). Pode-se entender como parte destas terminologias, ainda segundo os autores, expressões como ‘nova economia’ e ‘tolerância zero’” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24).

Além disso, palavras como capitalismo, classe, dominação, exploração, desigualdade são postas de lado, retiradas de circulação com a justificativa de “obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24). É fruto, segundo os autores (2004), de um imperialismo apropriadamente simbólico” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24) em que seus efeitos são perversos, pois, sob o manto de modernizar e reconstruir o mundo, tentam anular as “conquistas sociais e econômicas resultantes” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24) de anos de lutas sociais, descritas como arcaicas e “obstáculos à nova ordem nascente” (Bourdieu; Wacquant, 2004, p.24).

Pode-se pensar como uma destas terminologias da nova vulgata, palavras e termos ditos de forma popular para sustentar o neoliberalismo, a palavra gestor. Um termo ligado ao meio empresarial, ao mercado, para designar o chefe de administração, gerenciamento de uma empresa. No entanto, no setor público, o termo é usado comumente como sinônimo de chefes das pastas das secretarias estaduais e municipais de educação, bem como para diretores das escolas que são chamados também como gestores escolares. Substituir Secretário Estadual (ou municipal) de Educação por Gestor Estadual (ou Municipal) de Educação não oferece nenhuma resistência à sua substituição por simplesmente estar belamente dito, como pode ser notado em:

Queremos mostrar que há boas políticas públicas sendo feitas; valorizar os gestores e as secretarias que implementam boas práticas; e influenciar a tomada de decisão dos gestores públicos (Todos pela Educação, 2023).

Há, contudo, um efeito metafórico quando se substitui secretário estadual ou municipal de educação por gestor. O processo discursivo estabelece uma relação de substituição entre a palavra secretário e a palavra gestor, sendo tratadas como sinônimas e equivalentes.

As trocas metafóricas de Secretários por gestores públicos ocorrem dentro das condições de produção, próprias do *Todos pela Educação*. É um termo naturalizado como sinônimo para os secretários das pastas que reforça e valoriza questão tecnicista em detrimento da

condição preparatória e ética que envolve a Educação. Abaixo, demonstra-se como ocorrem estas trocas dentro do próprio site ao verificar um trecho da matéria que trata do encontro para tratar do tema étnico-racial<sup>6</sup> na educação básica.

**Tabela 3:** quadro elaborado para esta dissertação como forma de exemplificar de Secretários por gestores

<b>Troca metafórica de secretários por gestores</b>	
<b>Trecho completo com grifos do autor</b>	
Também compõem as mesas expositivas, <b>gestores estaduais e municipais</b> , como: Rossieli Soares, <b>secretário de Educação do Pará</b> ; Vitor de Angelo, <b>secretário de Educação do Espírito Santo</b> ; Luiz Miguel Garcia, <b>presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)</b> e <b>secretário Municipal de Educação de Sud Mennucci (SP)</b>	
<b>Uso da palavra gestores</b>	<b>Uso da palavra secretário</b>
Também compõem as mesas expositivas, <b>gestores estaduais e municipais</b> , como:	Rossieli Soares, <b>secretário de Educação do Pará</b> ; Vitor de Angelo, <b>secretário de Educação do Espírito Santo</b> ; Luiz Miguel Garcia, <b>presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)</b> e <b>secretário Municipal de Educação de Sud Mennucci (SP)</b>

Fonte: Autoria própria

Na exemplificação acima, mais uma vez, a palavra gestor designa e corresponde a secretários estaduais e municipais de educação e vice-versa. Há, portanto, uma correlação sinonímica em que os chefes das secretarias são apontados como não apenas como alguém que secretaria uma pasta de ensino, mas como alguém que gere. Ele é gerente de educação. Assume, desta forma, função gerencial dentro da organização pública.

<sup>6</sup> Encontro reúne gestores públicos, especialistas e movimentos sociais por agenda de equidade étnico-racial na educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/encontro-reune-gestores-publicos-especialistas-e-movimentos-sociais-por-agenda-de-equidade-etnico-racial-na-educacao/>

A retórica e a argumentação estão, assim, apresentadas a serviço do Discurso Neoliberal (DNL), em busca da eliminação das resistências sem precisar convencer de forma racional, dando a certeza para quem recebe o enunciado de que os argumentos utilizados são racionais, se apresentando “como princípios gerais aceitos pela coletividade” (Guilbert, 2020, p.114). Sendo assim, o DNL precisa se apresentar como plausível e racional.

Segundo Guilbert (2020), o DNL ou mesmo Discurso Econômico (DE), tem como característica a evidência, pois se vê, mas não se percebe a evidência. São afirmações rotineiramente repetidas à exaustão, “constantemente retomadas e marteladas” (Guilbert, 2020, p. 37).

O Discurso Neoliberal é ideológico porque tem uma visão do mundo comprometida e ao mesmo tempo não se mostra tal qual ele é, flutuando no ar e no tempo com falas esparsas provenientes, provavelmente, do senso comum ou de leis econômicas já estabelecidas e inquestionáveis. Não se duvida, não se discute, pois, antes de tudo, trata-se de um discurso, um conjunto de proposições e ideias aparentemente argumentadas, que “refletem uma posição mais ou menos coerente” (Guilbert, 2020, p. 37).

Segundo o autor, o DNL apresenta-se como uma “visão empreendedora” (Guilbert, 2020, p.22) a ser aplicada às atividades humanas como forma de subordinar as multidões com preceitos econômicos com o objetivo de persuadi-las de que o melhor a ser feito seria “estender o setor mercantil a todos os setores da sociedade e se livrar o máximo possível de todas estruturas de regulação coletiva que não pertencessem a esse setor” (Guilbert, 2020, p.22), começando primeiramente pelo aparato estatal (Guilbert, 2020).

Os termos do *discurso neoliberal* (doravante DNL) e *discurso econômico* serão considerados aqui como intercambiáveis. Eles significam um conjunto de enunciados mais *ou menos coerentes* que têm em comum a promoção de uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. Esse discurso exorta, com efeito, a tornar produtivo, no sentido econômico, o que não pode sê-lo: a Escola e a Universidade, o Hospital e a justiça. Suas palavras chaves são “eficácia econômica”, “rentabilidade financeira”, “retorno sobre o investimento” (Guilbert, 2020, p.22;23 – destaques do autor).

Se tornando evidente, a ideia disseminada se torna senso comum e o sujeito é assujeitado pelo DNL. Pêcheux (2015), ao explicar a ideologia liberal, expõe, utilizando a expressão de Chomsky, que o “liberalismo totalitário” introduziu “uma nova gestão da subjetividade” (Pêcheux, 2015, p.88), pois o sujeito começa a contribuir de forma ativa para “o seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo

liberdade” (Pêcheux, 2015, p.88). Palavras estas, como argumenta Pêcheux, que têm o objetivo de estabelecer um “consenso liberal” (Pêcheux, 2015, p. 90) coletivo, fazendo com que as pessoas acessadas pelo discurso se sintam parte de uma coletividade.

Guilbert (2020) irá apontar que a nominalização é um recurso da gramática que busca estabelecer este consenso coletivo, apontado por Pêcheux, ao reduzir uma frase ou mesmo uma sentença “a um grupo de palavras e, assim, permitir juntar muitas ideias em uma mesma frase” (Guilbert,2020, p.54). A nominalização é estruturada na relação entre dois termos (Nome + complemento do nome) como “necessariamente existente” (Guilbert, 2020, p.54).

As nominalizações consistem em transformar classes de palavras não substantivadas em substantivos, o que acarreta, segundo Eggis (1994), consequências para outras partes da escrita. Para Halliday (1994) as nominalizações são consideradas uma metáfora ideacional (Sarapas, Ikeda,2020).

Elas permitem, segundo Halliday (1994), acrescentar atributos aos substantivos por meio de adjuntos adnominais, complementos nominais ou, mesmo, oração adjetiva, como forma de expandir a densidade lexical do grupo nominal, como exemplificado pelo autor no quadro abaixo (Sarapas, Ikeda,2020):

**Tabela 4:** Potencial do Grupo Nominal

Possibilidades	Potencial do Grupo Nominal
CONTAR	as denúncias
NUMERAR	três denúncias
ESPECIFICAR	três denúncias político-partidárias
DESCREVER	denúncia passional
QUALIFICAR (epítetos/or.restritiva)	improcedência da alegação de inépcia

**Fonte:** Halliday (1994)

As autoras destacam que o uso de adjuntos adnominais pelas nominalizações permite que o leitor aceite mais facilmente o atributo, uma vez que estes adjuntos “se referem a qualidades inerentes ao nome” (Sarapas, Ikeda,2020, p.73).



Em outras palavras, as nominalizações, segundo Guilbert (2020), permitem fixar “um sentido já lá”, um sentido já existente, que não precisasse ser questionado ou refutado, que precederia a tomada da palavra ou a formulação (pôr em palavras)” (Guilbert, 2020, p.54). Ao pôr em palavras, este recurso linguístico, as nominalizações apresentam uma “visão ingênua do papel” (Guilbert, 2020, p.54) do emissor, como se o único objetivo dele fosse transmitir uma informação (Guilbert, 2020) de forma imparcial e isenta.

Para Guilbert (2020), a nominalização pressupõe que realmente há “uma relação determinativa entre o nome e o complemento do nome” (Guilbert, 2020, p.55). Dessa forma, o complemento do nome irá determinar o nome. Ele (o complemento) “pertence ao nome e vice-versa” (Guilbert, 2020, p.55).

O objetivo, segundo o autor, é impedir que a sentença verbal seja negada e, assim, preservar o interesse argumentativo, pois o procedimento de nominalizar permite, dessa forma, fixar um sentido que já existia, “um sentido já lá” (Guilbert, 2020, p. 54) para que ao ser reproduzida dê a impressão de já estar estabelecida, de já estar lá, para que não seja colocada em dúvida (Guilbert, 2020).

Guilbert (2020) expõe que estes recursos da linguagem são utilizados para a “busca do poder/ e ou a conservação do poder” (Guilbert, 2020, p. 43), ou seja, utilizando a linguagem para elaborar um discurso que assente e conserve o poder, evita-se “recorrer constantemente à violência física generalizada” (Guilbert, 2020, p. 43).

O autor esclarece que as motivações para a manutenção do poder são tanto da “ordem do sagrado constitutivo” (Guilbert, 2020, p.43) quanto do “sagrado mostrado” (Guilbert, 2020, p. 43), pois não devem ser nem tocadas e nem evocadas. É preciso que o discurso sagrado constitutivo, enquanto busca da conservação do poder, seja mascarado. Isso porque, para se manter no poder, ele (o discurso) não pode consistir em proclamar: “Eu quero manter o poder” (Guilbert, 2020, p.43).

Como não pode ser proclamado, o discurso do poder precisa se sacramentar e se mostrar, tornando-se um valor partilhado “pelo conjunto da comunidade à qual ele se dirige - tal é a condição *sine qua non* da eficácia do discurso” (Guilbert, 2020, p. 44). Sendo eficaz, porque joga com “afetos e emoções” (Guilbert, 2020, p. 45), o poder consegue “a adesão e ou/ consentimento da maioria dos sujeitos, cidadãos, consumidores etc. aos quais está dirigido” (Guilbert, 2020, p. 45).

Já o sagrado mostrado possibilita que o poder possa, por exemplo, “prometer alimentação e proteção a todos, a fim de ganhar o controle do clã” (Guilbert, 2020, p. 43), ou, nas democracias, para que o poder seja emanado do povo, colocam como valores a “fraternidade, a liberdade, a ‘fratura social’, o trabalho, o poder de compra ou ainda a segurança, a fim de ser eleito à presidência da República” (Guilbert, 2020, p. 43).

Ou nas palavras de Foucault (2008), na busca para se manter o poder, a economia política conseguiu se constituir no instante em que surgiu um novo objeto, “a população” (Duarte, 2020, p.51). Se outrora, havia o poder esmagador e tirânico, o poder, agora, age de modo sutil neste novo modo de governar, pois, utiliza a população para assegurar seu status de controle (Duarte,2020).

Foucault (2008) traz para a reflexão o termo biopolítica para designar justamente a maneira pela qual o poder, nos séculos XVIII e início do XIX, governa não somente para os indivíduos por meio de regras e estabelecimentos disciplinares, mas também por um “conjunto de viventes constituídos em população” (Revel, *apud* Duarte, 2005, p.26).

Os biopoderes se ocuparão, dessa forma, de problemas que afetam a população como saúde, educação, alimentação e moradia à medida que estes se tornem “preocupações políticas” (Revel, *apud* Duarte, 2005, p.26). Duarte (2020) aponta que Foucault trata o poder como um jogo de forças que se apresenta ora estável, ora instável. Esse jogo de forças busca como objetivo “possuir e manter o poder” (Duarte, 2020, p.13), além de buscar formas que possibilitem alcançar e aumentar o poder (Duarte, 2020).

Pelo sagrado mostrado, o TPE promete uma educação de qualidade para todos, jogando com a emoção e com desejo de educação melhor para ter o consentimento das pessoas que acessam o portal, buscando, como aponta Guilbert (2020), uma adesão, um consentimento da maioria das pessoas. Precisa, portando, mobilizar as pessoas para uma causa comum. No caso do TPE, o discurso mobilizador é de uma educação que se lança como sendo para todos e de qualidade.

A primeira dissimulação é, pois, uma substituição, um passe de mágica: substitui-se o mote da busca do poder por um valor mobilizador, partilhado e evidente (que cada um se dispõe a pensar como essencial) isto é, incontestável. Essa primeira dissimulação é também uma encenação que se supõe representa a realidade (Guilbert, 2020, p. 45).

Essa dissimulação, primeiramente, colabora para que a manutenção do poder não seja dada somente pela força ou como já apontava Althusser (1998) apenas com uso do

Aparelho repressivo do Estado, que “funciona de uma maneira massivamente pela repressão (inclusive física)” (Althusser, 1998, p. 46;47).

Assim, como os Aparelhos Ideológicos do Estado, apontados por Althusser, agiam predominantemente pela ideologia para manter o poder da classe dominante sem, necessariamente, recorrer à força física, o DNL, para assentar e conservar o seu poder, utiliza da linguagem como forma de evitar “recorrer constantemente à violência física generalizada” (Guilbert, 2020, p. 43).

Ou nas palavras de Pêcheux (2014), os AIE não são puros instrumentos da classe dominante, reproduzindo as relações de produção que antes já existiam (Pêcheux, (2014). Ela é um palco ininterrupto e duro da luta de classes. Dessa forma, ao retomar Althusser, Pêcheux (2014) irá acrescentar que o princípio da luta de classes não se ampara numa luta de divisão de classes localizadas em pontos opostos em que uma produz e a outra transforma as relações de produção. Para o autor, a luta de classe é constantemente atravessada pelo “modo de produção em seu conjunto, o que na área da ideologia, significa que a luta de classes” (Pêcheux, 2014, p.130) passa pelo que Althusser (1998) chamou de AIE.

Assim sendo, as ideologias não se materializam pelas ideias, mas pelas práticas da luta de classes, lugar onde se encontram estes dois mundos totalmente diferentes e já existentes, “cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’ (Pêcheux, 2014, p.130), onde a vitória se dá naquela classe considerada mais forte em que se impõe “sua ideologia à outra” (Pêcheux,2014, p.130).

Sendo a ideologia apontada por Althusser como forma de manter o poder da classe dominante sem o uso predominante da força, torna-se necessário entender que ela (a classe dominante) faz isso por meio de um discurso racional, o que Guilbert irá chamar de “‘racionalidade’ do discurso” (Guilbert, 2020, p.45).

Para Guilbert (2020), trata-se de uma dissimulação, uma vez que o discurso, para não se apresentar tal como ele é e nem como peça de propaganda, utiliza o recurso da evidência, pois “a partir do momento em que ele se apresenta como senso comum ou evidência, aparentemente, não é mais discurso” (Guilbert, 2020, p.45).

Seria o que Guilbert (2020) considera uma segunda dissimulação, porém mais “sutil e puramente discursiva” (Guilbert, 2020, p. 45). Há um mascaramento da primeira, que é aquela que transforma a busca do poder em “um valor mobilizador, partilhado e

evidente” (Guilbert, 2020, p.45) de tal forma que toda encenação da suposta realidade seja “incontestável” (Guilbert, 2020, p.45).

Dessa forma, a segunda dissimulação busca conservar o poder como algo partilhado e aceito pela comunidade, um “sagrado mostrado” (Guilbert, 2020, p.44). Busca-se atenuar o discurso para “evitar que a manobra seja percebida” (Guilbert, 2020, p.45) ou, até mesmo, perceptível demais.

Assim, ao tomar forma de um discurso racional é retirado do discurso “toda sua força argumentativa” que nele havia (Guilbert, 2020, p.46). Ele apresenta uma “aparência de neutralidade racional” (Guilbert, 2020, p.46) para “mascarar o apelo ao sagrado mostrado” (Guilbert, 2020, p.46).

O que esta segunda dissimulação faz é retirar este “aspecto esperado do discurso ideológico” (Guilbert, 2020, p. 46), seu proselitismo, para que o discurso ganhe um aspecto de racionalidade. Ou em outras palavras, uma racionalidade “neutra e objetiva” (Guilbert, 2020, p. 46) para que as pessoas possam aderir ao discurso naturalmente. Guilbert (2020) explica que esta aceitação natural e sem resistência só acontece porque o “apelo às paixões é legitimado e modalizado pelo recurso à racionalidade” (Guilbert, 2020, p. 46).

Contudo, pode-se entender o neoliberalismo como conjunto complexo, instável e muitas vezes incoerente de práticas organizadas em torno de uma imaginação do “mercado” como base para a universalização das relações sociais. Ball (2020) apresenta uma especificação em relação ao neoliberalismo. Baseado na discussão feita por Jamie Peck e Adam Tickell, Ball identifica três “fases”, “ondas” ou “processos” de neoliberalismo. O “proto-neoliberalismo” refere-se ao projeto intelectual, forjado a partir de uma produção teórica “fundamental para a construção discursiva de uma crise política e econômica em torno do Estado de Bem-estar Keynesiano e uma ‘alternativa’ para ele” (Ball, 2020, p. 26). Por sua vez, o “neoliberalismo *roll-back*” refere-se à “destruição ativa ou *descrédito* das instituições keynesianas-assistencialistas e sociais-coletivistas” (Peck; Tickell *apud* Ball, 2020, p. 26, destaques nossos). Por fim, o “neoliberalismo *roll-out*” refere-se à “construção e à *consolidação proposital* de formas de estado neoliberalizadas, modos de governança e relações reguladoras” (Peck; Tickell *apud* Ball, 2020, p. 26, destaques nossos), de forma a consolidar o neoliberalismo através da introdução de novas políticas e instituições. Os processos de neoliberalismo retomados por Ball (2020) a partir da

discussão de Peck e Tickell se dão, portanto, na relação entre, por um lado, a construção de uma *crise* no Estado, produzindo um *descrédito* em relação a ele e, por outro, a construção de uma *alternativa* a ele, consolidando uma *forma de estado neoliberalizada*.

Portanto, utilizar dos apontamentos de Ball (2020) interessa-nos na medida em que, conforme veremos, a imagem da educação pressuposta e reproduzida no âmbito do site do *Todos pela Educação* se desdobra em duas imagens distintas. Por um lado, há a educação básica brasileira *real*, tal como supostamente é (precária, carecendo de uma “melhoria” em sua “qualidade”); por outro, há a educação *ideal*, aquela que é almejada, em direção à qual se estruturam as ações de “melhoria” defendidas pelo *Todos pela Educação*. Esse aspecto de nossa análise encontra-se em consonância com as elaborações de Macedo (2014), sobre o clamor por “qualidade da educação” se fazer em estreita relação com “uma fantasia de crise do sistema educacional, tornada ‘real’ por um conjunto de dados estatísticos” (Macedo, 2014, p. 1536).

E, dessa forma, como um dogma, o DNL flutua no tempo e no espaço sendo dito constantemente, tornando-se afirmações que se pretendem ser evidentes (Guilbert, 2020). Essas evidências neoliberais vão sendo naturalizadas, aceitas e, assim, “as engolimos, sem tomar cuidado desde os anos 1980” (Guilbert, 2020, p. 36) de tal forma que os efeitos da DNL são sentidos em aceitações de políticas implementadas e nos discursos (Guilbert, 2020). Ele modifica as relações das pessoas, o que creem, falam, sem usar da violência física, mas exercendo sobre elas uma relação constante de submissão.

A discussão feita por Laval (2004) acerca da educação no âmbito do neoliberalismo segue na lógica de que ela atende aos interesses dos indivíduos para que eles façam “suas escolhas mediante o fornecimento de mercadorias ou quase mercadorias” (Laval, 2004, p.134). Para o autor, a concepção de transformar as coisas em mercadorias configura-se em evidência. A Educação projetada pelo TPE apresenta traços de que ela é uma mercadoria porque ela não deve prover apenas o conhecimento, mas habilidades e tornar o sujeito produtivo para satisfazer os anseios da sociedade.

Em outras palavras, há a necessidade do instrumento estatal para que sejam sugeridas as propostas de intervenção, mas ao mesmo tempo, como explica Dardot e Laval (2014), o excesso de finanças gera uma ditadura dos mercados que acabam por colonizar o Estado pelo capital. Os autores definem estas propostas de intervenção como um novo modo de

governar as pessoas. “A crise que atravessamos aparece como aquilo que é: uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades” (Laval, Dardot, 2014, p.24), uma crise generalizada que envolve uma sociedade fundamentada em valores de mercado e concorrência (Laval, Dardot, 2014).

Ball (2020) acrescenta que o currículo neoliberal apresenta culto à performatividade. Não se refere apenas à gestão de desempenho, mas também toda uma subjetividade dos praticantes. O que se almeja, segundo Ball (2020), é a excelência que abrange as práticas “institucionais, a economia e o governo” (Ball, 2020, p.66).

Nas palavras do autor (2020), a performatividade tem como objetivo tornar os sujeitos mais efetivos, trabalhando para melhorarem a si mesmos e de forma a se sentirem incapazes e inadequados, caso não consigam. Assim, ela é definida dentro de um arcabouço de julgamentos que definem o que é aperfeiçoamento e eficácia, sendo utilizada como medida “de qualidade e produtividade” (Ball, 2020, p.66).

Contudo, o mecanismo de gestão do neoliberalismo que é a performatividade vai moldando na sociedade um consenso de aperfeiçoamento e de eficácia para determinar as “medidas de qualidade e de produtividade” (Ball,2020, p.66) por meio de metas para que sujeitos produzam e rendam mais, gerando uma incerteza de como devem organizar o próprio trabalho.

Sobre a performatividade, vale acrescentar as ponderações de Laval (2004) quando este trata do sucesso da ideologia neoliberal. Segundo o autor, o sucesso dela se deve ao fato da reforma da escola e sua “transformação em mercado ou quase mercado” (Laval, 2004, p 151). Há uma “eficaz operação de metaforização” (Laval, 2004, p 151), em que os discentes são dispostos frente a um sistema educacional que adota de forma massificada um discurso subserviente às lógicas do mercado, assimilando a escola “a um mercado escolar” (Laval, 2004, p 151).

Ou, nas palavras de Dufour (2005), “é preciso não apenas 'menos Estado', mas menos de tudo o que poderia entrar a circulação de mercadorias” (Dufour, 2005, p. 197). O neoliberalismo, segundo o autor, dessimboliza as coisas, pois elas precisam ser vistas apenas como mercadoria, sendo seu triunfo a “alteração do simbólico” (Dufour, 2005, p. 14). Nesse cenário, há um novo aluno sendo formado, um estudante menos humanista e mais técnico para servir ao mercado, ou seja, uma visão mais tecnicista de aluno:

O importante, nesse sentido, é que por todo lado, textos, dogmas, gramáticas e todo campo de saberes tiveram que se afinar para submeter o sujeito, isto é, para produzi-lo como tal, para reger suas maneiras- eminentemente diferentes aqui e lá- de trabalhar, de falar, de crer, de pensar, de morar, de comer, de cantar, de contar, de amar, de morrer, etc. Aparece, assim, que o que nomeamos 'educação' é sempre o que foi institucionalmente instalado quanto ao tipo de submissão a ser induzida para produzir sujeitos (DUFOUR, 2005, p. 39).

Dessa forma, sendo vista como empresa atuando em mercado, a escola é praticamente obrigada a se recompor simbolicamente de acordo com os círculos dos pensadores liberais. A escola passa a seguir uma lógica de marketing e a empregar técnicas do mercado para “atrair a clientela” (Laval, 2004, p 152). Nesse sentido, tudo que se relaciona à escola “pode ser parafraseado em linguagem comercial” (Laval, 2004, p 152).

O mesmo pode ser dito para o setor público educacional, uma vez que se o TPE precisa atuar junto ao setor público, a imagem que é construída é que a rede pública de ensino não é de qualidade. É como se o setor público educacional passasse não a oferecer acesso à direitos, mas dentro de uma ótica neoliberal devesse oferecer aos discentes um serviço de qualidade.

Uma qualidade não ligada ao aprendizado, mas ao sucesso e eficácia. A este ponto vale mencionar o que Sibilia (2016) diz sobre as escolas enquanto deixam de agir como aparelhos disciplinadores e passam a exercer suas atividades como uma espécie de empresa cujo fim consiste em prestar um serviço (Sibilia, 2016, p.80;81) como outros oferecidos pelo mercado. O objetivo passa a ser “capacitar clientes” (Sibilia, 2016, p.80;81) para que alcancem diversos graus tanto de sucesso quanto de eficácia.

Os prazeres dos jovens devem, assim, ser os prazeres que a performatividade da gestão neoliberal deseja. A performatividade, segundo Ball (2020), busca transformar os indivíduos em uma empresa, objetivando uma produtividade máxima, em que eles sejam extremamente maleáveis como sujeitos neoliberais, mais flexíveis e sem profundidade. O discurso e as práticas do “gerencialismo neoliberal são sedutoras” (Ball, 2020, p.67), sendo a performatividade uma parte importante desta gestão neoliberal, ela não apenas é um instrumento de opressão, mas “também de satisfação “e recompensas, pelo menos para alguns” (Ball, 2020, p.66).

### 3. ANÁLISES DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

A posição do TPE e como projeta a imagem da educação e de si interessa a esta pesquisa para desnudar a superfície do seu discurso, pois há implícitos a serem observados no material de análise do portal *Todos pela Educação*.

Assim, analisar o site da organização é relevante para verificar também como ocorrem os efeitos de sentidos entre locutores (Pêcheux, 2014). Isso porque independente da consciência ou intenção desses locutores, o discurso ocorre na dependência da posição ocupada por quem fala e escreve.

A materialidade linguística do portal, descrita e interpretada (Pêcheux, 2015), permitirá ao analista abordar o sujeito inculcado pela ideologia, pois esta determina o fazer e o dizer do sujeito, o interpelando de tal forma que determina suas práticas (Althusser, 1998).

Em outras palavras, como o site nos apresenta o “assujeitamento do sujeito” (Pêcheux, Fuchs, 1975, p. 162) que é conduzido por um discurso de educação para todos sem que o sujeito se dê conta de quem é o “todos” e como deve ser a educação para “todos”?

A presente pesquisa propõe-se a identificar a imagem da educação e a imagem que o movimento faz de si à luz da Análise do Discurso Francesa de corrente *pecheutiana*, descrevendo e interpretando (Pêcheux, 2015) o discurso engendrado no conteúdo da página de internet da organização.

Assim, procura-se responder às seguintes perguntas problema: qual a imagem da educação que é reproduzida no site *Todos pela Educação*? Qual a imagem que a organização faz de si? O objetivo geral da pesquisa é, portanto, identificar a imagem da educação no site *Todos pela Educação*, abordando o discurso que é produzido no portal, bem como a imagem feita pela organização de si mesma.

#### 3.1 Metodologia

Para alcançarmos os resultados do trabalho utilizaremos a metodologia qualitativa interpretativa, capaz de possibilitar ao analista a realização de análise na alternância entre a descrição da materialidade linguística e a interpretação, como propõe Pêcheux (2015).



A abordagem qualitativa permite ao pesquisador aprofundar na compreensão do objeto estudado, seja ele de ações dos indivíduos, grupos ou de organizações em um determinado contexto social ou em um ambiente. Posto isto, o pesquisador pode interpretar o material analisado na perspectiva dos próprios sujeitos (Guerra, 2014).

Segundo Ramires e Pessôa (2013), a pesquisa qualitativa objetiva reconhecer a existência desse dinamismo entre o mundo real e o sujeito, pois esta apresenta “interdependência viva entre sujeito e objeto” (Ramires, Pessôa, 2013, p.25), permitindo ao analista ter uma postura interpretativa do material para verificar os conflitos e tensões apresentados.

Na presente pesquisa, o olhar do pesquisador é centralizado no site da organização *Todos pela Educação*. O material de análise parte do oferecido pelo site da ONG. Os textos presentes nas abas, vídeos, documentos, matérias são objetos de aprofundamento da presente dissertação. Os trechos retirados deste material coletado foram recortados e nomeados por Sequências Discursivas (SD). O período de coleta de tais SD foi de maio a julho de 2023.

Esse corpus está de acordo com a definição de Leon e Pêcheux (1959) ao explicarem *corpus* como sendo múltiplas partes de textos previamente selecionados e reunidos de acordo com a hipótese elaborada pela pesquisa (Leon, Pêcheux, 1959).

As sequências são chamadas de sequências discursivas autônomas e nomeadas assim, pois, ao selecioná-las, o analista quebra o discurso e permite analisá-las como “entidades independentes” (Leon, Pêcheux, 1959; [2015]). Embora os autores tratem as SDA como forma de tratar os algoritmos, a presente pesquisa utiliza as SD na pesquisa qualitativa para estabelecer a análise do *corpus* selecionado. As sequências discursivas (SD) extraídas do site do TPE serão expostas no presente trabalho de forma numerada (SD1, SD 02, SD 03...), organizadas em determinado número de sequências discursivas a serem tratadas como “unidade máxima de comparação” (Leon, Pêcheux, 1959; [2015]). A cada SD apresentada, uma análise será acrescida não sendo descartada a possibilidade destas SD serem analisadas em bloco, caso possuam ideias complementares.

É nesta materialidade linguística que encontraremos a imagem do movimento sobre a Educação no Brasil e também de si mesmo. Ao final, discutir-se-á as imagens delineadas da educação construída nos enunciados bem como a imagem feita pela a organização de si mesma.

### 3.2 “Todos” como educação para todos

Embora o TPE se apresente como uma instituição que envolva todos aqueles interessados em mudar a situação da educação no Brasil, o alvo da ONG é, supostamente, “todos”, quando coloca que educação de qualidade deve ser para todos, como na SD abaixo:

SD 1: Somos uma organização da sociedade civil que trabalha por uma escola pública de qualidade para todos, absolutamente TODOS. Pois é isso que garantirá igualdade de oportunidades a todos brasileiros (as) e, de fato, mudará o Brasil para melhor (Todos pela Educação, 2023).

A SD acima mostra a palavra “todos” se referindo à população brasileira, pois o TPE supostamente “garantirá igualdade de oportunidades a todos brasileiros (as)” por meio de uma “escola pública de qualidade”, (Todos pela Educação, 2023), alvo privilegiado do movimento. Na SD é possível perceber na materialidade linguística elementos que apontam o alvo das ações da ONG. O “absolutamente” apresenta ao leitor uma certeza, uma convicção de que não há outro propósito a não ser por uma educação de qualidade para todos. O outro elemento é a própria palavra “TODOS” em caixa alta, isso é, o discurso do TPE tem por objetivo dar ênfase de ninguém será deixado para trás, uma vez que o movimento supostamente sugere que “absolutamente TODOS” terão acesso a uma “escola pública de qualidade”.

No entanto, não é uma educação para ofertar à população mais conhecimento, mais humana, mas deve agir para satisfazer ao mercado dentro de lógica de concorrência, pois deve garantir igualdade de oportunidades aos brasileiros. Não trata de equidade, de ofertar aos que mais precisam, mas é uma educação para todos impositiva de um modelo, que estabelece que educação deve gerar oportunidades. É palavra que soa bem, se apresenta como positiva, mas exerce um efeito de apagamento de uma lógica concorrencial. Na SD abaixo aparece novamente o “Todos” como alvo:

SD 2: O Todos foi fundado em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, um dia antes de comemorarmos a Independência do Brasil. Foi lá que fincamos nosso compromisso de Todos Pela Educação. Afinal, um País só é verdadeiramente independente com **Educação de qualidade para todos**. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

A SD apresenta novamente a quem se destina. O “todos” não é usado novamente apenas como nome do movimento, mas para se referir aos que se beneficiarão da educação, mas

uma de qualidade e para todos. O discurso do TPE promete duas coisas: uma educação de qualidade e a segunda é que todos se beneficiarão. A lógica, basicamente simples, é de que não haveria consenso e nem senso de coletivo se falasse que seria para alguns, que uma parte da população seria deixada para trás.

Porém intenta-se um consenso para o exercício da dominação (Silva, 2020) ao submeter a classe trabalhadora brasileira a um modelo educacional “dentro de um novo conformismo” (Silva, 2020, p.12). Há uma fragmentação, por meio dessas propostas, de avaliação, de metas, de mudanças de gestão, que restringe a “perspectiva de formação humana” (Silva, 2020, p.12).

É importante salientar que oferecer uma educação para todos como se equivalesse a igualdade, apenas reforça as desigualdades, pois não se atenta para as especificidades locais e regionais, justamente a equidade. Essa doutrina democrática deixa o cidadão entregue à própria sorte e natureza (Sibilia,2016). Colocando a subjetividade das pessoas nesta crença básica de igualdade para todos perante à lei, expõe que não há exclusividade e nem privilégios, noções “tão caras à lógica mercantil e aos credos contemporâneos” (Sibilia, 2016, p. 83).

Algo, portanto, benéfico para todos mesmo que a palavra não esteja na sentença, a ideia é a de que ninguém deve ser deixado de lado e sem acesso a uma educação de qualidade como pode ser percebido na SD seguinte:

SD 3: Em 2022, ano de seu lançamento, o Educação Já é o principal objeto de articulação política do Todos Pela Educação para levar às candidaturas uma proposta de Educação que não deixe ninguém para trás (Todos pela Educação, 2023)!

Mesmo que não haja uso da palavra todos para designar o alvo, haverá expressões substitutas como na SD acima quando ao falar do documento “Educação Já”, o TPE destaca que a proposta apresenta aos candidatos é de uma educação “que não deixe ninguém para trás! ” (Todos pela Educação, 2023).

A expressão “que não deixe ninguém para trás! ” (Todos pela Educação, 2023) reforça a ideia de que ser deixado de lado, ignorado ou à margem da sociedade, não faz parte da proposta do TPE. O movimento, para se manter como voz desse coletivo inalcançável, vai reforçando o acesso à educação beneficiadora de todos aqueles que têm direito. Na

próxima SD, o TPE não apenas diz que a educação de qualidade deve ser para todos, mas especifica o alvo das ações da organização:

SD 4: O *Educação Já 2022* é uma produção que apresenta diagnósticos e caminhos para que o Brasil consiga garantir uma Educação de qualidade para todas as suas crianças e jovens! (Todos pela Educação, 2023)

A Organização, embora projete uma imagem do referente de que a educação precisa ser para todos e deva ser de qualidade, apresenta especificações e detalhes alusivos que ela não seja para todos, que não contemple toda sociedade. Na SD acima, o TPE expõe que o “Educação já” precisa “garantir uma Educação de qualidade para todas as suas crianças e jovens!” (Todos pela Educação, 2023).

Nesse contexto, Sibilía (2016) destaca que quando passa a ser a lógica do mercado, sem nenhum tipo de barreira, os direitos e deveres, como a educação, podem virar mercadorias “ao alcance de alguns clientes, mas não de todos os cidadãos” (Sibilía, 2016, p 82).

### 3.3 Nome do movimento (a construção das opiniões partilhadas)

O movimento TPE se vale da palavra “todos”, que designa um conjunto de coisas ou pessoas, para se definir como organização não governamental que trabalha para uma educação de todos. O “Todos” se expressa em nome da coletividade, proferindo em nome de todos, como é percebido na SD abaixo:

SD 5: O **Todos** foi fundado em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, um dia antes de comemorarmos a Independência do Brasil. Foi lá que fincamos nosso compromisso de **Todos Pela Educação**. Afinal, um País só é verdadeiramente independente com Educação de qualidade para todos. (Todos pela Educação, 2023)

A organização se apresenta na SD 5 como uma organização responsável pela causa da educação, mas sem apresentar por quem é apoiada. Todos na SD fala em nome de um grupo, embora não se perceba porque isso fica ocultado quando a organização se coloca no lugar impossível de ‘Todos’ ao dizer “foi lá que “fincamos o nosso compromisso” (Todos pela Educação, 2023). A utilização do plural “nós” oculta as pessoas financiadoras da organização. Não é possível situar quem está incluído no discurso no “fincamos”. Há uma ocultação do sujeito. Afinal quem finca? O TPE ou todos que o

apoiam? O “todos” apaga a CP da organização. O lugar de onde o “Todos” fala é apagado, como se realmente falasse em nome de uma coletividade.

Na presente SD, o *Todos pela Educação* ressalta quando foi fundado, em 06 de setembro de 2006. É possível perceber o discurso do TPE, associando-se à independência do Brasil. Uma independência que apresenta como questão liberdade ao país e aos cidadãos por meio da educação, pois como sugere a ONG, “um País só é verdadeiramente independente com Educação de qualidade para todos”. Este trecho da SD também remete a uma promessa porque o TPE apresenta a possibilidade, segundo pontua a ONG, de uma verdadeira independência a ser conseguida pela “educação de qualidade para todos”.

Porém, ainda resta a pergunta: Todos quem? O Todos, se definindo na aba “Quem somos” do site, se mostrando como surgiu, para que surgiu, ele se indefine, pois apaga o lugar no qual se posiciona, disseminando um discurso de concordância de quem o acessem, como se este discurso fosse evidente, claro e compartilhável. A seguir, será apresentada a SD 6:

**SD 6: Somos todos por uma escola pública de qualidade para todos.** Todos mesmos. Onde crianças e jovens conhecem o mundo e se reconhecem. Uma escola democrática, participativa, inovadora (Todos pela Educação, 2023 grifo meu).

Não é “Eu sou”, mas “Somos todos”. Há um acionamento de um coletivo. A retórica se repete e coloca o TPE como um movimento que almeja uma educação pública de qualidade para crianças e jovens brasileiros, mas “a opinião apresentada como compartilhada é realmente aquela de todo mundo?” (Guilbert, 2020, p. 74).

Na palavra “Todos”, portanto, há um ocultamento do lugar de onde a organização se pronuncia, tomando a voz “do senhor todo mundo”, se portando em nome de todo mundo, apresentando ao público supostas “opiniões compartilhadas” (Guilbert, 2020, p. 74).

Para Guilbert (2020), é “evidentemente impossível conhecer a opinião de ‘todo mundo’” (Guilbert, 2020, p.75). Dessa forma, como ‘O Todos’ pode se pronunciar em nome de todos? Faz isso com único objetivo: fazer com que a opinião coletiva de melhorar a educação, torná-la de maior qualidade, se “pareça inofensiva” (Guilbert, 2020, p.74) e possa “infiltrar-se sem arrombar as mentes” (Guilbert, 2020, p.74) de forma imperceptível.

Quando o *Todos* se apresenta como porta-voz de uma coletividade para apresentar propostas de educação no Brasil e como melhorá-la, dá-se a impressão que a ONG apenas faz lembrar “o que cada um de nós sabe ou pensa” (Guilbert, 2020, p.75). No entanto, há um engano, pois não é dada à organização esta possibilidade. Ela não apenas apresenta a ideia de educação em nome desta suposta coletividade sem a sua permissão, como também expõe suas ideias e conhecimentos sobre educação, como se fossem compartilhados, mesmo que estes (ideias e conhecimentos) não sejam necessariamente verdadeiros.

De outra forma, o TPE “utiliza da crença da opinião pública para validar ‘suas’ ideias” (Guilbert, 2020, p. 76) sobre educação no Brasil. Assim, a opinião coletiva, em nome de Todos, falando por todos, serve, como Guilbert (2020) explica, para “mascarar sua singularidade e constituir essas ideias como opiniões compartilhadas” (Guilbert, 2020, p. 76).

Vale pontuar como o TPE pretende atuar como uma liderança no campo educacional para formulação de políticas públicas para o setor educacional, utilizando para esse fim o aparato estatal. Trata-se, como pontuou Dardot e Laval (2014), de mudar a conduta dos homens, por meio de um aparato governamental, com instrumentos estatais. “Trata-se [...] não da instituição ‘governo’, mas da atividade de reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado” (Dardot, Laval, 2014), ou seja, usa-se o Estado para ludibriar os sujeitos ou desconstruir as opiniões favoráveis ao Estado. Porém, para alcançar o objetivo de liderar um movimento em torno da educação, o *Todos pela Educação* precisa fazer uso da repetição para a construção de evidências, sendo ela “uma característica constitutiva do discurso neoliberal” (Guilbert, 2020, p.77). Não pode aparecer como opinião individualizada, “eu ong”. Ela precisa, para se manter como referência no processo de formulação de políticas, continuar sendo vista como parte de um coletivo impossível, através da repetição da palavra “todos” pelas abas do site: “Somos todos”.

Um outro ponto a ser observado é a alteração do nome do movimento com um encurtamento de *Todos pela Educação* para simplesmente *todos* como pode ser notado na SD abaixo:

SD 7: (DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO): Art. 4º – Constitui Objeto Social do TODOS a busca da melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil. (Todos pela Educação, 2023)

A SD 7 faz parte do estatuto da organização, documento norteador dos seus trabalhos, seus objetivos e para que se destina. Nela nota-se não aparecer o nome do movimento *Todos pela Educação*, mas somente “*Todos*”. A noção “vontade coletiva” (Silva, 2020, p.7) a qual o TPE formula, é que sem educação de qualidade para todos, o país não será competitivo e não oferecerá oportunidades iguais para os cidadãos (Silva, 2020). O uso sintetizado do nome *Todos pela Educação* por apenas “*Todos*” causa um efeito totalizador dessa coletividade para coordenar uma aliança em torno de uma causa, coordenando metas, monitorando ações educacionais para difundir o seu trabalho para a sociedade uma função, como Silva (2020) coloca, de um “partido” (Gramsci, 2000b *apud* Silva, 2020, p. 7). A totalidade expressa pelo nome sintetizado sugere que ninguém será esquecido, será deixado para trás, pois o TPE é um conjunto muito maior, pois sugere que o “*todos*” englobe as pessoas que apoiam, as empresas que financiam, os funcionários que trabalham e os estudantes beneficiados com as ações propostas pelo movimento<sup>7</sup>.

SD 8: SOMOS O TODOS-INDEPENDENTE, PLURAL E DECISIVO (Todos pela Educação, 2023).

O TPE assume a função do nome da instituição, o efeito totalizador é realçado pelo plural do verbo ser, “SOMOS”, encontrando-se em caixa alta, reforçando como o movimento não trabalha sozinho, mas com este coletivo impossível, pois a palavra ‘*todos*’ exerce este apagamento do sujeito. Silva (2020) destaca que o TPE busca uma articulação para possibilitar uma “hegemonia no campo educacional” (Silva, 2020, p.7). O autor (2020) pontua que o movimento aponta duas linhas para realçar este ocultamento do lugar de onde o TPE fala. Primeiro não há antagonistas, as instâncias são harmoniosas em que há “coesão cívica” e “colaboração”. Percebe-se o uso da palavra no “plural” remete à ideia de que o TPE, supostamente, dialoga com todos os setores da sociedade.

---

<sup>7</sup>Fonte:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/239545/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20-%20Carolina%20Furlanetto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

A segunda é que o TPE projeta uma leitura da realidade educacional como estando em crise, precisando de melhorias, bem como determinando e apontando perspectivas para a educação básica pública, um dos alvos do movimento (Silva, 2020). No entanto, mesmo colocando-se o plural, as mudanças no setor dependem desta suposta liderança da ONG, pois o TPE se coloca como “decisivo”, indispensável para mudanças na área educacional. Para que haja mudanças, o movimento precisa estar como líder desta voz da coletividade, pois é assim que o TPE se apresenta como tal. Supostamente, ele se coloca como porta voz por uma educação de qualidade.

Portanto, o “todos” utilizado no nome da ONG retira dela o “aspecto de opinião subjetiva” (Guilbert, 2020, p.77) e torna as ideias defendidas pelo TPE em uma opinião “carregada da autoridade de uma voz coletiva” (Guilbert, 2020, p.77).

### **3.4 Efeitos de evidências sobre educação**

O discurso do TPE é que o sistema precisa ser melhorado, modernizado, apoiado para reformular as políticas públicas e implantá-las por meio de uma boa gestão. O ponto é o modelo dessa “gestão” a ser adotado para que as reformas sejam implantadas no Brasil, mudança que gerará uma suposta qualidade, como pode ser percebido na SD abaixo:

SD 9: Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. (Todos pela Educação, 2023)

Nesse exemplo, uma proposta reformista, por parte do TPE, é feita para todo o setor educacional no Brasil, público e privado. Inclusive, com mudança radical, pois o TPE promete que o objetivo da ONG “é mudar para valer a qualidade da Educação no Brasil” (Todos pela Educação, 2023), isto é uma promessa de mudança efetiva. O “mudar para valer” configura-se uma garantia de que a melhoria da qualidade da educação ocorrerá de fato desta vez. Pressupõe-se, embora de modo sutil, o sentido de que a educação básica no Brasil é sem qualidade.

Nesta próxima SD, o TPE reforça novamente a imagem de ONG independente por não contar com recursos públicos, mas, sobretudo, como na SD acima, fazendo a promessa de uma reforma na educação básica no Brasil:



SD 10: O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente - não recebe recursos públicos. Para mantermos o trabalho por uma escola pública de qualidade, **contamos com a contribuição de mantenedores e apoiadores engajados com a causa e que acreditam que dá para mudar o Brasil pela Educação!** (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

No trecho supracitado, o TPE registra a contribuição de mantenedores “que acreditam que dá para mudar o Brasil pela educação” para manter o trabalho por uma educação, supostamente, de qualidade. Nesse trecho, o “acreditam que dá para mudar” remete a uma promessa de uma educação de qualidade. Percebe-se também a omissão do TPE de seu lugar de fala, pois na mesma SD, o TPE afirma ser independente porque “não recebe recursos públicos”, mas para manter os seus trabalhos por uma suposta escola pública de qualidade o TPE destaca a “contribuição de mantenedores e apoiadores engajados com a causa”, evidenciando que o *Todos pela Educação* é dependente de alguém. Em “mantenedores e apoiadores engajados com a causa” há um apagamento do sujeito, pois há uma indeterminação tanto de quem são os mantenedores quanto dos apoiadores.

O discurso do TPE se apresenta com uma proposta reformista da educação e de melhoria do setor de ensino da sociedade. Ball (2020) ressaltar como o neoliberalismo também atua nas instituições do setor público do Estado, pois esse é fundamental para criar e regular o mercado.

O neoliberalismo é também realizado, disseminado e incorporado por meio do quase-mercado, parcerias públicas privadas, o empreendedorismo de organizações públicas, e o trabalho de instituições de caridade e organizações de voluntariado, na verdade o terceiro setor pode ser visto como uma nova governamentalidade sendo lançado sob o neoliberalismo" (Ball, 2020. p.42).

O neoliberalismo atua no Estado de forma performativa, trazendo para dentro das organizações estatais ideias e conceitos de liderança e empreendedorismo. A reforma neoliberal atua tanto de forma “exógena (privatizadora) quanto endógena (reformista)” (Ball, 2020, pg.43) sendo que as duas coisas acontecem (a privatizadora e a reformista) ao mesmo tempo e ambas estão conectadas.

É possível verificar, a partir da materialidade linguística do site, que um dos alvos das reformas é o ensino público, demonstrando nas SD um modelo mais reformista adotado pelo TPE:

SD 11: Mais do que uma prestação de contas determinada por documentos legais, nossos relatórios de atividades visam tornar públicos para toda a sociedade os resultados que conseguimos alcançar para a Educação Básica Pública, sempre o alvo de nossas ações (Todos pela Educação, 2023).

:  
 Durante a navegação pelo site, observa-se a apresentação pelo TPE de relatórios, projetos e experiências como incentivo a serem adotados pelo Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, fazendo do ensino público um alvo privilegiado do TPE, pois na SD 11 o portal coloca a Educação Básica Pública “sempre o alvo” de suas ações. No entanto, a apresentação desses relatórios e documentos legais, encontrados na aba iniciativas, podem vir a impactar o ensino como um todo, inclusive a educação privada, uma vez que o TPE visa torná-los “públicos para toda sociedade”.

Não nos parece que o objetivo do TPE seja buscar a função privatizadora da reforma neoliberal. O foco está mais ligado em atuar junto à educação básica pública, um dos alvos privilegiados do movimento, com sugestões, exercendo um papel de liderança junto aos organismos estatais, além de colaborar junto ao Ministério, Secretarias Estaduais e municipais de educação com estratégias e soluções vindas do “mercado para os problemas sociais ‘perversos’” (Ball, 2020, p. 43) aplicados por meio do que Ball irá nomear de “nova filantropia e do capitalismo social global” (Ball, 2020, p.43).

Percebe-se, portanto, a educação básica pública colocada como um alvo privilegiado do movimento, pois precisa ser reformada com soluções do mundo empresarial para um problema social ora posto, a educação básica, foco do TPE. Este, por sua vez, coloca como alvo privilegiado, a educação básica pública.

A suposta crise no ensino serve de pretexto para implantação de um modelo educacional que siga as orientações do TPE. A evidência ora analisada é o documento com propostas de educação para os entes governamentais (Federal, Estadual e municipal), que é o “Educação Já”:

SD 12: Educação já: uma agenda para o Brasil. (Todos pela Educação, 2023)

Nos trechos “Educação já” e “uma agenda para o Brasil”, a educação precisa de soluções rápidas e a curto prazo. Tal urgência é percebida pela presença do advérbio “já”. Por outro lado, a palavra “agenda” remete a uma programação estruturada, um cronograma,

isso significa uma mudança que não pode mais esperar. O discurso da ONG, em relação à educação, é que para enfrentar esta suposta crise no ensino, são necessárias ações mais ágeis por parte dos governantes como pode-se perceber na SD abaixo:

SD 13: Chegou a hora de um real compromisso em levar a qualidade educacional para todos (Todos pela Educação,2023).

A SD 13 é um subtítulo da aba do documento “Educação já: uma agenda para o Brasil” (Todos pela Educação,2023). Nota-se que tanto o advérbio “já” (em SD 12) quanto o “Chegou a hora” (em SD 13) leva a um entendimento de que os problemas educacionais sejam resolvidos de forma rápida. Há uma promessa do subtítulo de que o “mudar para valer” (em SD 9) desta vez aconteça e possa haver um “real compromisso em levar a qualidade educacional para todos” (Todos pela Educação, 2023).

Uma forma de gerar evidências, opiniões compartilhadas e impedir a negação de ideias e propostas é o uso de nominalizações. As nominalizações, como aponta Guilbert (2020), consistem no interesse argumentativo de impedir que uma sentença verbal possa, de alguma forma, ser negada. Para isso, utiliza-se a “substituição por um grupo nominal” (Guilbert, 2020, p.54). Guilbert explica que as nominalizações são compostas por “Determinante + Nome + Complemento” (Guilbert, 2020, p.53).

Um efeito de sentido produzido no site do TPE é o de que a educação necessita ser reestruturada, melhorada e para propagar esse argumento sem sofrer resistência, o *Todos pela Educação* recorre também a nominalizações, como pode ser percebido a seguir:

SD 14: Após dois anos de pandemia, que legou um saldo desafiador à Educação Básica Pública, o *Todos Pela Educação* reuniu, ontem, 26, uma frente ampla de especialistas, lideranças políticas, gestores e educadores para renovarem o compromisso com a **recuperação do Ensino Público brasileiro** (grifo meu) e do País, no Encontro Anual Educação Já 2022: renovando o compromisso. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Dessa forma, ao invés de dizer “O ensino público brasileiro precisa ser recuperado”, que apontaria para algo reformulável, utiliza-se a forma nome + complemento. Retira-se o “precisa ser recuperado” e utiliza-se um nome (a recuperação) seguida por complemento (do Ensino Público brasileiro). Se houver questionamentos, esses recairão sobre o

“sintagma verbal” (Guilbert, 2020, p. 55), ou melhor, em possibilidades de escrita, a “recuperação do ensino público brasileiro” poderia aparecer como:

- **O ensino público brasileiro deve ser recuperado** porque é fundamental para o Brasil.

ou

- **O ensino público brasileiro deve ser recuperado** para possibilitar o acesso à educação de qualidade à população.

De outra forma, o objetivo da nominalização é fazer com que o questionamento, neste caso, não recaia sobre a "recuperação do Ensino Público brasileiro" (Todos pela Educação, 2023). Caso apareçam dúvidas e discussões, elas recairiam em “deve ser recuperado”, mas não em “recuperação do Ensino Público brasileiro” (Todos pela Educação, 2023). A “recuperação” não oferece uma perspectiva de como TPE fará isso (a recuperação) na prática, a partir de ações concretas. Mesmo com uma ideia vaga, a proposta da nominalização é de que não seja negada e nem sofra questionamento, mas seja aceita, pois recuperar consiste numa proposta boa para algo, educação pública, que não está bom e que o TPE coloca como um valor que precisa ser modificado.

Conforme indica Guilbert (2020), “o artigo definido e a nominalização unem-se, assim, para produzir a impressão de que falamos de uma coisa já estabelecida, já lá, e que não podemos colocar em dúvida (Guilbert, 2020, p. 54).

No documento Educação já também se encontram nominalizações para simplificar as ideias que o movimento pretende argumentar. É uma forma de evitar a negação da ideia apresentada, como pode ser percebida na SD abaixo:

SD 15: Uma Educação voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida cidadã e produtiva, sintonizada com as necessidades e interesses de cada um e, também, com **os desafios da sociedade contemporânea** (Educação Já, p. 5, grifo meu).

“Sociedade contemporânea” está diretamente relacionada a “os desafios”, ou a nominalização “os desafios da sociedade contemporânea” colocam, como efeitos de evidência, que a sociedade contemporânea tem, necessariamente, desafios. Nota-se também uma indefinição de desafios. Não especifica os desafios da sociedade contemporânea. A educação não é vista com fins humanistas, mas para atingir um objetivo de desenvolver “habilidades e competências essenciais para a vida cidadã e produtiva” (Educação Já, p. 5). Nesta SD verifica-se uma relação forte com uma das bandeiras defendidas pelo *Todos pela Educação*, a Base Nacional Curricular (BNCC)<sup>8</sup>, pois habilidades<sup>9</sup> e competências<sup>10</sup> encontram-se no documento. Mesmo não citando o documento normativo para educação no Brasil, a SD mostra como o TPE parte de um discurso já dito, já lá.

A expressão “desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida cidadã e produtiva” é utilizada para caracterizar como deve ser a educação a qual o *Todos* acredita para que as ideias apresentadas no site possam ser compartilhadas pelas pessoas que o acessam. De uma outra maneira, a educação tal qual está configurada hoje, na perspectiva do TPE, não possibilita que haja desenvolvimento de habilidades para que as pessoas tenham uma vida cidadã. Quando o TPE apresenta que educação deve estar sintonizada com “desafios da sociedade contemporânea”, esse a projeta como sendo arcaica, pois não supre as necessidades da atualidade.

A educação defendida pelo *Todos pela Educação* é uma que busque qualidades de acordo com a entidade mercado para formar futuros empregados. Escolas que preparem para o trabalho, utilizando para isso palavras que passam despercebidas e vão sendo repetidas

---

<sup>8</sup> Como consta no site do Ministério da educação, a Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>)

<sup>9</sup> Habilidades: habilidades estão relacionadas às práticas, cognitivas e socioemocionais), (BNCC, p.8) [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

<sup>10</sup> Competência: competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) (BNCC, p.8). [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

até que não restem dúvidas de que elas são verdadeiras, mesmo não sendo, como podemos perceber na SD abaixo:

SD 16: Uma Educação que busque o desenvolvimento do pensamento crítico e de caráter emancipatório, de modo a promover a inclusão social e **produtiva** de todos e o fortalecimento da democracia. (Educação Já, p. 5, grifo meu).

Interessante notar que a repetição da palavra “produtiva” como no trecho acima remete a uma relação entre palavras que podem (no âmbito de uma SD) sugerir uma lógica de mercado. Na SD analisada, após citar que a “educação deva buscar o desenvolvimento do pensamento crítico e de caráter emancipatório” (Educação Já, p. 5), não se coloca que a educação é apenas para “promover a inclusão social” (Educação Já, p. 5), mas “inclusão social e **produtiva**” (Educação Já, p. 5). O que a SD aponta é que não basta apenas incluir socialmente, mas é necessário o sujeito ser inserido produtivamente também na “sociedade contemporânea” (em SD 15). A ideia de inclusão social na ótica do TPE é diferente. É como se para incluir o sujeito na sociedade para que tenha acesso aos direitos e benefícios do Estado, ele precisasse não apenas estar incluído socialmente, mas também que tenha “vida cidadã e produtiva” (em SD 15).

A retórica é apresentar um termo do mercado cuja lógica é colocar a educação como um “bem de capitalização privado” (Laval, 2004, p. 134) para que não haja questionamento. A “inclusão social” e “produtiva de todos” (Educação Já, p. 5) entra na sentença para corroborar o senso comum compartilhado, de forma que não haja dúvidas de que a educação deva promover a inclusão produtiva de todos, pois não haveria questionamento quanto à inclusão social, mas seria possível questionar a presença de “produtiva” (Educação Já, p. 5) na sentença.

O que, afinal, o discurso do TPE faz é apresentar que uma boa educação é aquela que “aparece como um investimento” (Laval, 2004, p.134) para os pais e familiares, em que estudar garante um bom emprego para os filhos, tornando a escola, mais do que nunca, “um grande terreno de competição” (Laval, 2004, p.134). Por isso a presença da palavra “produtiva”. Assim sendo, “inclusão social e produtiva de todos” (Educação Já, p. 5) aparece junto com outros termos da sentença porque ele também precisa se tornar uma evidência, tanto quanto pensamento “crítico” e “inclusão”.

O discurso do TPE se dá com o argumento de uma crise instalada na educação no Brasil e que essa carece de qualidade, ou que o modelo educacional no Brasil precisa ser reformado e para que a melhoria na educação ocorra é necessário que se implante o modelo e as propostas apresentadas pelo *Todos pela Educação*, como pode ser notado nas SD abaixo retiradas do documento “Educação Já”:

SD 17: Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade. (Educação JÁ, 2023. p.31).

e

SD 18: Maior investimento por aluno, com redução das desigualdades no financiamento e maior indução de qualidade (Educação JÁ, 2023. p.31).

A SD 17 é uma recomendação concernente ao financiamento da educação básica pública brasileira do documento “Educação Já”. A SD parte do pressuposto que o investimento na área educacional não é igualitário, pois o financiamento necessita ser “mais distributivo” (Educação JÁ, 2023. p.31) e indutor de qualidade. Uma evidência desta suposta crise apontada pela ONG, portanto, é que o financiamento não é distributivo e não induz à qualidade.

Na SD 18, também sobre o financiamento, produz-se a evidência de que há pouco investimento por aluno, pois a SD alude que é necessário “maior investimento por aluno”. O baixo investimento apontado pelo TPE gera desigualdades e afeta a qualidade. A suposta crise na educação é construída em articulação à falta de investimento adequado no que se refere aos alunos.

As SD 17 e 18 partem, assim, do pressuposto de que há um investimento precário no setor o qual os órgãos públicos têm muito a melhorar, tornando-o menos desigual e mais distributivo.

O que está sendo dito é que o sistema precisa ser melhorado, modernizado, apoiado para que as políticas públicas possam ser formuladas e implantadas por meio de uma, suposta, boa gestão. A discussão é sobre o modelo que deve ser adotado para que as reformas sejam implantadas no Brasil. A suposta crise no ensino serve de pretexto para implantação de um novo modelo educacional que siga as orientações do TPE. Nas SD abaixo, o TPE lança uma nova evidência sobre a educação no Brasil: o de que ela deve

ser modernizada e fortalecida como pode ser percebida na SD retirada da seção que aborda a gestão dos sistemas educacionais do documento “Educação Já”:

SD 19: Um ponto crucial neste debate é o entendimento de que a **modernização da gestão educacional** vai além de práticas bem consolidadas de gestão organizacional, como o estabelecimento de **metas claras, estratégias viáveis para alcançá-las e a instituição** de instrumentos de **gestão para resultados** (monitoramento de indicadores, ritos de acompanhamento de projetos etc. (Educação JÁ, 2023. p. 28, grifos meus).

E também:

SD 20: Acreditamos na força da **gestão pública**: nunca chegaremos a um patamar educacional substancialmente elevado sem políticas públicas bem formuladas e implementadas, professores motivados, bem formados e com boas condições de trabalho, escolas públicas equipadas e recursos públicos para a Educação garantidos. Para tudo isso acontecer, decisão política e **boa gestão** precisam ser a norma, não a exceção. (Todos pela Educação, 2023, grifos meus)

Em SD 19, projeta-se, a partir da expressão “a modernização da gestão educacional”, a imagem da gestão educacional como algo a ser modernizado. Não se põe em dúvida que o modelo necessita ser modernizado, pois a modernização é colocada como consenso. “Modernizar” é colocado como algo bom para as organizações, pois supostamente permite ir além do que apenas estabelecer metas claras e indicadores que possam ser monitorados. Nota-se preocupação de como é gerida a educação, pois a SD aponta como foco a “modernização da gestão educacional”.

Outro ponto observado na SD 19 é o uso novamente do recurso da nominalização em “modernização da gestão educacional”. Usada para não ser questionada, a presente nominalização não esclarece como se dará esta modernização, o que torna seu sentido opaco, justamente por não o esclarecer. Essa nominalização coloca uma relação intrínseca entre gestão educacional e modernização. No entanto, utilizá-la (a nominalização) está relacionada a algo bom para a educação, isto é, a gestão educacional como algo a ser modernizado. Nota-se que um apagamento do sujeito na nominalização “modernização da gestão educacional”, pois não especifica quem deve modernizar a gestão educacional.

Já na SD 20, fica subentendido que o modelo de gestão adotado no Brasil é fraco e mal formulado e ruim, pois o TPE coloca que “para tudo isso acontecer (escolas equipadas, professores motivados), decisão política e boa gestão precisam ser a norma, não a exceção”<sup>11</sup>. A SD sugere, dessa forma, que não há políticas públicas bem formuladas e

<sup>11</sup>

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/entenda-o-que-fazemos-o-que-defendemos-e-como-trabalhamos/>



implementadas, professores motivados, bem formados e com boas condições de trabalho, escolas públicas equipadas e recursos públicos para a Educação garantidos. Assim, as evidências são: as políticas públicas são mal formuladas e implementadas, os professores são desmotivados e malformados, e não têm boas condições de trabalho. Além disso, as evidências apontam que as escolas públicas não são equipadas e os recursos públicos para a educação não são garantidos, porém afirma-se que a gestão pública é capaz, pois ele, o TPE, acredita na “força da gestão pública” (Todos pela Educação, 2023).

A imagem projetada do referente é de um sistema em crise e que precisa ser reformulado de acordo com o modelo que o TPE apresenta. Em outras palavras, a crença na gestão pública é, na verdade, um modo de afirmar a necessidade das reformas propostas pelo TPE.

Nas SD abaixo, o TPE apresenta que a gestão escolar precisa ser profissionalizada atuando não apenas no macrossistema, a administração pública, mas também nos microssistemas (gestão escolar). Trata-se do eixo 2 do documento “Educação Já” que apresenta “os fatores escolares essenciais” (Educação Já, 2023. p.34). Destarte, para que haja uma educação de qualidade, é preciso que professores e diretores sejam qualificados e ajam como lideranças em benefício da aprendizagem:

SD 21: Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar (Educação Já, 2023. p.40).

A SD 21 constrói uma evidência, pois parte da ideia de que a “gestão escolar” precisa ser apoiada e de que deve haver “avanços na profissionalização”, pois esta (gestão escolar) não recebe apoio e não é profissional, como aponta a SD. Há uma ideia preconcebida de que a gestão escolar precisa ser apoiada para apresentar bons resultados.

SD 22: Gestão pedagógica coerente e capaz de apoiar o trabalho dos professores em sala de aula. (Educação Já, 2023. p. 45)

A Gestão pedagógica é colocada como aquela que não tem coerência ou capacidade para apoiar o trabalho dos professores. Em outras palavras, as evidências colocam a “gestão pedagógica coerente” como algo que não se tem no momento presente, sendo, portanto, algo a ser atingido e alcançado. Coloca, assim, a gestão pedagógica como incoerente e incapaz de dar suporte para os professores.

A SD abaixo faz parte do eixo 1 do documento que tem como título “Viabilizadores de avanços em escala”. Na seção “Gestão dos Sistemas Educacionais: Modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional” discute-se a necessidade de avançar e aprimorar a governança da educação básica, fazendo com que, como aponta o documento, Ministério da Educação e secretarias de educação trabalhem em conjunto, para que possam alcançar esta suposta melhoria na gestão dos órgãos da administração pública coordenadoras da área da educação:

SD 23: Gestão dos Sistemas Educacionais: **Modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional** (grifo meu) (Educação Já, 2023, p. 26).

Projeta-se na SD acima um modelo de educação que além de ser mal gerido, conforme indica a SD, não é moderno, sendo “modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional” (Educação Já, 2023) uma nominalização que substitui a frase verbal “A gestão dos órgãos da administração pública educacional não é moderna”. Assim, o efeito de sentido é quem gerencia a administração pública educacional, não pratica atos considerados modernos. Dessa forma, a responsabilização pela não modernização recai sobre o agente público, ou mesmo privado, porque estes não praticam ações que modernizem a administração pública educacional.

A SD abaixo é um subtítulo da SD 23 e nela o TPE aponta que esta suposta gestão, coordenada pelo Ministério da Educação e Secretarias estaduais municipais de ensino, deve possibilitar condições para que haja aprendizagem de todos:

SD 24: \_Gestão do Ministério e das Secretarias de Educação criando condições e dando apoio para escolas atuarem em prol da aprendizagem de todos os estudantes (Educação JÁ, 2023, p. 26).

A imagem projetada do Ministério e das Secretarias nesta SD é que o atual modelo de gestão não proporciona condições de aprendizagem aos estudantes porque não oferece nem apoio ou condições às escolas. A evidência é que a gestão do ministério e das secretarias não cria condições e não dá apoio para as escolas atuarem em prol da aprendizagem de todos os estudantes.

Vale pontuar que nas SD 19,20, 21, 22, 23, e 24 há o uso naturalizado de um termo utilizado na nova vulgata planetária, a palavra "gestão". Utilizar o termo em questão parece inofensivo e elegante para substituir uma outra palavra, mais ligada ao ambiente

empresarial, que é a palavra gerência, da administração pública, gerência escolar, gerência pedagógica.

Na ótica do DNL, tudo deve ser visto como mercado. Nesse sentido, Chauí (2019) reflete que o totalitarismo neoliberal entende as esferas sociais políticas não apenas como organizações, mas coloca que o ponto de referência para elas (organizações) é o mercado. As organizações são vistas, segundo a autora, como empresa. Assim, “a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa” (Chauí, 2019).

A palavra “gestão” é um indício de que o ensino deve ser “concebido como serviço” (Laval, 2004, p.150), como um bem a ser consumido, sendo considerado evidente associar as instituições de ensino “a um mercado escolar por meio de uma eficaz operação de metáforização” (Laval, 2004, p. 151).

Um ponto observado no discurso do *Todos pela Educação* é que a educação precisa de melhoria de qualidade, que o modelo atual precisa ser reformulado. Na SD abaixo percebe-se que o TPE coloca o referente, a educação, como uma crise a ser enfrentada.

SD 25: DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO): Art. 4º – Constitui Objeto Social do TODOS a **busca da melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil**. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Na SD acima é possível destacar que “a busca da melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil” (Todos pela Educação, 2023) constitui uma nominalização que constrói uma imagem de uma educação básica de baixa qualidade, justamente porque parte-se do pressuposto que ela (educação) precisa ser melhorada.

A SD abaixo projeta novamente que a educação está em crise. A imagem que o TPE faz do ensino público é que ele necessita ser melhorado:

SD 26: Em outras palavras, quando uma pessoa ou organização **atua para que o poder público promova melhorias na Educação Pública**, por exemplo, dizemos que está fazendo advocacy pela Educação. É exatamente isso que o *Todos pela Educação* faz! (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Nesta SD aparece “melhorias na Educação Pública” apontando no discurso que ela (Educação Pública) não é boa. Importante ressaltar também que o TPE deseja agir, ou mesmo, interferir no poder público, pois coloca que ele (o TPE) “atua para que o setor

público promova melhorias na Educação Pública”. Demonstra assim, mais uma vez, que a ONG busca um caráter mais reformista da Educação Pública porque, como o TPE acredita, essa precisa de melhorias. Em outras palavras, se o TPE trabalha por uma melhoria na educação pública, logo parte-se de uma evidência construída de que ela não tem qualidade.

O *Todos pela Educação* constrói um discurso de que todo o sistema precisa ser reformado, inclusive os professores que são projetados como profissionais que carecem de melhor aperfeiçoamento, como pode ser percebido na SD abaixo:

**SD 27: Se para um país mais justo e de desenvolvido precisamos de educação de qualidade, docentes valorizados e bem formados são prerrogativas para isso acontecer, pois eles são o elemento central para a aprendizagem dos alunos.** (Todos pela Educação, 2023)

Nesta SD, o TPE vai um pouco além de dizer que a educação não tem qualidade, mas também que a falta dela ocasiona um país injusto e pouco desenvolvido. Quanto aos docentes, a ONG projeta uma imagem de que eles não são bem formados para o cargo e que são o “elemento central para a aprendizagem do aluno” (Todos pela Educação, 2023). Além disso, a SD aponta que o docente é projetado como não valorizado, sendo apontado como desvalorizado. Na SD seguinte, O TPE projeta uma imagem de uma rede pública que precisa ser aprimorada:

**SD 28: Melhorar a carreira e desenvolvimento profissional dos professores concursados das redes de ensino, aprimorando os concursos de ingresso, o estágio probatório, os planos de carreira, a remuneração, a rotina de trabalho e a formação continuada.** (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Na SD acima, o TPE projeta que carreira dos professores concursados da rede pública não é boa e não possibilita um crescimento profissional, pois apresenta que é preciso “melhorar a carreira e desenvolvimento profissional” dos docentes. A forma como ocorre hoje, como lança o TPE, é que o concurso para os docentes, os estágios probatórios, a rotina de trabalho e a formação continuada não são satisfatórios, pois precisam ser aprimorados.

Vale pontuar que o TPE aponta, assim, para uma suposta necessidade de melhoria, de aprimoramento dos concursos permitindo o ingresso dos professores na rede pública. Aprimorar aponta para algo que precisa ser modificado, alterado. Não se pode perder de vista, de foco, portanto, que é aprimorar de acordo com uma ótica empresarial, pois esse

é o modelo a ser seguido e almejado. Na SD abaixo, novamente aparece o termo aprimorar:

SD 29: Aprimorar os processos de seleção e formação dos professores temporários das redes de ensino. (Todos pela Educação, 2023)

A SD analisada novamente mostra que o TPE põe em dúvida “os processos de seleção e formação dos professores temporários”, já que este carece ser aprimorado. Nesse sentido, o *Todos pela Educação* vai colocando de diversas formas que as redes de ensino precisam ser melhoradas. Na SD seguinte, a ONG expõe que é preciso, como se fosse a solução, promover melhorias no processo de seleção dos “gestores escolares”:

SD 30: Promover melhorias nos processos de seleção, formação e apoio ao trabalho dos gestores escolares. (Todos pela Educação, 2023)

A Educação em crise aparece na SD mencionada quando o TPE aponta ser preciso promover melhorias também no processo que seleciona os gestores escolares. É uma clara evidência de que os gestores não possuem formação adequada para o cargo, pois precisam de melhoria em sua formação. O *Todos pela Educação* também aponta que o setor público não oferece suporte aos dirigentes das escolas, uma vez que precisam ser apoiados.

Na próxima SD, o TPE cogita que uma educação de qualidade é aquela baseada em evidências:

SD 31: Gestores que conhecem os pontos fortes e fracos de suas redes de ensino e que buscam embasamento em evidências são os que dispõem de melhores ferramentas para planejar políticas educacionais estruturantes e de maior sucesso que visem a **melhoria da qualidade da Educação Básica**. O Todos Pela Educação também trabalha para apoiar os gestores públicos, qualificar o debate e levar informação a quem atua diretamente nas secretarias de Educação de todo o País. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

A SD expõe uma comparação ao afirmar que gestores conhecedores dos pontos fortes e fracos de suas redes de ensino e que buscam embasamento em evidências, são postos como aqueles que conseguem realizar planejamento de políticas educacionais, consideradas pelo TPE como estruturantes. Em outras palavras, se não conhecem a realidade local, os pontos fortes e fracos da rede ensino, as políticas educacionais não conseguem ser viabilizadas para atingir a melhoria da qualidade da Educação Básica almejada pelo TPE, segundo sua ótica de melhoria. Além disso, o discurso aponta que os

gestores não são apoiados porque o *Todos pela Educação* afirma que irá trabalhar “para apoiar os gestores públicos, qualificar o debate e levar informação”.

O *Todos pela Educação* defende algumas bandeiras como pontos e políticas que impactam diretamente na vida dos estudantes. Essas bandeiras, necessitam não de um direcionamento técnico, tão dito e defendido pelo TPE, mas também carecem de articulação política. Em se tratando de uma área social como educação, não é possível se direcionar apenas tecnicamente. Uma das pautas defendidas pelo *Todos pela Educação* é a reforma do ensino médio dos anos finais do ensino fundamental, como pode-se verificar na SD abaixo:

**SD 32: Construção de uma nova concepção de escola** para os Anos Finais do Ensino Fundamental. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Constrói-se aqui uma imagem de uma escola antiquada para os tempos atuais, visto que o TPE coloca que é preciso “uma nova concepção de escola” (Todos pela Educação, 2023), isso significa que os anos finais do ensino fundamental precisam ser reformulados, pois o modelo atual é considerado antiquado para a atual realidade dos “desafios da sociedade contemporânea”, apresentados na SD 15. O modelo, segundo o TPE, faz com que a escola não seja atrativa para os jovens, como pode-se perceber na próxima SD:

**SD 33: Escolas realmente atrativas para os adolescentes brasileiros**, preparando-os academicamente e para a vida no mundo contemporâneo. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Desponta nesta SD uma imagem de escola pouco atrativa aos adolescentes e que não os prepara para a vida acadêmica e nem para o mundo atual. Nesse caso, entenda-se mundo contemporâneo como aquele voltado para as necessidades do mercado de trabalho e que atenda às necessidades do mercado. O ensino é visto como parte integrante do mercado e a esse deve atender. Na próxima SD verifica-se que o ensino médio é colocado com necessidades de reforma:

**SD 34: Reformulação na oferta do Ensino Médio.** (Todos pela Educação, 2023)

Nota-se que o TPE aponta como discurso que a oferta do ensino médio deve ser reformulada, numa evidência de que o até então modelo de ensino desta fase não atende mais os anseios “para a vida no mundo contemporâneo”, expostos na SD 33.

Outro ponto a ser observado é que “reformulação na oferta do Ensino médio” trata-se de uma nominalização, pois há supressão da parte verbal. Em outras palavras, houve a troca da sentença verbal “a oferta do Ensino Médio **precisa** (grifo meu) ser reformulada”. A SD abaixo trata, novamente, sobre a reformulação do ensino médio:

SD 35: **Escolas de Ensino Médio ressignificadas**, preparando os jovens para seu futuro enquanto indivíduo, cidadão e profissional. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

A imagem projetada aqui é de que as “escolas de ensino médio” devem ser ‘ressignificadas’. Novamente, aparece o interesse de colocar essa fase do ensino para atender às demandas de mercado, pois o ensino médio deve preparar “os jovens para seu futuro enquanto indivíduo, cidadão e profissional”.

A ONG projeta que o modelo atual não prepara os jovens para o futuro. A palavra “profissional” aparece em último na frase, como se a ONG buscasse um sentido mais humanista da educação, preocupada com o indivíduo e o cidadão. Ou seja, demonstra, supostamente, uma preocupação com a pessoa (indivíduo e cidadão). No entanto, quando se emprega “profissional”, há uma visão mais tecnicista para a formação do aluno. Projeta-se uma imagem de um ensino médio que prepare os alunos para atuarem como trabalhadores após o término dos estudos, evidenciado pela palavra “profissional”.

Segundo Laval (2020), a escola passa a ser vista com objetivo profissional cujo foco é “fornecer mão de obra adequada às necessidades da economia” (Laval, 2020, p.159 e 160). Trata-se, segundo o autor, de uma pressão do mercado de trabalho sobre o campo educacional, se mostrando de forma mais premente e visível “na pedagogia, nos conteúdos e na validação das estruturas curriculares e dos diplomas” (Laval, 2023, p. 159 e 160).

Na SD abaixo, verifica-se que o TPE busca se amparar em pesquisas e dados para justificar que o ensino médio necessita de reformas e estar mais conectado às questões mercadológicas:

SD 36: Datafolha: **98% dos alunos de Escolas**<sup>12</sup> Públicas do Ensino Médio querem opções de formação que os prepare para o mercado de trabalho. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

---

<sup>12</sup> Fonte: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>

A SD é um título da matéria publicada no site *Todos pela Educação* que chama a atenção, pois 98% dos alunos matriculados na rede pública supostamente desejam que a formação os prepare para o trabalho. Essa porcentagem é quase todo mundo, é quase a totalidade. Cabe ressaltar que na SD não aparecem falas técnicas, ou seja, de professores, especialistas em educação, mas dos próprios alunos. Assim, alimenta-se uma solidariedade participativa porque não são os profissionais pedindo mudanças, mas os próprios afetados pela reforma. Coloca-se a reforma do ensino médio como um desejo dos próprios estudantes. A porcentagem, portanto, é utilizada como uma evidência para aparentar uma “racionalidade indiscutível” que “em nossa cultura ocidental, está ligada aos números e às cifras” (Guilbert, 2020, p.30).

Ball (2020) vai citar Ozga (2008) para salientar que este conhecimento por meio de números e estatísticas passa a constituir um “recurso por meio do qual a vigilância pode ser exercida” (OZGA *apud* Ball, 2020, p.69). Essa nova forma serve para comparação para que a melhoria da qualidade e eficiência de alunos, escolas e nações (Ball, 2020) possam ser medidos e quantificados. Vejamos a próxima sequência discursiva:

**SD 37: Quase todos os jovens** brasileiros (98%) que estão hoje no **Ensino Médio das redes públicas** **querem uma escola que os prepare para o mercado de trabalho e 9 em cada 10 gostariam** de escolher uma área para aprofundar estudos durante a etapa, enquanto apenas 1% afirma que não teria condições de eleger uma área para se aprofundar na última etapa da **Educação Básica (Todos pela Educação, 2023, grifos meus)**.

Nesta SD o que desponta é a quase totalidade. “Quase todos jovens brasileiros”, e “9 em cada 10 gostariam de escolher uma área para aprofundar” constroem uma imagem de que a reforma do ensino médio possui adesão da maioria, e o mais importante: a maioria dos que serão afetados pela reforma. É quase totalidade, o que contribui para a construção de uma evidência (Guilbert, 2020) baseada em números, como se esses fossem racionais e indiscutíveis.

Em outras palavras, a porcentagem é utilizada como fundamentação para apontar que o interesse pela reformulação não é do TPE, mas dos próprios jovens que desejam um ensino médio que os preparem para o mercado de trabalho. É tão importante esta reafirmação que no discurso o TPE desqualifica os que não conseguem eleger uma área de atuação, utilizando advérbio “apenas” quando diz “enquanto apenas 1% afirma que



não teria condições de eleger uma área para se aprofundar na última etapa da Educação Básica”.

Na SD fica evidente o propósito da reforma: preparar os jovens para atuarem como trabalhadores, uma vez que o objetivo da pesquisa é mostrar que os jovens desejam um ensino que os preparem para o mercado de trabalho. A reforma do ensino coloca que um ensino de qualidade para os jovens seria aquele que os prepare com uma formação técnica para o trabalho. Propõe-se uma educação não republicana<sup>13</sup>, e não humanizada, não sendo, portanto, comprometida com um projeto de nação, mas focada em oferecer uma educação customizada para cada aluno. É uma formação estritamente técnica com objetivo de formar trabalhadores para o mercado de trabalho.

Na SD seguinte percebe-se que o *Todos pela Educação* reafirma a sua independência, mesmo que isto não seja dito diretamente:

SD 38: Além disso, a grande maioria acredita que a tecnologia pode melhorar a aprendizagem e 2 em cada 3 jovens querem cursar o Ensino Superior. Estes são alguns dos destaques de uma ampla pesquisa de opinião encomendada pelo **Todos Pela Educação** em parceria com a **Fundação Telefônica Vivo**, o **Instituto Natura** e o **Instituto Sonho Grande**, realizada pelo **Datafolha** entre 8 de fevereiro e 18 de abril deste ano, com representatividade nacional, regional e para cada uma das 27 Unidades da Federação. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

Na SD seguinte percebe-se que o *Todos pela Educação* reafirma a sua independência, mesmo não dizendo que não conta com recursos públicos para executar e manter seus projetos. Embora a reforma do Ensino Médio tenha que partir, como partiu, de uma diretriz Nacional, chama a atenção de não ter sido nem o Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e municipais de Educação a encomendarem a pesquisa ao instituto Datafolha. Ela foi realizada a pedido do TPE em parceria com instituições privadas como “a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande” (Todos pela Educação, 2023), empresas essas que não têm origem na educação, mas que utilizam seus institutos para pagarem menos impostos, oferecendo à sociedade o que Ball

---

<sup>13</sup> Revista educação: A escola republicana é aquela que se organiza para cumprir um projeto de nação, não apenas para cumprir o projeto customizado para cada indivíduo. Vamos ver o que é isso. Basta, no fundo, cumprir a Constituição, articulando os objetivos da aprendizagem ao projeto de país, por meio de um currículo. Disponível em:

<<coerente.https://revistaeducacao.com.br/2022/04/04/escola-republicana-coluna/#:~:text=uma%20escola%20republicana.-,A%20escola%20republicana%20%C3%A9%20aquela%20que%20se%20organiza%20para%20cumprir,meio%20de%20um%20curr%C3%ADculo%20coerente>> acessado em 09 de março de 2024.

(2020) denomina de “empreendedorismo social” para propor soluções, do mercado, para a educação. (Ball,2020, p.42).

Nesta SD observa-se como o *Todos pela Educação* aborda como os professores participam da produção discursiva de uma educação sem qualidade. A imagem projetada dos profissionais docentes pelo TPE é de que eles carecem de melhorias na carreira. Abaixo as SD selecionadas para análise serão descritas e analisadas:

**SD 39: São aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação de Professores**, primeiro passo em uma transformação na formação inicial docente, voltada para os desafios práticos do cotidiano escolar. O Todos participou ativamente no debate e contribuiu para o documento. (Todos pela Educação,2023, grifo meu)

As DCN são postas aqui como uma solução para a carreira docente, pois daria a possibilidade de uma “transformação na formação inicial do docente”. Assim, a “formação inicial docente” é produzida como não sendo “voltada para os desafios práticos do cotidiano escolar”. É interessante ressaltar como, mais uma vez, o *Todos pela Educação* se coloca como parte de uma construção de política pública, ao expor que participou ativamente do debate e da construção do documento, projetando uma imagem de articulador, de influência e de liderança.

Na próxima SD é possível verificar que o TPE almeja uma padronização na formação dos professores:

**SD 40: Instituir o Marco Referencial Docente Nacional**, que visa definir as competências e os conhecimentos esperados de todo professor, como forma de nortear as políticas docentes no País. (Educação Já, 2022, p.36)

Nesta SD, o discurso da ONG é que se deve visar “definir as competências e conhecimentos esperados de todo professor”. Há uma evidência de homogeneização da formação docente. É como se se quisesse controlar aquilo que os docentes devem aprender e, posteriormente, ensinar aos alunos.

Assim, “definir as competências e os conhecimentos esperados de todo professor” é algo visado pelo TPE, uma espécie de “meta”. Embora “meta” não seja um significante presente na SD, ela encontra-se em estreita relação com o verbo “visar”.

O discurso de melhoria da profissão docente é possível ser percebido em documentos elaborados pelo movimento, como o “Educação Já”. Abaixo SD retirada do documento:

SD 41: Professores bem preparados, motivados e com condições adequadas (grifo meu) de trabalho em todas as escolas (Educação JÁ, 2022, p.36).

Na SD acima, um subtítulo do documento que trata “Dos fatores educacionais essenciais”, no eixo 2, a imagem projetada dos professores é de que não são motivados, preparados para ensinar e não possuem condições de exercerem o seu trabalho. Na SD abaixo, o TPE irá pontuar que a docência no Brasil é enfraquecida:

SD 42: Acima de tudo, evidenciam que o Brasil precisa de um amplo conjunto de políticas voltadas para o **fortalecimento da docência** em um esforço do governo federal, estados e municípios. (Educação, JÁ, 2022, p.36, grifo meu)

No exemplo acima, o *Todos pela Educação* expõe que o Brasil precisa de um “conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da docência”, numa evidência de que a profissão é enfraquecida, portanto, fraca. Na próxima SD, temos como o TPE trata os profissionais que buscam a licenciatura:

SD 43: É preciso criar programas e mecanismos que busquem atrair estudantes de bom desempenho acadêmico no Ensino Médio para os cursos de formação inicial docente (Pedagogia e Licenciaturas) e inseri-los de maneira qualificada na profissão. É notório que o aumento da atratividade requer, necessariamente, substanciais melhorias nas carreiras, condições de trabalho e na remuneração (elementos discutidos adiante) (*Todos pela Educação*, 2023).

Neste caso, a imagem projetada dos professores é de que os cursos de formação inicial docente – pedagogia e licenciaturas – são feitos / integrados por estudantes de desempenho acadêmico ruim, já que o *Todos pela Educação* coloca que é preciso “atrair estudantes de bom desempenho acadêmico no Ensino Médio” (*Todos pela Educação*, 2023). Outra imagem projetada é a de que a docência não é atrativa, pois para atraí-los é preciso de “melhorias nas carreiras, condições de trabalho e na remuneração”. Na SD abaixo, o TPE coloca que, inclusive, é necessário melhorar a qualidade da formação:

SD 44: Nesse cenário, é importante uma **ampla política buscando aprimorar a qualidade da formação ofertada nos cursos de formação inicial** (novos e já existentes), independentemente da modalidade e da rede em que são ofertados, para que sejam capazes de, efetivamente, **preparar os futuros professores para o início do exercício da profissão**. (*Todos pela Educação*, 2023, grifos meus)

A SD tenciona uma imagem de que os cursos de licenciatura não são bons, pois precisam “aprimorar a qualidade da formação ofertada nos cursos”, numa evidência de que os

atuais profissionais não possuem uma boa formação acadêmica para exercerem a profissão que escolheram.

### 3.5 O vídeo educação já como promessa

O vídeo é uma peça publicitária do movimento *Todos pela Educação* denominado “Educação Já”<sup>14</sup>, que consiste numa série de propostas de ensino e ferramentas de gestão para Secretarias Municipais, Estaduais e Ministério da Educação. É exposta no vídeo uma promessa que o acesso à educação pode garantir à população uma vida melhor. Porém, ao mesmo tempo, a peça também deixa à mostra que, caso não tenha acesso à educação, a pessoa estará, inevitavelmente, à margem da sociedade.

A peça começa com a narração do que pode ocorrer quando não se investe em educação. Há uma forte ênfase em demonstrar que quem não estuda pode não se inserir no mercado de trabalho e, caso esse indivíduo possua uma baixa escolaridade, não conseguirá um bom salário. O apelo da publicidade é no sentido de que a educação impacta na economia e em questões sociais.

A peça inicia com a seguinte sentença:

SD 45: 70% dos presos no Brasil não concluíram o ensino fundamental (Todos pela Educação, 2023).

Dessa forma, o vídeo começa a construir a imagem da educação a partir de uma referência social, indicando que a baixa escolaridade pode levar crianças e jovens à criminalidade e, portanto, à margem da sociedade. Longe do acesso ao consumo e do trabalho. Assim, sem educação, as pessoas não conseguem uma vida digna. Isso posto coloca a falta de educação como uma consequência social quando as pessoas não têm acesso a uma escolarização. Essa SD traz como evidência que a valorização da educação vem pela via do “risco da criminalidade”. Trata-se de um “alerta” em relação ao “perigo / risco da criminalidade”

Logo em seguida a peça acrescenta o seguinte:

SD 46: O salário de uma pessoa sem escolaridade pode ser 12 vezes menor do que uma pessoa com ensino superior completo (Todos pela Educação, 2023).

---

<sup>14</sup> Peça publicitária Educação Já: <https://www.youtube.com/watch?v=DFI4STDsufw>

Neste trecho já há uma relação forte entre quem estuda mais e altos salários. Os cargos de maior relevância e de salários mais elevados na sociedade são aqueles, conseqüentemente, de quem estuda mais, os de pessoas que cursaram o ensino superior completo, como aponta a SD da peça publicitária. Há um apelo que para ganhar bem, ter um bom salário, é necessário estudar. É a educação sendo configurada como uma espécie de promessa de uma garantia de uma vida melhor. Dito de outra forma, a educação que deveria ser vista como algo que traga maior aprendizado, acesso à cultura, é colocada apenas como aumento do poder aquisitivo, de maiores remunerações para as pessoas que tiveram acesso à educação.

Por fim, para concluir a sequência argumentativa do narrador, a peça publicitária apresenta que o acesso à educação torna os sujeitos menos tolerantes para com a corrupção, como pode ser percebido em:

SD 47: Quanto maior a escolaridade da nação, maior a intolerância à corrupção (Todos pela Educação, 2023).

Este argumento aciona memórias sobre a corrupção no Brasil, pois ele remete a episódios de desvio de dinheiro público, casos de corrupção na história recente narrados pela mídia em um passado recente e presente. Para o TPE é pela educação que se combate a corrupção. A educação é, assim, posta como mais uma promessa, sendo um antídoto contra a corrupção. A propaganda do “Educação Já” coloca, dessa forma, que a baixa escolaridade, faz com que o Brasil tolere mais a corrupção.

De acordo com o discurso do TPE, a falta de escolaridade leva as pessoas ao crime, a estarem encarceradas, mas se a pessoa se dedica e estuda, ela consegue um bom salário, caso chegue à universidade. E dessa forma, uma nação com uma boa educação não tolera corrupção, pois, de acordo com o discurso aqui analisado, quem não estuda tem mais chances de ir para a prisão. Sendo assim, um país com educação forte não permitiria ser roubado e, se fosse, as pessoas envolvidas seriam punidas.

Entendemos que há uma relação entre o primeiro e último argumento da sequência narrativa da peça publicitária, entre a SD 46 e a SD 47. Em ambas há um forte apelo pela escolaridade. A primeira associa que pessoas com mais estudos possuem maiores salários. A segunda relaciona que quem possui mais escolaridade tem menos tolerância à corrupção. É uma promessa de uma educação de qualidade proposta para combater as mazelas que o TPE considera relevantes.

Em outras palavras, o movimento traz a promessa de algo positivo e benéfico para a sociedade, caso o país invista na educação de qualidade (a qualidade que o TPE defende), pois esta possibilitaria bons salários e intolerância à corrupção. No entanto, também é um alerta porque a falta dessa educação de qualidade, de acordo com o discurso aqui analisado, levará o país a uma situação inversa em que a população seja permissiva com a corrupção e submetida a baixos salários. A peça publicitária trabalha, assim, com uma promessa, apresentando os pontos positivos, caso sejam seguidas as orientações do TPE por meio do documento “Educação Já”. Por outro lado, é um alerta, pois a falta dessa educação de qualidade, como sugere o TPE, traria como consequências tolerância à corrupção e baixos salários.

É possível traçar também uma relação quase de equivalência entre as SD 46 e SD 47, pois a falta de estudo levaria à criminalidade, como percebido na SD 46, assim como, levaria a aceitar a corrupção, como verificado na SD 47. A criminalidade ocuparia quase o mesmo lugar de corrupção. Estariam pareados, caso não haja a educação de qualidade que o *Todos pela Educação* quer. Estes significantes (criminalidade e corrupção) estão no mesmo nível de igualdade, no sentido que são as consequências se não houver esta suposta educação de qualidade que o TPE defende.

A partir deste momento começa a música da peça publicitária. A seguir, o refrão que é entoado em coro na peça:

SD 48: Para o Brasil mudar, Educação Já. (Todos pela Educação, 2023)

O imediatismo sugerido pelo advérbio “já” da peça que divulga o documento “Educação Já” é reforçado pelas consequências de como uma educação “sem qualidade”, isto é, uma educação que não seja alvo das ações do TPE, ocasionaria problemas sociais e econômicos tais como “desemprego” e “desigualdade”, cantados na letra, que continua “não está fácil pra ninguém”. “Falta oportunidade”.

E por fim a trilha sonora cantada pelos personagens diz:

SD 49: Para criança e jovem virar alguém, Educação Já. (Todos pela Educação, 2023)

Este alguém seria quem? Uma pessoa com curso universitário que ganha 12 vezes mais que uma sem ensino superior? A propaganda trabalha com a emoção. E esta peça do documento “Educação já” não foge à regra. Há uma pressão em focar na promessa de que

educação garante salário, emprego, melhores condições de vida, tudo que o capitalismo é capaz de oferecer.

É, portanto, um peso colocado sobre uma única área social. O valor educação é colocado como o único capaz de mudar a realidade social. A falta de uma educação de qualidade – isto é, de uma educação assim como proposta pelo *Todos pela Educação* – possibilitaria que todas as mazelas da sociedade ocorressem. Vale destacar que a peça do “Educação já” empreende esforços para o bom funcionamento da sociedade capitalista, tecnocrática, e não, necessariamente, para as pessoas viverem bem.

Nas quatro seções anteriores, a dissertação buscou discutir os efeitos de sentido em relação à palavra todos presente no nome do movimento, bem como em relação a uma educação supostamente para todos. O movimento apaga o lugar de onde enuncia, oferecendo uma promessa de educação de qualidade. Nas próximas duas seções, o trabalho discute a imagem de si projetada pelo TPE e o que o movimento considera como modelos de educação que dão certo e podem ser seguidos pelos outros entes da federação.

### **3.6 A imagem que o TPE projeta de si**

Assim como ocorre em grandes empresas, que recebem selos de qualidade após comprovar que atendem as exigências da instituição certificadora, o TPE também tem selo pelos trabalhos prestados.

O selo em questão é do Instituto Doar<sup>15</sup>, que tem o objetivo de avaliar a qualidade e transparência das organizações não governamentais (Instituto Doar, 2022), certificando que a organização é confiável a receber doações para custear seus projetos e ações. O instituto atua junto ao terceiro setor.

É importante frisar como o TPE se apresenta e justifica o mérito de receber o selo “Doar”:

SD 50: O Todos Pela Educação acaba de receber mais um reconhecimento por sua atuação como organização independente, sem fins lucrativos e não-governamental dedicada a mudar a qualidade da Educação Básica no Brasil: o Selo Doar A+, fornecido pelo Instituto Doar (Todos pela Educação, 2022).

---

<sup>15</sup> Instituto Doar: <https://www.institutodoar.org/>

A organização se coloca como merecedora deste selo porque recebeu o reconhecimento devido a seu trabalho **“independente, sem fins lucrativos e não-governamental”** (Todos pela Educação, 2022, grifo meu) com o objetivo de melhorar a educação Básica no Brasil.

O grifo é importante não por destacar um dito novo, mas por frisar um dito que se repete de forma parafraseada. Ele faz parte da seção do site que trata do “Quem somos”. Como se a organização tivesse reforçando seu papel enquanto instituição do terceiro setor. Há uma repetição, portanto.

No entanto, o selo “Doar A+”, um certificado de qualidade e transparência entregue às organizações o qual o TPE recebeu, reforça que para atingir este feito de melhoria é preciso ter independência, como sugere o movimento. Por isso, as doações, segundo o TPE, são importantes para manter o trabalho com independência. Há uma ênfase na questão de se mostrar como uma ONG independente, porém, ao dar este destaque, o TPE também apaga seu posicionamento, elidindo, assim, a posição de onde enuncia, pois “independente” esconde o lugar de onde o TPE fala.

Porém, mais que isso. Por não contar com recursos públicos e se manter com verbas privadas para exercer suas atividades com independência, o TPE precisa de doações, como nota-se na SD abaixo:

SD 51: Trata-se de uma certificação independente que destaca o profissionalismo e a transparência nas organizações da sociedade civil no país. É uma forma de facilitar a decisão de doadores. (Todos pela Educação, 2023)

O selo se torna um símbolo de confiança e de credibilidade para aqueles que desejam realizar doações para a organização. Há um realce de características inerentes ao setor empresarial. O TPE não recebe o selo por causa, somente, do trabalho à frente de uma questão social, como educação, mas devido ao seu “profissionalismo” e “transparência”.

O discurso que TPE, a todo instante, no portal, é de ressaltar quem é a instituição, projetando sua imagem para o público que o acessa. A ONG vai repetindo que é uma entidade sem fins lucrativos, da sociedade civil, sem recursos públicos.

O TPE procura se lançar, assim, como articulador e até mesmo de intermediador de políticas educacionais para o Brasil, atribuindo a si uma imagem de ONG comprometida



com o ensino no país. Um discurso em que o TPE, por ser independente, como sugere ser, procura melhorar a qualidade de educação.

Nota-se que a organização parte de uma imagem construída dela mesma que é:

SD 52: Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil (Todos pela Educação, 2022).

A partir desta SD, o TPE constrói uma outra: a de uma ONG que trabalha com profissionalismo e transparência. Ela tenta mostrar aos possíveis doadores que os recursos destinados serão aplicados com eficiência.

Vale pontuar também que a matéria “Todos conquista o selo doar por gestão e transparência”<sup>16</sup> destaca que para receber este selo é necessário passar por 50 critérios divididos em 8 eixos que são: causa e estratégia, governança, contabilidade e finanças, gestão, recursos humanos, estratégia de financiamento, comunicação, prestação de contas e transparência.

São eixos que podem muito bem ser empregados para avaliar e mensurar e certificar empresas. Não há entre os eixos um instrumento de avaliação humanista ao qual a instituição se dedica ao trabalho. Pelo contrário, os critérios são todos meritocráticos e computáveis, passíveis de serem lançados em bancos de dados. O foco dos eixos é empresarial. Uma vez que o TPE é vinculado à Fundação Lemann, Gerdau e outros faz sentido o direcionamento de avaliação do Instituto Doar ser um modelo empresarial até para atrair novos doadores e investidores para a organização, como pode ser observado na SD abaixo:

SD 53: O Instituto Doar tem como missão ampliar a cultura da doação no Brasil e no mundo. Atualmente, também promove o reconhecido prêmio Melhores ONGS. (Todos pela Educação, 2023)

A SD acima demonstra, assim, a relevância de se ter dinheiro para que a ONG possa desenvolver seu trabalho com independência, profissionalismo e eficiência, como já apontava a SD 51. Se em instituições empresariais uma forma de se conseguir mais capital é atraindo mais investidores, em ONGs, como o TPE, o capital viria por meio de doações. Seriam doações um sinônimo de investimento?

---

<sup>16</sup> Reportagem disponível em:  
<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/todos-conquista-o-selo-doar-por-gestao-e-transparencia/>

Ball (2020) destaca estas doações como parte do novo capitalismo social, quando há “relação direta de ‘doar’ por ‘resultados’” (Ball, 2020, p.121) cujo objetivo é o envolvimento direto e explícito dos doadores em trabalhos filantrópicos para comunidades e organizações em que estes benfeitores se transformam em “consumidores de investimento social” (Ball, 2020, p. 121) como forma de prover o bem estar da comunidade ou de um grupo (Ball, 2020).

Para defender uma educação básica pública, levando em consideração que o público é um alvo privilegiado, o TPE busca construir, portanto, uma imagem de ser uma organização independente por não contar com apoio político e com recursos públicos, como percebe-se na SD:

SD 54: O Todos Pela Educação é 100% financiado por recursos privados. Isso mesmo: não aceitamos recursos públicos de qualquer natureza, nem mesmo de empresas de capital misto. Com isso, garantimos nossa total independência e análise crítica em relação a governos e partidos. (Todos pela Educação,2023, grifo meu)

Ora, a independência colocada como argumento para conduzir os trabalhos parte do pressuposto de que contar com dinheiro privado possibilita autonomia. O discurso da ONG é que a verba pública, portanto, geraria uma dependência, uma amarra para os projetos propostos pelo TPE, mas essa independência aponta para uma ilusão, pois o movimento apaga o lugar de onde fala<sup>17</sup>. A ONG não é independente porque não utiliza recursos públicos. Se aceita apenas recursos do setor privado, não estaria o TPE sendo dependente deste setor? Para defender, justamente, os interesses e as propostas do mercado?

Se dizer independe para realizar o seu trabalho como liderança de um movimento é muito presente no discurso do *Todos pela Educação*. No entanto, o que fica apagado no discurso do TPE é que ele é um movimento de classe, mais especificamente, o da classe empresarial. É como se quisesse reforçar que para o trabalho ter prestígio e respeito da sociedade, ele precisasse reforçar esta característica.

O movimento reforça que sua independência se dá por não contar com recursos públicos, o que possibilita a realização de seus trabalhos de forma técnica, como podemos perceber na SD abaixo:

---

<sup>17</sup> Como já articulado na seção que trata do nome do movimento, na qual discutimos que o TPE [apaga](#) o lugar de onde se fala.

SD 55: A equipe-executiva do Todos tem a prerrogativa, definida pelo estatuto, de conduzir com **independência** o dia a dia dos trabalhos e definir as **posições técnicas do movimento**. (Todos pela Educação, 2023, grifo meu)

O *Todos pela Educação* faz correlação entre independência e posições técnicas, ou melhor, a organização se coloca como livre para pensar, refletir e propor um plano de educação básica para o Brasil. No entanto, coloca que essas ideias são amparadas por estudos e pesquisas para amparar as posições técnicas “com a ajuda de peritos em educação americanos e brasileiros” (Ball, 2020, p.63).

Mais uma vez, é importante questionar: independente em relação a quem? Ball (2020) expõe que o programa *Todos pela Educação* foi criado por presidentes de empresas como as “de peças de carros DPaschoal, Grupo Gerdau e os bancos Itaú, Bradesco e Santander” (Ball, 2020, p.63). Empresas privadas que buscam mudar a percepção do setor público em relação aos problemas sociais, como é o caso da educação (Ball, 2020). Para que estas supostas propostas técnicas sejam aceitas pela comunidade e governos de tal modo que pareçam um senso coletivo, como aponta Guilbert (2022), o TPE utiliza-se da imprensa e do meio acadêmico para “ajudar a promover a educação como prioridade nacional” (Ball, 2020. p.63) para que haja, dessa forma, uma coletividade em torno de uma causa, fazendo isso de forma inconsciente e não intencional.

Percebe-se que o TPE defende que ser independente é não usar recursos públicos, o que possibilita, segundo sua visão, amparar-se em posições técnicas para formular suas propostas para a área educacional. Isso só é possível dentro da Formação Discursiva do TPE, que propõe um modelo reformista do estado, tendo como modelo a ser seguido o privado. Na SD abaixo, é possível verificar o quanto o TPE reforça a questão de não contar com recursos públicos para se manter:

SD 56: O **Todos Pela Educação é 100% financiado por recursos privados. Isso mesmo: não aceitamos recursos públicos de qualquer natureza, nem mesmo de empresas de capital misto** com isso garantimos nossa total **independência** e análise crítica em relação a governos e partidos. (Todos pela Educação, 2023, grifos meus)

Independência, assim, está relacionado a ser financiado 100% por setores privados, reforçando, como o TPE acredita, a capacidade de se posicionar de forma crítica perante governos e partidos. Esta autonomia permitirá, de forma ilusória, ao TPE embasar as suas proposições para a área educacional de forma técnica. Pelo menos é isto que ele tenta estabelecer, pois sem dados e informações, o seu discurso não conseguiria adesão dos

governos. Na SD abaixo, é possível verificar como isto ocorre no discurso do TPE em relação ao termo “posições técnicas”:

SD 57: Parte significativa do processo de construção de propostas técnicas do *Todos Pela Educação* para melhorar a qualidade da Educação Básica no Brasil se **dá junto a especialistas em gestão pública, gestão educacional, acadêmicos e profissionais da Educação (ex.: gestores escolares e professores)**. São pessoas de **diferentes trajetórias e matizes ideológicas**, mas que têm, em comum, o compromisso inequívoco com a melhoria da aprendizagem dos alunos e com a construção de propostas informada pelas evidências do campo. O Educação Já!, nossa principal e mais recente iniciativa de proposição técnica envolveu um grupo de mais de 80 especialistas. (Todos pela Educação, 2023)

O uso de profissionais da área acadêmica e da educação pública para fundamentar as propostas para uma educação pública no Brasil de forma técnica, como TPE alude, é utilizado para obter um consenso, mas “consenso para o exercício da dominação” (Silva, 2020, p.12).

Contudo, há a necessidade de um contrato social para a manutenção do poder, sendo que este utiliza de um discurso “proselitista com o objetivo de obter a submissão da maioria” (Guilbert, 2020, p.40). Não importa aos donos do poder, apenas, o consentimento voluntário das pessoas em manter e perpetuar o consenso, mas, sobretudo, criar uma adesão que seja natural. Guilbert (2020) destaca que a ideologia do poder nas democracias age de forma dissimulada, pois parte do princípio de que ela não existe, sendo ela imposta “a todos como senso comum compartilhado” (Guilbert, 2020, p.40).

Na SD acima, é possível perceber, portanto, como o discurso de embasamento técnico se repete em vários pontos do site, inclusive quando se trata do documento Educação já. Uma forma que o TPE encontra para inserir dentro da sociedade civil uma ideia de “‘aliança’ de esforços para bem da nação” (Silva, 2020, p.12).

Fica elidido que não é possível um discurso técnico para uma pauta social, pois falar de educação se articula a um posicionamento. O TPE clama por uma educação básica pública de qualidade e mais uma vez se coloca como liderança de um movimento que conversa com todos os movimentos da sociedade civil, da comunidade escolar e secretários para dialogar e construir uma pauta única e uma sociedade para apresentar às candidaturas. No entanto, novamente ao clamar por uma educação pública de qualidade, o TPE oculta o lugar de onde enuncia. Se apresenta como liderança de um movimento, mas apaga o lugar de onde fala, de onde se manifesta.

### 3.7 Efeitos de sentido da “educação que dá certo”

Nas abas de navegação no site, o TPE expõe que a educação básica no Brasil precisa ser reformada, que o setor público precisa ser apoiado, numa forte evidência de que tanto a educação quanto o setor público não prestam bons serviços, pois o movimento sempre ressalta que não conta com recursos públicos para desenvolver os seus trabalhos e que a educação precisa de melhorias. O mesmo não ocorre na sub-aba ‘Educação que dá certo’”. Nela, o portal apresenta experiências de municípios e estados brasileiros que o TPE considera exitosas para que outras localidades nacionais as apliquem. Em outras palavras, são modelos de educação a serem seguidos e copiados. Na SD abaixo:

SD 58: Sabia que bem aqui, no Brasil, inúmeras redes de Ensino Público têm conquistado resultados educacionais surpreendentes? Mapear, analisar e espalhar esses bons exemplos de políticas educacionais é a missão da iniciativa **Educação Que Dá Certo**, do Todos. Além da análise robusta de casos positivos de redes estaduais e municipais de ensino, desenvolvemos documentos técnicos que descrevem o que está por trás dessas ações, publicamos materiais em diferentes formatos e articulamos reportagens para disseminar o que o Brasil tem para ensinar ao Brasil em matéria de Educação Básica de qualidade. Queremos mostrar que há boas políticas públicas sendo feitas; valorizar os gestores e as secretarias que implementam boas práticas; e influenciar a tomada de decisão dos gestores públicos. (Todos pela Educação, 2023)

Logo no início, o TPE coloca para quem navega uma pergunta: “Sabia que bem aqui, no Brasil, inúmeras redes de Ensino Público têm conquistado resultados educacionais surpreendentes?” (Todos pela Educação, 2023). O “Sabia que bem aqui, no Brasil” já aponta para algo como se fosse inédito. É como se o TPE expusesse algo como impossível, mas ocorre em algumas cidades e estados. Coloca isto de forma tão espantosa que a ONG utiliza uma adjetivação final, pois os “resultados educacionais são **surpreendentes** (grifo meu)”, ou seja, os bons resultados são vistos como uma surpresa, como algo inesperado.

Estas experiências exitosas estão relacionadas ao que o movimento considera como exemplos a serem seguidos, tanto que expõe que estas reportagens possam “disseminar o que o Brasil tem para ensinar ao Brasil em matéria de Educação Básica de qualidade” (Todos pela Educação, 2023). Essas experiências são colocadas como um todo, dando um tom emotivo e agregador para o discurso, uma vez que o Brasil (experiências de municípios e estados) tem muito a ensinar a todos os municípios e estados brasileiros. Há

uma questão de totalidade, como se um pudesse fazer parte do coletivo. Como estas experiências positivas estão ligadas a uma questão de uma boa gestão, pois vale lembrar, no neoliberalismo, tudo é gestão e o modelo a ser seguido é o da empresa, estes casos positivos podem vir a contribuir para a construção de um ensino público majoritariamente sem qualidade.

Na SD abaixo, verifica-se novas marcas de exceções já que a sub aba ‘Educação que dá certo’ propõe-se a demonstrar as experiências que apresentam bons resultados, como pode ser verificado a seguir:

SD 59: O Educação Que Dá Certo é uma iniciativa de análise e disseminação de experiências bem-sucedidas nas redes públicas de ensino do Brasil. Nosso objetivo é valorizar os milhares de profissionais que estão por trás dos bons exemplos e espalhar boas práticas para inspirar gestores públicos de todo o País a implementar soluções. Investir na Educação de qualidade é urgente, dá para fazer e, mais importante, muda a vida das gerações presentes e futuras. (Todos pela Educação, 2023)

Se de um lado, o TPE apresenta no site uma educação que precisa de reformas, a ser melhorada e um setor público que não consegue ofertar bons serviços públicos, há uma demonstração discursiva de uma precariedade da rede pública de ensino e que pode ser alterada desde que siga os exemplos de experiências bem-sucedidas, dos bons exemplos e boas práticas que a aba apresenta aos internautas. Fica reforçada uma construção majoritária da precariedade e falta de qualidade da educação pública. Reforça-se que estas experiências aparecem associadas aos gestores públicos, aos secretários, sendo estas alternativas vistas como soluções para a questão da gestão e nem tanto do ensino.

#### 4. UMA DISCUSSÃO SOBRE O DISCURSO DO *TODOS*

Todos quem? E que tipo de educação de qualidade é esta apresentada pelo *Todos pela Educação*? Quando tal questionamento foi feito no início da dissertação havia uma inquietação em relação a este todos que fala em nome de uma coletividade sem que as pessoas que acessam o site se deem conta de que ele, ao falar em nome de todos, também indetermina. Ele apaga tanto quem o apoia quanto a quem se destina, uma educação de qualidade que seja para todos, “absolutamente Todos” (Todos pela Educação, 2023).

Não é possível falar em nome de todos, a não ser construindo um discurso consensual. Como aponta Guilbert (2020), a “opinião coletiva não é percebida como fala do adversário, mas como aquela de senso comum - ela parece inofensiva” (Guilbert, 2020, p. 74). O “senhor todo-mundo” (Guilbert, 2020, p. 74) aparece como opinião compartilhada como se ela fosse de todos. Como se todos, segundo Guilbert (2020), estivessem de acordo.

O movimento *Todos pela Educação*, ao usar o “todos”, apaga as pessoas, ou empresas a que representa e fala em nome de todos, de uma coletividade de educação que também deve ser para todos os brasileiros. Porém “a opinião apresentada como compartilhada é realmente aquela de todo mundo?” (Guilbert, 2020, p. 74).

Ainda conforme Guilbert,

Ela [repetição] é constitutiva no sentido em que transforma (constitui) as opiniões individuais vindas da ideologia neoliberal em conhecimentos compartilhados e em consenso, portanto, em evidência; além disso, ela acaba por inibir todo pensamento crítico (Guilbert, 2020, p.77).

Ao se manter como referência nas formulações de políticas públicas, o TPE está colocando que suas propostas, de uma ONG financiada por entidades privadas, são melhores do que as do setor público, buscando desqualificar a educação oferecida pelo Estado. Em condições neoliberais, o foco está no Estado mínimo, indo contra a qualquer forma de ação promovida pelo Estado. O *Todos pela Educação*, uma organização industrial/empresarial, que busca dizer que o poder privado é melhor que o público, visando desqualificar a educação oferecida pelo estado.

O *Todos* representando uma coletividade, quando na verdade não é, apaga o lugar de onde fala, ou sua CP, pois é “evidentemente impossível conhecer a opinião de ‘todo mundo’” (Guilbert, 2020, p. 75). O *Todos* transforma suas opiniões subjetivas em

opiniões coletivas, compartilháveis. Ele se coloca como porta-voz no que se refere à educação. Fala construindo como evidências uma escola mais inclusiva, com mais investimentos, mais cidadã, para inserir uma proposta de um ensino mais técnico e que atenda às demandas do mercado. O “todos” acoberta o “eu ONG” apoiado por instituições financeiras e empresas e se apresenta como “nós” que luta por um objetivo, supostamente, comum a todos: melhorar a educação.

Dessa forma, para além de representar todos aqueles que buscam melhorar a educação pública do Brasil, o TPE precisa colocar que essa educação pública seria para todos. Precisa garantir o que a Constituição Federal garante, que é uma educação para todos.

É importante frisar que a coletividade não se sustenta apenas por aqueles que apoiam, mas é necessário de algo que os una. Neste caso, uma educação básica pública, supostamente, de qualidade para todos. Não dá para falar que a educação será apenas para alguns. Isto seria desmobilizador para a causa e não uniria as pessoas em torno de um projeto. O TPE, sequer, seria uma liderança para este movimento.

O TPE coloca o “todos” como se isso garantisse acesso universal e igualitário. Quando a proposta de uma educação é uma que atenta ao modelo empresarial e o tem como modelo, pode ocorrer justamente o contrário e gerar ainda mais desigualdades.

Dessa forma, quando o TPE diz “um País só é verdadeiramente independente com Educação de qualidade para todos” (Todos pela Educação, 2022), o discurso é o de ser comum a todos, tão óbvio quanto evidente, não se questionando que um país deva ser independente e que a educação precisa ser de qualidade, discurso compartilhado conjuntamente pela comunidade.

Guilbert (2020) aponta que se trata de uma dissimulação, uma vez que o discurso ideológico, para não se apresentar tal como ele é e nem como peça de propaganda, utiliza o recurso da evidência, pois “a partir do momento em que ele se apresenta como senso comum ou evidência, aparentemente, não é mais discurso” (Guilbert, 2020, p. 45). Assim, defender a educação de qualidade se torna incontestável uma vez que o TPE assume para o movimento e para todos um pensar essencial e de “consentimento da maioria dos cidadãos” (Guilbert, 2020, p. 45).

A partir do momento que se torna senso comum, o público é levado a contribuir ativamente para a disseminação das propostas do TPE com uso de ideias como "independente" e "qualidade", sendo, portanto, assujeitados pelo Discurso Neoliberal



(DNL). Ou como expõe Dufour, ao abordar a adaptação do homem à mercadoria: em relação ao “real”, “é melhor consentir que a ele se opor” (Dufour, 2005, p.15). O DNL não aparece como algo para esmagar e destruir o outro, mas como “doce, querido e desejado” (Dufour, 2005, p.15), para que se aceite facilmente as “vantagens do novo capitalismo” (Dufour, 2005, p.15).

O TPE projeta uma imagem de educação em crise já que para ele tudo carece ser reformado, melhorado, qualificado. Em outras palavras, o TPE apaga e omite a informação que está no dito. Dessa forma, quando aparece que educação precisa ser melhorada, parte-se do pressuposto que a educação pública no Brasil não é boa. Ou quando tratam que os professores precisam ser valorizados, a imagem aqui construída é de que os profissionais não são valorizados. Ou ainda que os professores não são bons. Também é possível verificar que quando o TPE coloca que a gestão pública precisa ser modernizada, a imagem construída é justamente a de uma gestão atrasada e pouco moderna.

Por outro lado, o TPE se coloca como independente, e essa independência, no discurso do TPE, é construída em relação à afirmação de que o movimento não conta com recursos públicos. Este ponto é reforçado em mais de uma sequência discursiva, pois o TPE coloca isto como um valor e uma, quase, propaganda de si mesmo.

Outro ponto é que quando o *Todos pela Educação* utiliza o “Somos o Todos”, ele sugere estar, supostamente, representando a voz de muitos. Além disso, a ONG projeta uma imagem de uma instituição responsável e transparente com gasto do dinheiro recebido das empresas que a mantêm. A responsabilidade é notada quando se verifica os pontos destacados pela ONG ao receber o selo ‘doar’, entregue às instituições filantrópicas que apresentaram transparência nos investimentos. O discurso apaga, portanto, que o TPE age como um movimento de classe, um movimento da classe empresarial.

Observou-se também como o *Todos pela Educação* projeta a imagem do ensino médio. É um ensino pouco atrativo e que não prepara os jovens para o mercado de trabalho. A escola é vista como local de formação única e exclusiva que almeja a formação de mão de obra para atender ao mundo empresarial. A reforma do Ensino Médio faz a promessa de que quando o aluno se formar ele terá uma carreira, um emprego. O mecanismo da gestão neoliberal, que é a própria performatividade, como aponta Ball (2020), faz com

que os jovens aprendam a produzir com aperfeiçoamento e eficácia. Coloca desde já a “responsabilidade de trabalhar duro, mais rápido e melhor” (Ball, 2020, p.66).

O TPE vai elencando evidências discursivas de que não há educação de qualidade se esta não estiver ligada aos interesses do mercado. A referência e o modelo a ser seguido é do mundo corporativo. O *Todos pela Educação* vai fazendo este entrelaçamento entre educação e modelo de gestão empresarial com o uso de palavras. Há um novo vocabulário mundial, apontado por Bourdieu e Wacquant (2004), cujo objetivo é atribuir ao mercado qualidades como liberdade, novidade, flexível e ao Estado, atributos como imobilismo, fechado, rígido, imóvel.

São termos e expressões utilizados pela mídia, academia e organizações internacionais, de forma não intencional, mas que ganham relevância e prestígio e passam despercebidos, pois o Discurso Neoliberal inculca nas pessoas que elas as utilizem de forma naturalizada para não ter resistência. Dessa forma, é possível perceber que o site nos apresenta estes termos e palavras que vão passando como se fossem uma opinião já formada e estabelecida dentro do coletivo.

São palavras que são empregadas, muitas vezes, como substituição metafórica como o caso das palavras gestão e gestores. Gestão exerce função de troca metafórica de Secretarias, Ministério da Educação. Já a palavra “gestores” substitui os chefes destas pastas, os secretários, ministro e até mesmo diretores, que são postos como gestores escolares. Para Pêcheux (2014) “as palavras expressões, preposições etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 2014, p.146).

O TPE realça ao longo das abas que todos deverão ter acesso a uma educação pública de qualidade e que essa qualidade deve ocasionar uma igualdade. Assim, a ONG liga o acesso de qualidade à educação como fator para gerar igualdade.

Outras palavras e expressões são postas junto a uma sequência discursiva para não haver resistência como foi o caso de “competências essenciais”, “vida cidadã e produtiva”. A princípio, são postas como algo bom, mas “competências essenciais” remete a uma questão de padronização, homogeneização, querendo exercer um “controle do que será ensinado e aprendido” (Macedo, 2020, p.20). Dessa forma, como explica Pêcheux (2014), estas palavras adquirem “sentido em referência a essas posições” (Pêcheux, 2014,

p.146), ou seja, lugares, em referência às FI “nas quais essas posições se inscrevem” (Pêcheux, 2014, p.146).

Além disso, o uso das nominalizações, como as encontradas no Portal *Todos pela educação*, colaboram para que o discurso de uma reforma do ensino seja aceito por aqueles que acessam o site, pois ao invés de usar a frase com verbo, o TPE transforma o verbo em nome. Dessa forma, se houver algum questionamento, ele recairá no restante da frase e não na nominalização. É como, explica Guilbert (2020) como se o sentido já estivesse lá.

A nominalização apresenta, segundo Guilbert, um “dever fazer implícito” (Guilbert, 2020.p.58) como foi possível encontrar em “recuperação do Ensino Público brasileiro”, “os desafios da sociedade contemporânea”, “modernização da gestão educacional”. Com isso, a ideia central da palavra está obrigatoriamente relacionada ao complemento, “do ponto de vista estritamente gramatical” (Guilbert, 2020. p.58) recuperação, os desafios, e modernização requerem um complemento.

Na perspectiva da Linguística Sistêmica Funcional (LSF), as nominalizações podem ser entendidas como construções linguísticas que realizam fraseamentos “incongruentes/metafóricos” (Rottava; Santos, 2018, p.4). Elas alteram a natureza sintática que impacta diretamente a semântica do texto. Assim, as funções essenciais da oração, como sujeitos, predicados, e verbos que passam a funcionar como nomes.

As nominalizações ocorrem, dessa forma, no estrato léxico-gramatical da língua, possibilitando que haja variação de significado de uma variada expressão. As metáforas gramaticais, como sugere Halliday (1994), são marcas discursivas que alteram o léxico-gramatical das orações. Segundo Rottava e Santos (2018), as nominalizações fazem com que as ações em oração, apresentadas nelas como verbos, sejam nominalizadas, deixando de serem realizadas por meio de Processos (Sujeito-verbo-predicado) e “passam a ocupar outra função na oração” (Rottava; Santos,2018. p.6).

Guilbert (2020) acrescenta que para além da questão gramatical, há pressuposição, que induz a “certos implícitos e a uma conclusão” (Guilbert, 2020, p.58). Sendo assim, quando o TPE coloca “recuperação do ensino público” ou mesmo a “modernização da gestão educacional” não é alterada apenas a forma, a gramática, mas a estrutura semântica, induzindo a certos implícitos. Isto porque “recuperação” induz a algo que

precisa ser consertado e que não está bom. O mesmo ocorre com “modernização”, que nos sugere que o ensino público é atrasado. Estas palavras usadas constantemente e o uso das nominalizações fazem parte da estratégia do Discurso Neoliberal de normatizar e também normalizar o neoliberalismo.

Sobre o neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), ele modificou expressivamente o capitalismo e conseqüentemente as sociedades. Os autores tratam o neoliberalismo para além de uma ideologia, ou um tipo de política econômica. Ele é, sobretudo, um sistema normativo que amplia sua influência no mundo inteiro “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot, Laval, 2016, p.7).

Esta disseminação de um sistema normativo, como afirma Ball (2020), se dá por meio de Redes transnacionais que por meio de relatórios, artigos e propostas políticas fazem uma “defesa do mercado livre, de políticas libertárias sociais e econômicas” (Ball, 2020, p.55). O *Todos pela Educação* faz parte desta rede, que se coloca no Brasil para defender, pelo seu discurso de uma ONG supostamente independente, estas ideias libertárias e de mercado.

O discurso do *Todos pela Educação*, como já expomos, não busca um processo educacional que seja o de desestatizar, privatizar o ensino, mas “o de reafirmar o papel do Estado” (Ball, 2020, p.37). No entanto, visando uma nova modalidade em que haja uma mudança de “governo para governança” (Ball, 2020, p.37), que saia do que, supostamente se acredita, de uma postura burocrática para outra em rede, inserindo nos governos nacional, estaduais e municipais “novas formas de prática e cultura organizacional” (Ball, 2020, p.37). Em outras palavras, um modelo governamental público de educação que seja substituído por um modelo empresarial.

Uma das formas que o discurso do TPE encontrou para buscar adesão dos governos em torno da educação pública, foi o documento “Educação Já”. O *Todos pela Educação* apresenta este documento aos futuros governantes como forma de subsidiar a formulação de políticas públicas de educação. O documento sugere propostas, apresenta dados da situação da educação do Brasil. Faz isso por eixos, que tratam de recursos, da formação docente, de experiências que deram certo na educação básica.

O discurso da ONG é como se fosse de um partido político, sugerindo propostas de políticas públicas aos governantes. Não há como não perceber a incoerência quando o *Todos pela educação* se projeta como independente e apartidário. Há no discurso do

documento “educação já” um partidarismo, pois se coloca como uma liderança desse movimento pela educação. E o mais importante: defendem uma educação com valores libertários, seguindo a cartilha do *think tanks* de livre mercado, um nome geral para algo como ‘instituição de especialistas’.

E como estes valores libertários aparecem no discurso do *Todos pela Educação*? A princípio de forma dócil e até ingênua. O discurso do TPE trata da melhoria do ensino, que precisa valorizar os professores, que a educação tem que ser para todos, modernizar a gestão escolar, avaliar, monitorar, como sendo algo positivo para educação. Em outras palavras, o sujeito que acessa o site é interpelado pelo discurso do TPE.

Age como liderança de movimento de classe, mesmo que não se mostre como tal, um movimento da classe empresarial, para inserir modelos de mercado no setor público. Segundo Martins (2008), o “TPE se materializa como organismo comprometido com as estratégias da classe burguesa” (Martins, 2008, p.12). Embora se projete como movimento de aliança para o bem da nação, Martins (2008) coloca que é apenas uma forma inovadora para “obter consenso para o exercício da dominação” (Martins, 2008, p.12). É a Empresa como modelo a ser seguido. Nas palavras de Sibilía (2016) o que está em jogo é a entronização da empresa como uma instituição-modelo, que “impregna todas as demais ao contagiá-las com seu espírito empresarial” (Sibilía, 2016, p.37).

No entanto, age por meio do aparato estatal com um discurso independente porque não recebe recursos públicos para realizar seus projetos por meio de documentos que orientam o setor público educacional. O fato de se colocar como independente porque recebe recursos privados, não faz do TPE independente. Só o torna dependente de outros agentes para defender pautas que sejam de interesse do setor empresarial, agindo como movimento de classe, da classe empresarial.

Sobre o fato de o TPE ser movimento de luta de classe, embora isso fique escondido, elidido, vale pontuar as considerações de Pêcheux (2014) quanto à objetividade materialista. Para o autor, o ponto de vista do proletariado não é um ponto de vista que possa ser confrontável e nem mesmo chega a ser universal, mas mesmo assim, continua “sendo o ponto de vista de uma classe” (Pêcheux, 2014, p. 194). Dessa forma, a perspectiva do proletariado é caracterizada discursivamente, por escolhas a favor de determinadas “palavras, formulações ou expressões” (Pêcheux, 2014, p. 195) em

detrimento de outras que não essas, “exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (Pêcheux, 2014, p. 195).

Quando o discurso do TPE defende Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e BNCC como forma de normatizar e padronizar o ensino no Brasil, ele tenta buscar uniformizar o ensino em todo o país. É isto que ele acredita: que é possível colocar a mesma exigência e parâmetros para medir a qualidade no ensino. O mesmo ocorre com a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) inspirada na Prova ABC. O objetivo é medir, quantificar para ter parâmetros comparáveis tanto entre Estados e municípios quanto internacionalmente.

Além disso, percebe-se ainda que quando esta busca por medir e quantificar para comparar o que se nota há um “culto da performance ou do desempenho individual, que deve ser cada vez mais destacado e eficaz” (Sibilia, 2016, p.37).

Assim sendo, Macedo (2014) pontua que, para construir políticas públicas na educação, inimigos são criados e colocam a responsabilidade da má qualidade na educação nos “problemas na gestão pública, desperdício de recursos, professores malformados pelas universidades impossibilitando esta qualidade almejada” (Macedo, 2014, p.20). Citam estas causas à exaustão juntamente com dados estatísticos que não deixam dúvidas da necessidade de intervenção.

O TPE cita essas causas, mas as colocam de forma propositiva como “melhorar a gestão”, monitorar os gastos públicos por meio de observatórios, “atrair alunos de alta performance para o magistério”. Os inimigos da escola são apontados em todo o site, mas de forma que o discurso atraia participantes. Para que a luta seja coletiva e não em nome do *Todos pela Educação* como ONG, e sim como Todos, em grande força coletiva e única.

O que se nota, portanto, é que quando o TPE fala de melhoria e de qualidade na educação básica, outros sentidos vão sendo omitidos e silenciados. Isso porque a melhoria, quando aparece no site, surge ligada à questão da gestão, como forma de diminuir a burocracia. A qualidade não se relaciona apenas a uma boa educação, mas aquela que pode ser avaliada, mensurada, além de se relacionar à igualdade, isso é, qualidade seria acesso igual para todos os brasileiros que necessitam da educação básica pública.

O ensino público é um alvo privilegiado, portanto, do TPE, como foi demonstrado nas SD analisadas. A questão básica é que o TPE se apresenta com uma proposta reformista da educação e não privatizadora. A ONG age por meio do aparelho estatal ao utilizar das esferas federal, estadual e municipal, atuando, portanto, juntamente com as instituições do setor público educacional do Estado, pois o neoliberalismo o utiliza como forma para criar e regular o mercado.

Contudo, quando o movimento defende as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Educação Básica e a BNCC e o ensino médio, ele não está buscando uma reforma apenas para o setor público da educação, mas para todo o ensino básico brasileiro, pois as diretrizes da base nacional e o ensino médio repercutem também no setor privado, que também precisará ser reformado.

Este sentido de uma educação menos humanista e mais técnica pode ser percebido em umas das bandeiras defendidas pelo TPE, é a Reforma do Ensino Médio. Apontada como solução para tornar o ensino mais atraente, a reforma oferece ao estudante a opção de escolher as disciplinas que gostaria de cursar para que estes possam entrar no mercado de trabalho. Ou seja, um ensino atrativo e de qualidade seria aquele que preparasse os adolescentes para o emprego.

Contudo, delineia-se uma perspectiva de que o TPE não busca a função privatizadora da reforma neoliberal. O seu discurso e a imagem que constrói de si e do referente apontam para o foco da ONG estar mais ligado à reforma, de atuar junto ao setor público, com propostas, exercendo um papel de liderança junto aos organismos estatais. Uma forma de colaborar junto ao Ministério, Secretarias Estaduais e Municipais de educação na busca de estratégias e soluções vindas do “mercado para os problemas sociais ‘perversos’” (Ball, 2020, p.43) para essa nova filantropia do capitalismo social. Em outras palavras, ao trazer um modelo de administração e propostas próprias do setor empresarial, o TPE aponta o setor privado como solução para administração pública, desmerecendo o seu papel e colocando-a como ineficiente. É um discurso, portanto, que potencializa a desigualdade e a opressão, pois o que vale para ser bom é o modelo empresarial como forma de reformar o setor público.

De outro modo, ao orientar o setor público, apresentando-se como capaz de oferecer à população uma “educação pública” e de “qualidade”, o TPE impõe “um projeto comum

por intermédio do discurso” (Guilbert, 2020, p. 40). Esse discurso pode ser compartilhado pelas pessoas que acessam o site que, por sua vez, tornam-se responsáveis por perpetuar, agora como um consenso comum, as propostas defendidas para a área educacional.

Vale mencionar novamente o que Macedo (2014) nos apresenta quando Ball (2020) trata desses problemas sociais perversos que o mercado busca solucionar. A qualidade buscada para a educação está ligada a uma suposta crise no sistema educacional. E para que estas mudanças ocorram são necessárias reformas que o Estado sozinho, como acredita o TPE, é incapaz de alcançar, necessitando adotar modelos empresariais como metas, avaliação e gestão para que as mudanças sejam alcançadas. Esta crise, como pontua Macedo (2014), nada mais é que uma fantasia transvestida de crise para servir de argumento para a implantação das reformas.

É por meio destas satisfações e recompensas que o TPE constrói um ideal de uma escola que prepare estes jovens para o mercado de trabalho, no qual possam escolher uma área para se aprofundarem ainda no ensino médio. A reforma ganha um sentido de mudança de um modelo de escola que não prepara esses estudantes para o mercado.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a pesquisa, veio à mente o que teria de negativo em um objeto defensor da educação? E além disso, uma educação para todos? É o que ouvíamos dos professores quando estudamos no ensino básico e depois na universidade. Não me estampava fazer esta pesquisa. Os políticos já defendiam essa tese em suas campanhas eleitorais. Os meus pais coadunavam tentando ofertar uma formação ‘melhor’ da que tiveram.

Talvez a minha inocência estaria, justamente, na minha participação de um coletivo, por não entender que eu já havia aceitado o discurso de educação de qualidade independente de quem dissesse, de quem defendesse. Independentemente de onde viesse o discurso de uma escola melhor, mais moderna, de qualidade, professores valorizados e todos tivessem acesso, eu aceitaria sem questionar.

Dessa forma, em hipótese alguma, anterior a esta pesquisa, haveria de questionar o que o *Todos pela Educação* apresenta como proposta para a área educacional. O seu discurso já estava presente em várias situações que havia presenciado, mas, agora, de forma publicizada, organizada. Havia matérias, artigos e informações disponibilizadas pelo Portal.

E é nesse ‘não perceber’ o lugar de onde fala e quem fala é que está o perigo. Uma vez em mente que a educação precisa ser melhorada, o discurso de instituições como o TPE arrombaria minha mente, sem que eu percebesse. Sem que eu sentisse que eu estava sendo interpelado a apoiar um projeto neoliberal de escola e de sociedade.

O neoliberalismo é muito mais do que uma forma de gestão de governo do capitalismo. Ele é uma forma de pensar que busca com que as pessoas pensem que podem se autorregular, sendo empresárias delas mesmas. Ele perpassa a forma como lidamos em sociedade, seja na escola, família e principalmente no trabalho.

O ganho acadêmico com esta dissertação foi começar a perceber como o Discurso Neoliberal, presente no discurso do *Todos pela Educação*, interpela também a minha vida, minhas relações, a forma como vejo a minha formação, o meu trabalho. Duas palavras correlatas que chamaram a minha atenção e me despertaram para a cilada neoliberal foram as palavras gestão e gestores. Digo cilada porque fazemos e apoiamos o neoliberalismo mesmo sem perceber. Isso ocorre exatamente de que a “ideologia

interpela os indivíduos em sujeitos” (Pêcheux, 2014, p.141), o que faz com que a evidência fique ocultada, pois o sujeito é sempre “um indivíduo interpelado em sujeito” (Pêcheux, 2014, p.141). O Discurso Neoliberal presente do TPE, embora se apresente estranho em sua origem, soa, contudo, “estranhamente familiar” (Pêcheux, 2014, p.142).

Trabalho há 15 (desde agosto de 2008) como assessor de Comunicação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, unidade regional de Divinópolis. No entanto, o meu cargo não é jornalista, fazendo jus a minha primeira formação. O cargo ao qual fui empossado em 2008 se chama Especialista em Políticas e Gestão da Saúde-Comunicação Social. As unidades regionais de saúde existentes no Estado de Minas são chamadas de Superintendências e Gerências Regionais de Saúde.

Quando escrevo matérias para o Portal da Saúde de Minas Gerais e há falas de secretários de saúde, ao retomar a fala deles, os chamo de gestores de saúde, justamente porque colegas de trabalho assim os chamam também. Por fim, ressalto uma fala de uma colega experiente e respeito pelo seu conhecimento na área de comunicação. Uma vez, em uma conversa informal, ela disse “não somos assessores. Somos gestores de comunicação”. A fala dela ficou na minha lembrança. Hoje faz muito mais sentido ao finalizar esta pesquisa, o meu cargo, a troca metafórica que faço quando menciono os secretários de saúde, o nome do local onde trabalho. Isto ocorre justamente porque pelo modo de pensar capitalista, todos somos gestores, aptos a gerir e tomar conta de algo, o que implica ter o rumo individual, e não apelar para o outro.

Em outras palavras: tudo é gestão. O modelo espelhado há muito tempo é de empresa e foi passado para os órgãos públicos sem que grande parte de nós servidores déssemos conta que já fazíamos parte de um projeto neoliberal. Não lidamos mais com acesso aos direitos previstos na Constituição Federal: direito à escola, à saúde, ao transporte. O que possibilitamos e oferecemos à população são serviços a serem prestados.

Este foi o ganho da dissertação ao estudar os efeitos de sentido engendrados no discurso do *Todos pela Educação*. A sensação que me dá ao perceber como o TPE projeta a imagem da educação é se realmente querem uma educação de qualidade e melhorada, justamente porque precisam desta suposta crise no ensino para lançar suas propostas, de educação igualitária, de professores bem formados, de escolas mais modernas.

Dentro do quadro de Formações Imaginárias de Pêcheux (2014), a imagem projetada do referente pelo TPE ( $I_A(R)$ ) é de uma educação em crise instalada com discurso tão sutil

que só se percebe ao olhar não para as profundezas, mas para o quase límpido, ali bem no espelho d'água, na superfície do que é dito. Não fala que professores são incompetentes, mas que precisam melhorar a formação dos profissionais, o ingresso no serviço e avaliação do período probatório. Não falam que as escolas são atrasadas, mas que precisam ser modernizadas. Há neste caso, o esquecimento 2, do qual trata Pêcheux (2014), pois ao dizer que é preciso melhorar a formação dos professores, ele esquece, inconscientemente, de que a formação dos professores não é de qualidade.

O discurso do TPE é situado no jogo das relações sociais. Trabalha com o imaginário das pessoas em relação à educação para sugerir sua proposta reformista do setor educação no Brasil. Projeta assim uma imagem dele para o público que acessa o site ( $I_A(A)$ ), de uma ONG independente, que não conta com recursos públicos para se manter, agindo como liderança de um coletivo. No entanto, quando diz ser independente para realizar os seus trabalhos, o TPE esquece do seu lugar ideológico, esquecimento 1, mascarando e ocultando o lugar de onde enuncia.

A imagem que o TPE projeta do referente  $I_A(R)$ , ou seja, do que o movimento fala, de que educação fala, é aquela que gostaríamos de ouvir e de ler. Remete ao que eu ouvia no período da graduação em Letras, dos meus pais, das propagandas políticas. Afinal, quem não gostaria de um ideal de moderno, professores valorizados, bem remunerados, com uma educação de qualidade para todos? Principalmente aqueles que necessitam do ensino público não enxergariam problema na defesa do TPE. A suposta crise na educação serve para oferecer ao público promessas de que desta vez será diferente.

Promessas essas verificadas quando o TPE declara que o objetivo da ONG “é mudar para valer a qualidade da Educação no Brasil”. O mudar para valer age como se fosse garantia de que a mudança na educação ocorrerá de fato. Além disso, quando coloca que “contamos com a contribuição de mantenedores e apoiadores engajados com a causa e que acreditam que dá para mudar o Brasil pela Educação!”. O “acreditam que dá para mudar” age também como promessa de uma educação de qualidade.

O discurso do TPE se situa na formação ideológica neoliberal, uma formação ideológica está sempre articulada a posições de classe em conflito. Entendendo que a luta de classe faz parte da história, o que o discurso do TPE nos apresenta é uma fala da classe hegemônica. Tenta, por meio do portal, se colocar como uma liderança de um movimento, e que as suas ideias devem prevalecer para que haja uma educação de

qualidade. O seu posicionamento, o seu ponto de vista, é caracterizado “discursivamente por tomadas de posição de certas palavras, formulações, expressões” (Pêcheux,2014, p.195).

O discurso neoliberal do TPE é tão agradável e palatável que chega a ser difícil escrever sobre o objeto. Descrever, interpretar e analisar tornou-se uma luta em cada linha escrita desta dissertação porque, em alguns momentos, me via escrevendo sobre o TPE como se eu estivesse endossando o seu discurso. O que, de fato, é o desejo do movimento: que as pessoas acessem o site, leiam, comentem, gostem e divulguem as propostas. Sem questioná-las, sem alterá-las.

Porém, para se destacar, fazer algo fora do que a população e nós, estávamos acostumados, o *Todos pela Educação* se projeta como uma entidade independente, autônoma, sem recursos públicos. Ter uma entidade que luta por uma educação de qualidade e faz esta articulação junto ao poder público, demonstra força e engajamento. Alguém que lute pelos nossos direitos. Afirmar que é independente faz com que pareça que não há interesse próprios, que luta por uma causa, autônoma, sem querer parafrasear, sem receber algo em troca. Como se colaborasse pelo puro desejo de ajudar.

Esta dissertação finaliza com uma reflexão sobre o processo de trabalho e pesquisa e sobre a evolução de aprendizado acadêmico. O *Todos pela Educação* vai continuar existindo e disseminando suas propostas para a área educacional assim como outros portais bancados por empresas privadas que se encontram na internet espalhando ideias neoliberais. Tratamos aqui de um eixo apenas, que é a educação. No entanto, o neoliberalismo está nas dimensões da sociedade, na saúde, no trabalho, na assistência social, segurança pública.

A minha expectativa é que outras pesquisas dessa universidade se debrucem sobre esse imaginário neoliberal, porque isso afeta a forma como pensamos, como agimos, como lidamos com nossas famílias, com a nossa ocupação profissional. O neoliberalismo influencia os setores públicos com suas promessas liberais e de gestão compartilhada de uma forma que não o percebemos diariamente, nem refletimos o porquê fazemos uso de determinadas ferramentas tecnológicas para nossa própria comodidade e economia. Porque se preferimos Uber, ou qualquer outro aplicativo, ao invés do tradicional táxi, estamos sendo interpelados pelo neoliberalismo. Se optamos pelo *Ifood* estamos também

sendo interpelados pelo neoliberalismo. Em outras palavras, estamos interpelados pelo valor neoliberalista da concorrência.

A solução não está em apenas parar de usar, isto já está inserido e normalizado na sociedade. O mais importante, vejo eu, é saber que estamos usando algo que o neoliberalismo inseriu nas nossas vidas sem que déssemos conta de que somos interpelados por ele.

Esses portais irão continuar disseminando estas propostas de livre mercado, da reforma do Estado. O discurso neoliberal está presente tanto no discurso da direita quanto da esquerda política. O que se deve realmente pensar e refletir é que tipo de escola pública de qualidade se quer para a sociedade. Afinal qual discurso nos interpela e nos afeta? O que se contrapõe ou o que endossa as ideias do TPE? Estar em uma determinada Formação Discursiva não é algo que escolhemos de forma consciente. Ela age de forma inconsciente, nos interpelando porque se nos opomos, inconscientemente, ao que o TPE propõe, conseqüentemente, o nosso ideal de melhoria, de modernização será outro. O nosso campo de luta será outro.

Não há meia pactuação. Ou estaremos do lado que apoia uma reforma neoliberal no ensino, ou estaremos no campo mais social, que vê a educação como princípio também humanista, republicano e de desenvolvimento da pessoa como ser humano e não como futuro trabalhador. É isto que está em jogo. É este debate que outras pesquisas desta universidade e do programa podem e devem explorar.

## 6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ARAÚJO, G.; NASCIMENTO, R. **Educação já! e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação**. Educar em Revista. Curitiba. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rBG8CYMkBbgqD4T4LpT3ytS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de nov.2023.

ASSIS, P. B. **A reforma agrária como arena política: o conflito de nomeações e nominalizações entre MST e nova direita na nova república brasileira (1985-2019)**. Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes. 2021. 148 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Mestrado em Letras) - Discente, Universidade Federal de São João del-Rei, 2021.

BALL, S.J. **Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L **O imperialismo da razão neoliberal**. Revista Possibilidades, 2004. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rst/article/download/1145/1085> Acesso em: 25 abr.2023

CARVALHO, A. A. **Nos Entremeios Da Docência: As Representações Da(S) Identidade(S) Do Professor no Gênero Charge**. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Dolores Fernandes Biavati. 2019. 134 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Mestrado em Letras) - Discente, Universidade Federal de São João del-Rei, 2018.

CHAUÍ, M. **Neoliberalismo, a nova forma do totalitarismo; privatiza direitos, destrói solidariedades e desencadeia extermínios**. Disponível em: site: vi o mundo. 2019. <  
<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marilena-chaui-neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo-privatiza-direitos-destroi-formas-de-solidariedade-e-desencadeia-praticas-de-extermínio.html>> A acesso ado em: 25/04/2023.

COSTA, R.; LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004. 324(2015).

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DUARTE, M. **Breve ensaio sobre o nascimento da biopolítica de Foucault**. Editora Max Limonad, .2014.

DUFOUR, D. **A arte de reduzir as cabeças – Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FRIGOTTO, G. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. In: FRIGOTTO, G. (Org.) Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ, 2018. p. 17-34. Disponível em <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acessado em: 25/04/2023.

- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008
- GASPARINI, E. **Língua e Lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
- GUERRA, E. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte/MG. Centro Universitário UNA. 2014.
- GUILBERT, T. **As evidências do Discurso neoliberal na mídia**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2020.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo. Editora Cultrix. 2007.
- LIMA, H. **O Jogo De Imagens Em Narrativas De Migrantes E(M) Discurso**. Orientador: Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini. 2022. Dissertação (Mestrado do Programa de Mestrado em Letras) - Discente, Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.
- MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. In: Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530-1555, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 15 de nov. 2021.
- MARTINS, A. **Todos pela Educação: O projeto Educacional de empresários para o Brasil do Século XXI**. GT-09: Trabalho e educação. Juiz de Fora. UFJF. 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/todos-pela-educacao-o-projeto-educacional-de-empresarios-para-o-brasil-seculo-xxi>>> Acesso em: 15 novembro de 2023.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. In: GADET, F.; T. HAK (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. 4ª Edição - Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M, 1938-1983. **O discurso: estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux; 5ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2015**
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.
- RAMIRES, J.; J.C.L., and PESSÔA, V. L.S. **Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia**. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 22-35. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0003>.
- ROTTAVA, L.; SANTOS, S. **Os efeitos de construções metafóricas em textos produzidos em contexto acadêmico**. Delta. 2018. Disponível em <<

<https://www.scielo.br/j/delta/a/GK8DGVrBGPLWjmRfpDzbySf/?format=pdf&lang=pt>  
> Acessado em: 22 de novembro de 2023.

SAPARAS, M.; IKEDA, S. **A relação entre gramática e discurso**. Revista Intercâmbio, v. XLIII: 67-81, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X Disponível em: <<<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/42461>.>> Acessado em 20 de novembro de 2023.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 1ª Edição. São Paulo. Editora Parábola, 2021.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, André. **Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI**. ANPEd. 2008. Disponível em <<<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/todos-pela-educacao-o-projeto-educacional-de-empresarios-para-o-brasil-seculo-xxi>. Acessado em: 19 de novembro de 2023.

SILVA, D.; SILVEIRA, É. **Discurso E Memória Da(S) Identidade(S) Em Crise: efeitos Identitários Em Charges Online Sobre Sujeitos Professores**. Revista X. Revista X, v.15, n.7, p. 402-427, 2020.



## 7. BIBLIOGRAFIA

ASSIS, S.; MARRIEL, N. **Reflexões sobre Violência e suas Manifestações na Escola**. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (Orgs.). *Impactos da violência na escola*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

ARAÚJO, G.; NASCIMENTO, R. **Educação já! E a governança federativa: a nova investida do movimento Todos pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação**. *Educar em Revista*. Curitiba. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rBG8CYMkBbgqD4T4LpT3ytS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de nov.2023.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

CUELLO, R; ADELINO, F. **Gênero discursivo charge: uma análise a partir dos pressupostos de Bakhtin**. XVII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014), João Pessoa - Paraíba, Brasil, ano 2014, ed. 17, 2014. Disponível em: <http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0503-2.pdf> Acesso em: 19 nov.2023

JUNG, C.G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Editora Vozes. Petrópolis. RJ, 2002.

GASPARINI, E. **Sobre O Discurso Do Movimento: Escola Sem Partido**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, L&S Cadernos, p. 129-146, 2021.

GASPARINI, E. **Engajamento na instituição escolar: aparelhos ideológicos de estado, discurso pedagógico, neoliberalismo, ruptura**. UFSJ.2020.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALLIDAY, M; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

PAULA, D; GASPARINI, E. **Efeitos de sentido no discurso da organização Todos pela educação**. Pró-reitoria. Pesquisa e Pós-graduação. UFSJ, 2014.

SOARES, M.; MACHADO, L. **O Núcleo Central das representações sociais de Violência contra o professor**. *Interações*. UFPE, 2017.